

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Programa de Pós-graduação em Ciência Política



Dissertação de Mestrado

**Os sentidos da noção de democracia na obra de
Ernesto Laclau**

Kamila Lima do Nascimento

Pelotas
2015

KAMILA LIMA DO NASCIMENTO

Os sentidos da noção de democracia na obra de Ernesto Laclau

Dissertação de Mestrado a ser avaliada como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas.

Orientador: Daniel de Mendonça
Linha de Pesquisa: Democracia: teorias e experiências

Pelotas
2015

Banca examinadora

Banca examinadora:

Prof. Dr. Daniel de Mendonça – Ufpel
Prof. Dr. Léo Peixoto Rodrigues – Ufpel
Prof. Dr. Cláudio Leivas – Ufpel
Prof. Dr. Édio Raniere - Ufpel

AGRADECIMENTOS

Embora o trabalho de pesquisa seja na maior parte do tempo um trabalho solitário, nem por isso ele é realizado sozinho e muitas são as pessoas que direta ou indiretamente contribuem para a sua consecução. Dessa forma, há muitos a quem deve agradecer:

Primeiramente, é justíssimo começar por agradecer aquele sem o qual esse trabalho não teria sido realizado, meu orientador, Professor Daniel de Mendonça, que é também minha maior influência acadêmica, e sem dúvida meu melhor exemplo a ser seguido. Todos os seus conselhos e troca de ideias nos últimos 5 anos não apenas corroboraram para a construção da minha carreira acadêmica, mas também me transformaram enquanto pessoa.

Ainda em termos de influência acadêmica minha segunda inspiração inegável e a quem eu gostaria de agradecer é ao Professor Leo Peixoto a quem no decorrer de anos muitas vezes recorri e sempre fui prontamente auxiliada.

Agradeço também a todos os meus amigos, e em especial aos amigos de graduação e pós-graduação com quem tive tantos debates e discussões que renderam muito aprendizado acadêmico e grandes parcerias. E minha querida e melhor amiga, Rosângela Oliveira, certamente minha amiga mais presente em todos esses anos e que convivendo comigo aguentou todas as minhas noites de estudos e minhas angústias.

Não menos importante é agradecer a minha família, que são fãs e apoiadores do meu trabalho sem nem ao menos saberem do que se trata, e que sempre estiveram na disposição de ajudar. A estes na verdade tenho agradecimentos de uma vida toda que não cabem nessa página.

Por fim agradeço aos órgãos de fomento à pesquisa, CAPES e Fapergs, que me possibilitaram dedicação exclusiva à este trabalho.

Resumo

NASCIMENTO, Kamila. L. **Os sentidos da noção de democracia na obra de Ernesto Laclau**. 2015. 103 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

O problema da democracia é um dos mais antigos da política e continua a ser central nos dias atuais. Nosso trabalho intenta ser uma contribuição para esta discussão através da análise do desenvolvimento da noção de democracia radical e plural na obra do filósofo argentino Ernesto Laclau, em sua fase pós-estruturalista, que compreende o intervalo entre 1985 e 2014, ano da sua morte. A abordagem teórica do autor vem ganhando destaque no campo das discussões teóricas sobre a democracia e motivado a construção de diversos outros conceitos que tomam por base a radicalidade e a pluralidade propostas em seu projeto. Entretanto, em geral os autores partem da noção construída por Laclau 30 anos atrás como se esta fosse uma fotografia final e desconsideram o seu movimento durante todos esses anos. Nosso trabalho intenta justamente esclarecer os sentidos da noção de democracia radical e plural e mostrar seu desenvolvimento na obra do autor, pois acreditamos que sua compreensão adequada é central para sua utilização no campo de pesquisa.

Palavras-chave: Democracia radical e plural. Ernesto Laclau. Populismo. Pós-estruturalismo. Teoria Política.

Abstract

NASCIMENTO, Kamila L. **Os sentidos da noção de democracia na obra de Ernesto Laclau**. 2015. 103 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

The problem of democracy is one of the oldest problems in politics and continues to be central today. Our work tries to give a contribution to this discussion by examining the development of the concept of radical and plural democracy in the work of the Argentine philosopher Ernesto Laclau, in his post-structuralist moment, covering the range from 1985 to 2014, the year of his death. The theoretical approach of the author is gaining prominence in the field of theoretical discussions on democracy and motivates the construction of several other concepts based on the radical and the plurality proposals in your project. However, in general, the authors begin with the notion constructed by Laclau 30 years ago as if it were the last photograph, disregarding its movement over the years. Our work tries to clarify precisely the meanings of the notion of radical democracy and to show its development in his works, as we believe its proper understanding as central to its use in the search field.

Keywords: radical and plural democracy. Ernesto Laclau. Populism. Post-structuralism. Political Theory.

Lista de Figuras

Figura 1 – Construção do discurso feminista de acordo com a lógica da hegemonia de Ernesto Laclau.....	34
Figura 2 – Democracia em relação à lógica da diferença e da equivalência.....	44
Figura 3 – Parte superior, democracia liberal em relação as lógicas da diferença e da equivalência; parte inferior, socialismo clássico em relação às lógicas da diferença e da equivalência.....	51
Figura 4 – Representação de demandas democráticas não atendidas isoladas com relação à cadeia de equivalências.....	71
Figura 5 – Democracia Populismo em relação às lógicas da diferença e da equivalência.....	85

Sumário

INTRODUÇÃO.....	09
Capítulo I – As raízes filosóficas e os primeiros contornos da teoria do discurso de Ernesto Laclau.....	15
1.1 O pós-estruturalismo e a análise do discurso.....	15
1.2 Pós-marxismo.....	25
1.3 A Teoria do Discurso.....	29
Capítulo II – A democracia radical e plural.....	40
2.1 Democracia: uma lógica política em sentido ontológico.....	40
2.2 A lógica política democrática.....	45
2.3 As duas grandes lutas políticas modernas.....	50
2.4 A democracia Radical e Plural.....	56
Capítulo III– O Populismo.....	61
3.1 O Populismo como noção ontológica.....	61
3.2 O Populismo como uma lógica política.....	65
3.3 A Formação populista.....	69
3.4 O líder populista.....	74
Capítulo IV – Democracia Radical vs Populismo: aproximações e diferenças.....	78
4.1 Democracia Radical e Populismo: contradições de divergências	78
4.1.1 Estratégia de oposição versus estratégia de construção de nova ordem	78
4.1.2 Demandas democráticas versus demandas populares.....	81
4.1.3 Lógica da diferença e lógica da equivalência.....	83
4.2 Uma nova noção de democracia.....	87
4.2.1 O lugar vazio do poder.....	87
4.2.2 Significantes vazios e democracia.....	91
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	96
REFERÊNCIAS.....	101

INTRODUÇÃO

O problema da democracia é tão antigo quanto a reflexão sobre as coisas da política, tendo sido (re)proposto e reformulado em diversos momentos e lugares (BOBBIO, 1998). O cenário atual não é diferente e o debate em torno da questão democrática parece estar longe de chegar ao fim. Nosso trabalho intenta ser mais uma contribuição para esta discussão através da análise do desenvolvimento da noção de democracia na obra do teórico argentino Ernesto Laclau, em sua fase pós-estruturalista, que compreende o intervalo entre 1985 e 2014, ano da sua morte.

Ernesto Laclau foi professor emérito na Universidade de Essex, Inglaterra e fundador da escola de análise do discurso nessa mesma universidade. Considerado como um dos autores mais proeminentes da teoria política, já teve sua obra traduzida em mais de 20 idiomas. Sua carreira teve início em Buenos Aires, seu país de origem, onde cursou História e onde também começou a participar ativamente de movimentos estudantis e de lutas políticas nos anos 1960. Dentre suas participações, o autor foi representante dos estudantes para o Conselho Central da Universidade de Buenos Aires, presidente do Centro da União dos Estudantes de Filosofia e uma das lideranças do Partido Socialista da Esquerda Nacional. Nos anos de 1970, ele se radicou na Inglaterra e realizou seu doutorado na Universidade de Essex, cujo vínculo manteve até sua morte.

Em termos de influências intelectuais, inicialmente Laclau fez parte da escola marxista tendo sido grandemente influenciado por autores como Antonio Gramsci e Louis Althusser, embora admita que nunca houvesse sido um marxista ortodoxo. Após a década de 1970, ele mudou seu posicionamento, passando a criticar os fundamentos desta corrente, aderindo aos pressupostos da escola pós-estruturalista, especialmente a concepção anti-essencialista do discurso e sua centralidade. Para o autor, o projeto da esquerda, depois de um período rico e criativo da década de 1960 havia entrado em crise em meados dos anos 1970, que só viria a se aprofundar desde então. Ela advinha de uma avalanche de mutações

históricas de uma sociedade que passou a ser globalizada e governada pela informação, que revolveu o terreno em que as verdades do marxismo foram constituídas.

Apesar das críticas, não interessava ao autor simplesmente abandonar a tradição da qual fazia parte. Ele acreditava que o marxismo clássico poderia ainda ajudar a formar o pensamento de uma nova esquerda, através do legado de alguns de seus conceitos, desde que suas condições de possibilidade fossem revistas e seus pressupostos essencialistas fossem abandonados. Por isso, ao invés de romper completamente com esta escola, o autor tomou o caminho da desconstrução e da reativação da herança marxista a partir de dentro o que lhe rendeu o rótulo de pós-marxista.

Este trabalho resultou em um novo modelo explicativo para o social, a teoria do discurso, que o autor continuou a desenvolver até sua morte. Como o próprio nome sugere a teoria está centrada no campo discursivo que é originário da linguística e da psicanálise, mas que não se limita a fenômenos relativos à fala, mas atravessa toda densidade material das estruturas sociais. De modo geral, essa decisão aponta para o acolhimento do autor da dimensão simbólica como parte constitutiva das relações sociais, logo que, para ele, todas as práticas sociais são práticas discursivas.

Da teoria pós-estruturalista ele absorve especialmente a ideia da contingência e da rejeição de um fundamento último do social, entendido como centro organizador das relações humanas. Os pós-estruturalistas não negam que existam estruturas que dão o sentido de ordem ao campo do social. O que rejeitam é que essas estruturas sejam verdades *ex nihilo*, ou seja, que elas existam desde sempre como se o social fosse mera repetição. Eles partem da ideia de que todo fundamento social é parcial, limitado e contingente e que as estruturas sociais como as que conhecemos são sedimentações parciais e precárias e historicamente construídas.

Da teoria marxista, diversos conceitos são importantes, dentre os quais três são fundamentais para a teoria do discurso: hegemonia, antagonismo e

sobredeterminação. A primeira reativada a partir de Gramsci é certamente a mais central da ontologia criada pelo autor e é em torno dela que giram as demais categorias. A hegemonia é uma operação política de construção do social compatível com a lógica da contingência e com a complexidade das sociedades atuais. O antagonismo, na teoria do discurso, possui uma tripla função: limitar as estruturas sociais, constituir as identidades sociais e motivar as articulações hegemônicas. Já a sobre-determinação, tomada de empréstimo de Althusser, representa um tipo específico fusão, entre o plano material e o plano simbólico de modo que nem um nem outro não podem ser identificados separadamente.

Além destas noções outros conceitos importantes são desenvolvidos pelo autor. É o caso dos pontos nodais, trazidos da psicanálise de Lacan; ideologia reconstruída também do marxismo após um “choque” com o real lacaniano; a categoria do sujeito, completamente diferente tanto daquele do humanismo quanto do marxismo e inteiramente assentado no pós-estruturalismo; as lógicas da diferença e da equivalência que explicam como o social é estruturado politicamente e o mais importante para o nosso trabalho, a noção de democracia.

A Democracia Radical e Plural é concebida como um projeto político dedicado especialmente à esquerda. Para Laclau, a crise em que se encontrava a teoria marxista não se restringia ao campo teórico, mas se refletia no campo das práticas políticas, e logo, este também precisava ser revisto. De acordo com o autor, a esquerda política estaria sistematicamente se redefinindo enquanto centro e esquecendo os projetos de mudanças mais radicais. Ele defendia, ao contrário, que era necessário elaborar uma alternativa de credibilidade à ordem neoliberal, ao invés de simplesmente tentar administrá-la de forma mais humana.

O novo projeto alternativo da esquerda, segundo Laclau, deveria ter por missão a construção de um novo indivíduo. Este deveria ser diferente tanto daquele construído pelo liberalismo, pautado no individualismo possessivo, quanto daquele construído pelo socialismo tradicional portador de uma identidade classista. Deve se fundar na negação da essência do social e na afirmação da contingência como constitutiva deste. Também é preciso que o projeto parta da aceitação do antagonismo como constitutivo da política, e da rejeição da ideia de um argumento

racional não-excludente (crítica diretamente direcionada ao projeto habermasiano). Para Laclau, conflito e divisão, “não são nem distúrbios que infelizmente não podem ser eliminados, nem impedimentos empíricos que impossibilitam a plena realização de uma harmonia inatingível porque nunca seremos capazes de deixar nossas particularidades inteiramente de lado”. (LACLAU & MOUFFE, 2015, p.46)

O sucesso de um novo projeto dependeria, segundo o autor, do reconhecimento adequando do funcionamento das construções hegemônicas (como eles constroem) e da escolha certa da estratégia política que se deveria tomar. Ele não pode pautar-se em uma “estratégia de oposição”, pois um projeto hegemônico que não apresente uma proposta viável de “reconstrução de áreas específicas da sociedade, tem sua capacidade de agir hegemonicamente excluída de saída”. (LACLAU & MOUFFE, 2015, p.279) Ao invés disso, deve basear-se em uma “estratégia de construção de uma nova ordem” e constituir um projeto pautado em um conjunto de propostas de organização positiva do social”. (LACLAU & MOUFFE, 2015, p.279)

A teoria do discurso continuou a ser desenvolvida por Laclau durante trinta anos e considerando que conceitos e categorias são dinâmicos, naturalmente parte de sua construção sofreu modificações. Algumas mudanças foram explicitamente promovidas pelo autor acolhendo sugestões recebidas por críticos de sua obra, como no caso da noção de antagonismo que veremos adiante. Outras foram modificadas implicitamente e depois explicitamente negadas¹ por ele, como é o caso da noção de democracia radical e plural. Foi justamente a negação do autor que motivou esta dissertação cuja hipótese, confirmada com a pesquisa, era de que a noção de democracia havia sofrido modificações importantes ao longo desse período. Logo nosso problema central foi justamente saber: como ocorreu o desenvolvimento da noção de democracia do autor entre a publicação de “Hegemonia e Estratégia Socialista”, em 1985, e “A Razão Populista”, em 2005?

¹ Em seminário oferecido pelo mestrado de Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas, eu perguntei pessoalmente a Laclau se sua noção de democracia havia sido modificada, e o autor negou tais mudanças.

O escopo do trabalho está limitado à análise de quatro obras de Laclau que abrangem um período de 20 anos quais sejam: 1) *Hegemonia e Estratégia Socialista* (1985); 2) *Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo* (1990); 3) *Emancipação e Diferença* (1996); 4) *A Razão Populista* (2005). Outros textos e artigos de comentadores de Laclau foram também utilizados como fontes secundárias. As obras foram escolhidas a partir do recorte teórico-temporal entre a primeira obra em que o autor apresenta a noção de democracia radical e plural até a última obra completa de Laclau, até o início da nossa pesquisa.

Metodologicamente, fizemos uma análise de conteúdo. Esse método pressupõe que um texto contém “sentidos e significados, patentes ou ocultos, que podem ser apreendidos pelo leitor que interpreta a mensagem contida nele por meio de técnicas sistemáticas apropriadas” (CHIZZOTTI, 2006, p. 113). Procedimentalmente, o primeiro passo da pesquisa foi a leitura do material, conduzida de forma seletiva, retendo as partes essenciais para o desenvolvimento do estudo. Para facilitar a identificação e a extração posterior dos excertos, os mesmos foram enumerados da seguinte forma: 1) democracia; 2) populismo; 3) demandas democráticas; 4) demandas populares e 5) povo. Desse modo, sempre que esses termos ocorreram, ou ainda, quando outros termos sinônimos fizeram as vezes desses, eles foram identificados conforme esta numeração. Mas não apenas as palavras expressas foram analisadas, mas também, os sentidos subjacentes, as omissões, as ignorâncias consentidas, as preferências consentidas por palavras, os termos ambíguos, enfim, os indefinidos significados subjacentes que os textos contêm (CHIZZOTTI, 2006). O segundo passo foi a elaboração de fichas contendo excertos de partes relevantes do material consultado conforme a enumeração anteriormente explicitada. Por fim, com base nas fichas já catalogadas e enumeradas, foi executada a análise dos dados e consecução dos capítulos.

A dissertação está dividida em quatro capítulos. O primeiro é dedicado à apresentação dos elementos mais gerais concernentes à teoria do discurso de Ernesto Laclau. Conhecê-los é essencial para compreender a noção de democracia Radical e Plural visto que esta só funciona dentro da teoria desenvolvida pelo autor e a partir de seus pressupostos. No segundo capítulo, nomeado “A democracia Radical e Plural”, mostraremos a noção de democracia como apresentada por

Ernesto Laclau e Chantal Mouffe no último capítulo do livro *Hegemonia e Estratégia Socialista* (1985) em sua versão inicial. Esta apresentação é crucial para os apontamentos que faremos no capítulo 4 sobre as diferenças empreendidas por Laclau depois dela. O terceiro capítulo versa sobre a noção de populismo na obra de Ernesto Laclau. O tema é fundamental por que, em entrevista concedida à revista *Eurozine*² no ano de 2010, o autor declarou que para ele o populismo e a democracia radical coincidiam inteiramente. Foi essa declaração que motivou essa dissertação e, por essa razão, foi essa possível semelhança-dessemelhança que nos conduziu. Também por este motivo é que o último capítulo é dedicado a apresentar as aproximações e divergências entre a noção de democracia radical e o conceito do populismo desenvolvido por Laclau.

A abordagem teórica de Ernesto Laclau vem ganhando destaque no campo das discussões teóricas sobre a democracia e motivado a construção de diversos outros conceitos que tomam por base a radicalidade e a pluralidade propostas em seu projeto. Entretanto, em geral os autores partem da noção construída por Laclau 30 anos atrás como se está fosse uma fotografia final e desconsideram o seu movimento durante todos esses anos. Nosso trabalho intenta justamente esclarecer os sentidos da noção de democracia radical e plural e mostrar seu desenvolvimento na obra do autor, pois acreditamos que sua compreensão adequada é central para sua utilização no campo de pesquisa. Desse modo, justificamos nossa pesquisa como uma colaboração para o esclarecimento da noção de Ernesto de Laclau, mas também como uma contribuição para as pesquisas elaboradas por outros pesquisadores a partir dela.

² A entrevista tem como título “The defender of contingency” e pode ser acessada em: <http://www.eurozine.com/articles/2010-02-02-laclau-en.html>

CAPÍTULO I

As raízes filosóficas e os primeiros contornos da teoria do discurso de Ernesto Laclau

A incompreensão de uma teoria ocorre muitas vezes pela não compreensão do lugar de onde seu autor parte para desenvolver suas ideias. Este primeiro capítulo tem como finalidade justamente preparar o leitor para a compreensão da noção de democracia radical e plural que desejamos explorar ao longo dessa dissertação. O caminho será através da apresentação da teoria do discurso de Ernesto Laclau, visto que a noção que nos interessa só faz sentido dentro do próprio quadro teórico do autor. A teoria laclauniana parte de dois movimentos concomitantes, por um lado, a partir da adoção dos pressupostos teórico-filosóficos da matriz pós-estruturalista especialmente a concepção anti-essencialista do discurso e sua centralidade e, por outro lado, pela desconstrução e reativação³ da teoria marxista. Em vista disso, apresentaremos, em primeiro lugar, o paradigma pós-estruturalista e os principais elementos e pontos de onde Laclau parte para empreender seu trabalho. Em seguida, trataremos de apresentar o trabalho de desconstrução da teoria marxista realizado por ele, ou seu chamado pós-marxismo. Por fim, na última parte trataremos de apresentar os conceitos e categorias mais importantes da teoria laclauniana indispensáveis à compreensão da sua noção de democracia que será explorada nos demais capítulos.

1.1 O pós-estruturalismo e a análise do discurso

Nesta primeira parte de nosso trabalho apresentaremos as ferramentas teóricas e analíticas escolhidas por Ernesto Laclau para iluminar sua análise. Uma série de teorias e autores orientam o pensamento de Laclau e estes vão da filosofia à psicanálise. Entretanto, o conjunto analítico mais destacado é aquele advindo da

³ Refere-se à desconstrução promovida pelo autor a partir de ferramentas pós-estruturalistas, e a reativação de categorias marxistas para construção de sua teoria.

corrente teórica filosófica pós-estruturalista, especialmente a concepção anti-essencialista do discurso e sua centralidade e será sobre esta que nos debruçaremos, pois conhecê-las é requisito essencial para a compreensão da teoria do autor.

O pós-estruturalismo é o termo acadêmico genérico utilizado para referir-se ao conjunto de autores ou teorias que intentam suceder ao paradigma estruturalista apontando suas inconsistências. Trata-se da desconstrução promovida por pensadores diversos contra todos os paradigmas essencialistas, mas especialmente, contra a escola estruturalista. Por essa razão, conhecer este paradigma exige de nós um conhecimento anterior, é preciso voltar um passo atrás e conhecer o paradigma que ele critica, para só então descobri-lo.

Para começar, algumas prévias considerações concernentes ao estruturalismo. Em primeiro lugar, é importante dizer que o que chamamos estruturalismo abrange toda uma corrente de pensamento e, dessa forma, comporta diversas vertentes cada qual com suas peculiaridades. Na impossibilidade de esgotar todas as construções que poderiam ser caracterizadas como estruturalistas, para este trabalho convém explicitar apenas seu núcleo principal e os elementos mais fundamentais para as ciências sociais.

Em segundo lugar, é importante salientar que esta corrente está contida num universo mais abrangente chamado fundacionalismo. Este último representa uma tradição epistêmica que tem como ideia fundamental a existência de um centro que orienta, equilibra e organiza a estrutura social. Em outras palavras, essa tradição sustenta que há um fundamento último que define o social e que possibilita sua totalização. (DERRIDA, 2002) A distinção é importante porque, embora nesse ponto ambos os conceitos se confundam, o fato é que pensar sobre o fundamento ou origem das coisas remonta à Grécia Antiga aos pré-socráticos, bem antes de se imaginar qualquer coisa que se pudesse chamar de estruturalismo. Contudo, para este trabalho, os conceitos serão tratados como sinônimos tendo em vista que o que interessa para a pesquisa são as similaridades entre ambos.

Como dito anteriormente, a civilização ocidental, desde o mundo antigo, pôs-se a pensar no que poderia vir a ser a origem de todas as coisas. Ora, pensar numa origem é remeter necessariamente a algo como uma estrutura organizadora da vida social (ainda que esta leitura seja anacrônica). Os estudiosos gregos buscaram no mundo concreto explicações para o fenômeno da existência de tudo. O ar, a água, e outras inúmeras propriedades conhecidas foram testados para assumir tal tarefa.

A civilização cristã finalmente pôs “fim” ao problema e encontrou a origem indubitável de todas as coisas: Deus. Para a cristandade, Deus representa o centro imobilizado que oferece a certeza tranquilizadora de que as ações dos indivíduos estão sendo guiadas. Ele define, através de sua existência, como se darão todas as relações, organizando, regulando, orientando os indivíduos, estruturando-os, portanto. Durante séculos, não houve praticamente dúvidas sobre a verdade contida nessa proposição, e as que por ventura tiveram lugar, provavelmente tenham sido queimadas nas fogueiras da inquisição.

Após séculos, foi somente o desenvolvimento da ciência moderna que permitiu que outros centros pudessem ser novamente propostos. No entanto, não devemos entender “outros centros” como uma multiplicidade de centros, mas apenas como uma disputa entre vários centros pela ideia de um efetivo centro como tal. Isto porque, embora a ciência tenha posto em evidência a fragilidade da origem em um ser impossível de ser objetivamente experimentado ou comprovado, a ideia da “verdade” estava completamente impregnada nos desígnios da ciência e a “verdade fundacional” é, por definição, una.

Nas ciências sociais, a obsessão pela verdade também pode ser facilmente percebida desde suas origens nas mais diversas teorias e correntes desde campo. A vastidão de conhecimento produzido e que pode ser considerada fundacionalista é completamente impossível de ser apresentada neste capítulo, por isso, explicitaremos apenas alguns elementos das mais importantes escolas de pensamento para o nosso trabalho, e especialmente os elementos da escola a qual nos referimos no início deste capítulo, o estruturalismo.

Foi Claude Lévi-Strauss quem popularizou o estruturalismo de Ferdinand de Saussure na antropologia, aplicando este processo ao estudo das estruturas do parentesco (1949) e, sobretudo, à análise dos mitos (1955). A ideia básica de Saussure era de que a língua se constituía num *sistema* autônomo em que os códigos e regras precedem e determinam as práticas (a fala). Dessa forma, enquanto a fala era um ato individual e podia ser atualizada pelo indivíduo, a língua tendia a conservar-se inalterada. Essa é a mesma lógica que Lévi-Strauss transpôs para a antropologia estrutural. A língua correspondia à estrutura social, entendida como sistema autônomo que tende a se conservar através de regras e códigos, apesar das mudanças históricas e individuais, enquanto a fala era a representação do sujeito que está, portanto, submetido a regras e age de acordo com elas. (RODRIGUES, 2008).

A submissão do sujeito às estruturas é uma das principais características do estruturalismo e uma das razões para seu grande sucesso. As ciências humanas, desde seus primórdios, reviravam-se em provar sua cientificidade frente às ciências naturais e o sujeito sempre foi o maior obstáculo a esse propósito. Dessa forma, o estruturalismo “maneja o determinismo e a objetivação excluindo o sujeito, demasiado aleatório, e a história demasiado contingente, em proveito de um modelo tão rigoroso quanto às ciências da natureza: a linguística estrutural.” (DOSSE, 1993, p. 193) Ao excluir o sujeito, o estruturalismo colocou em xeque dois outros paradigmas para os quais o sujeito era condição de existência, o humanismo e o marxismo. Claro que isto não significa a declaração de óbito dessas teorias, mas o acirramento da rivalidade pelo centro explicativo do social, ou para definir o seu verdadeiro fundamento.

Contudo, se o estruturalismo foi, de certa forma, uma resposta crítica ao humanismo e ao marxismo, ele, no entanto, partilhou com seus rivais das mesmas dificuldades que mais tarde a corrente pós-estruturalista tentaria superar: a ideia de um centro ou fundamento. No primeiro caso, para o paradigma humanista, o homem substitui a centralidade de Deus. O sujeito autocentrado faz-se a si mesmo e constrói o mundo a partir de suas necessidades, tendo liberdade para criar. Ele é o próprio centro da existência humana. No marxismo, este sujeito não é um sujeito individual, mas o portador de um papel histórico universal, aquele que teria a missão

de emancipar a classe operária da opressão do capitalismo, o que pressupunha o apagamento de todas as outras identidades sociais para fabricar um sujeito total. Já no estruturalismo, o sujeito está subjugado pelas estruturas que substituem a centralidade daquele e totalizam o social.

Em todos os casos, buscava-se encontrar o elemento ou o conjunto de elementos (regras e códigos), que pudesse ser identificado como aquele que totaliza, conserva, estrutura e significa uma sociedade, seu centro organizador, seu fundamento. No cristianismo, Deus. Para o humanismo, o homem. No marxismo, a classe universal operária. No estruturalismo, as estruturas. Diferentes respostas para a mesma pergunta. Substituição de centro a centro, de uma estrutura a outra sem que a ideia mesma do fundamento fosse abalada.

O grande sucesso estruturalista foi também efêmero. Como num movimento de implosão, os autores desta escola passaram a criticar seus próprios fundamentos, criando o que genericamente convencionou-se chamar de pós-estruturalismo. Esta virada teórica marca uma importante crise de paradigmas das ciências sociais e ocorreu em meio às turbulências da década de 1960. Na América Latina, assistíamos à proliferação de regimes militares envolvendo praticamente todos os países da região, numa verdadeira guerra anticomunista apoiada pelos Estados Unidos. Na Europa, multiplicavam-se as manifestações e novos movimentos sociais de proteção aos mais diversos direitos, tais como os direitos das mulheres, das minorias étnicas, das lutas ecológicas entre outras. No continente africano, diversos países conquistaram suas independências nesse período. Na França, em maio de 1968, instalou-se uma greve geral, considerada como o marco de nascimento do pós-estruturalismo. (RODRIGUES, 2008). Estas circunstâncias no campo do social teriam levado os estruturalistas a refletirem sobre a validade de seus pressupostos, afinal os sujeitos que eles negavam existir haviam tomado as ruas.

Toda uma série de novos fenômenos positivos subjaz às mutações que tornaram a tarefa de reavaliação teórica tão urgente: o surgimento do novo feminismo; os movimentos de protesto de minorias étnicas, nacionais e sexuais; as lutas ecológicas anti-institucionais empreendidas por camadas marginalizadas da população; o movimento antinuclear; as formas atípicas de luta social em países da periferia capitalista - todas estas implicam uma

expansão da conflitividade social a um conjunto mais amplo de áreas, criando o potencial, e não mais do que isso, para um avanço rumo a sociedades mais livres, democráticas e igualitárias. (LACLAU & MOUFFE, 2015, p.51)

A crise teórica advinda de transformações tão abruptas e inesperadas é tão importante que poderia também ser chamada de crise do fundamento social. Ela marca toda uma série de críticas proferidas não apenas contra o estruturalismo, mas contra todas as demais teorias essencialistas, partes do universo chamado fundacionalismo. É preciso destacar que a semente da desconstrução da ideia do fundamento já se encontrava presente na crítica nietzschiana da metafísica, assim como na crítica freudiana da presença e na destruição heideggeriana da metafísica. (DERRIDA, 2002) Mas é a partir da crise teórica a qual nos referimos, e do advento do pós-estruturalismo, que o trabalho desconstrucionista ganhou impulso.

O pós-estruturalismo⁴ deve ser entendido como uma “constante interrogação das figuras metafísicas fundacionais, tais como a totalidade, a universalidade, a essência e o fundamento” (MARCHART, 2007, p.2). Esta corrente não se confunde com o anti-fundacionalismo, outra vertente teórica nascida a partir da crise que nos referimos. Esta última pode ser entendida como a rejeição total a ideia de qualquer fundamento social e leva-nos ao seu oposto, ao relativismo, ou seja, à ideia de que todas e quaisquer crenças têm o mesmo valor. (MARCHART, 2007)

No caso do pós-estruturalismo, embora não possa reduzir esta vertente de pensamento a um todo homogêneo, o que seus autores têm em comum é a rejeição ao fundamento último do social, entendido como centro organizador das relações humanas, e a aceitação de sua contingência histórica. O que se nega, portanto, não é que existam estruturas que dão o sentido de ordem ao campo do social. O que se rejeita é que essas estruturas sejam verdades *ex nihilo*, ou seja, que elas existam desde sempre como se o social fosse mera repetição. O que se procura mostrar é que as estruturas sociais como as que conhecemos são sedimentações parciais e precárias, historicamente construídas.

⁴ Usaremos também o pós-estruturalismo e o pós-fundacionalismo como sinônimos, já que o que nos interessa são as similaridades entre ambos, embora o segundo seja mais abrangente que o primeiro.

O problema está, portanto, colocado não em termos de nenhuma fundação (a lógica do tudo ou nada), mas em termos de fundamentos contingentes. (...) O que se torna problemático, como resultado, não é a existência de fundações (no plural), mas seu status ontológico - o que é visto agora como necessariamente contingente. (MARCHART, 2007, p. 14)

Se para o paradigma estruturalista os códigos e as regras sociais estruturam e totalizam os indivíduos de forma inescapável, para o pós-estruturalismo esta não é uma realidade pétrea, mas apenas um efeito da estrutura que esconde a sua real contingência. Dessa forma, se *totalidade* é o termo-chave para compreender o estruturalismo, *contingência* é o correspondente para compreender o pós-estruturalismo. Se para o estruturalismo o fundamento é uma necessidade, no pós-estruturalismo a única necessidade é a própria contingência (historicamente dada).

A impossibilidade de tal fundamento é a condição necessária da possibilidade de fundamentos - no plural - da mesma forma que a contingência pertencente a "fundamentos contingentes" é uma contingência necessária. Dessa forma, "contingência" torna-se o termo operacional, cuja função é a de indicar com precisão esta impossibilidade necessária de um fundamento último. (MARCHART, 2007, p. 25)

Podemos então resumir o paradigma pós-estruturalista como uma postura teórico-metodológica, ou um ponto de partida alternativo, em que a aceitação da contingência do social e a rejeição do fundamento último são as ideias mais fundamentais. Desse quadro geral Laclau adotou uma variedade de elementos advindos de diversos autores e correntes com destaque para os pressupostos advindos da análise do discurso e especialmente a vertente ligada à psicanálise.

A análise do discurso se originou no campo da lingüística, mas não se limita a fenômenos relativos às áreas da fala e da escrita, mas privilegia especialmente a função e o processo da língua no contexto imperativo e social dos sujeitos, considerando a linguagem como uma prática social. O discurso, resultado da prática discursiva, por sua vez, também não se restringe a estrutura ordenada de palavras, mas é a expressão de um sujeito no mundo que explicita sua identidade. (CHIZZOTTI, 2006, p. 114-120).

De um modo geral as diferentes abordagens da análise do discurso possuem em comum o acolhimento da dimensão simbólica como parte das construções sociais e a abordagem adotada por Laclau é especialmente influenciada

por aspectos da psicanálise de Freud e Lacan. Parte-se do pressuposto de que os sujeitos ao entrarem no mundo da linguagem alienam-se. Não o tipo de alienação como aquela pensada pelo marxismo da qual poderíamos um dia nos livrar-mos. “Não podemos não estar sujeitos à linguagem, a seus equívocos, sua opacidade. (...) A entrada no simbólico é irremediável permanente: estamos comprometidos com os sentidos e o político. Não temos como não interpretar”. (ORLANDI, 2001, p.9)

Isso não quer dizer que estamos inteiramente determinados pela linguagem, pois o processo de significação é aberto. “A condição da linguagem é a incompletude. Nem sujeitos nem sentidos estão completos, já feitos, constituídos definitivamente”. (ORLANDI, 2001, p.52) Etimologicamente a palavra discurso tem em si a ideia de curso, de movimento. Dizer que o sujeito está alienado não significa sua prisão, mas apenas que ele “significa em condições determinadas, impelido, de um lado, pela língua e, de outro, pelo mundo, pela sua experiência, por fatos que reclamam sentidos, e também por sua memória discursiva”. (ORLANDI, 2001, p.52) Não estamos completamente determinados, muito menos estamos inteiramente livres. Dessa forma, sujeitos e linguagem estão sempre em relação. Somos marcados pela falta porque a linguagem também é.

Pela natureza incompleta do sujeito, dos sentidos, da linguagem (do simbólico), ainda que todo sentido se filie a uma rede de constituição, ele pode ser deslocamento nessa rede. Entretanto, há também injunções à estabilização, bloqueando o movimento significante. Nesse caso, o sentido não flui e o sujeito não se desloca. Ao invés de fazer lugar para fazer sentido, ele é pego pelos lugares (dizeres) já estabelecidos, num imaginário em que a sua memória não reverbera. Estaciona. Só repete. (ORLANDI, 2001, p.54)

Essa relação determinação/indeterminação é compatível com o que falamos há pouco sobre os pressupostos pós-estruturalistas. Para esta perspectiva, não somos completamente determinados, não temos uma identidade definitiva nem mesmo um plano de emancipação definitiva de um sujeito auto-consciente. Mas também não somos completamente livres de determinações, as estruturas existem e nos estruturam ainda de que modo parcial e precário. A análise do discurso da mesma forma trabalha continuamente a articulação entre estrutura e o acontecimento. Recusa a fixação final e também a liberdade em ato. Dessa

perspectiva somos “sujeitos, ao mesmo tempo, a língua e a história, ao estabilizado e ao irrealizado, os homens e os sentidos fazem seus percursos, mantêm a linha, se detêm junto às margens, ultrapassam os limites, transbordam, refluem”. (ORLANDI, 2001, p.53)

É preciso ressaltar que os analistas do discurso não negam que existam objetos exteriores ao pensamento, “um terremoto ou a queda de um tijolo é um evento que certamente existe, no sentido de que ocorre aqui e agora, independente da minha vontade”. (LACLAU & MOUFFE, 2015, p.181) Porém, a interpretação sobre esses eventos, por exemplo, se serão significados como um “fenômeno natural” ou como “expressão da ira de Deus”, vai depender de como o social está simbolizado.

No caso específico da teoria de Laclau, o acolhimento da dimensão simbólica possui ainda dois aspectos específicos que são fundamentais: o seu caráter sobredeterminado e o seu caráter material. A sobredeterminação é um conceito tomado de empréstimo de Althusser que tem sua origem na psicanálise e representa um tipo “bastante preciso de fusão que envolve uma dimensão simbólica e uma pluralidade de significados”. (LACLAU & MOUFFE, 2015, p.168) Uma fusão implica um processo no qual dois ou mais núcleos se unem para formar outro. No caso do discurso o plano material e simbólico são fundidos, e, portanto, impossível de serem identificados os significados separadamente. Isso quer dizer que “não há *dois* planos, um das essências e o outro das aparências, uma vez que não há possibilidade de fixar um sentido literal *último* em relação ao qual o simbólico seria um plano segundo e derivado de significação”. (LACLAU & MOUFFE, 2015, p.169)

Neste sentido, Laclau afasta-se tanto das correntes da análise de discurso que considera existir no social um campo discursivo e um campo extra-discurso separados, quanto da ideia marxista de falsa consciência já que não haveria sentido falar em outro mundo que nossa consciência deveria desvelar, nem um mundo não simbolizado que deveríamos descobrir, porque a não simbolização, o real, é uma dimensão inatingível. Consequentemente o autor parte da ideia de que “não há nada no social que não esteja sobredeterminado, ou seja, todos os objetos, tudo aquilo

que se dá nome, se concebe e se conhece, constitui-se numa ordem simbólica” e logo que todas as práticas sociais são práticas significativas.

Nossa análise rejeita a distinção entre práticas discursivas e não discursivas. Afirmamos que: a) todo objeto é constituído como um objeto de discurso, na medida em que nenhum objeto é dado fora das suas condições de emergência; b) que qualquer distinção entre os usualmente chamados aspectos linguísticos ou comportamentais da prática social é, ou uma distinção incorreta, ou necessita achar seu lugar como diferenciação dentro da produção social de sentido, que é estruturada sob forma de totalidades discursivas (LACLAU & MOUFFE, 2015, p.180).

De forma semelhante o caráter material do discurso também é resultado dessa fusão. Se material e simbólico são indissociáveis, visto que foram fundidos, não faz sentido falar em dois diferentes planos entre o que é dito e o que é feito, ou em uma dicotomia entre o ideal e o real. Quando falamos na materialidade, “estamos justamente nos referindo à forma material, ou seja, a forma encarnada, não abstrata nem empírica, onde não se separa forma e conteúdo: forma linguístico- histórica, significativa”. (ORLANDI, 2001, p.53) Laclau nos oferece um exemplo bastante interessante do caráter sobredeterminado e material de onde parte:

Suponhamos que estou construindo um muro com outro pedreiro. Num certo momento, peço ao meu companheiro que me passe um tijolo e logo ponho este no muro. O primeiro ato – pedir o tijolo – é lingüístico; o segundo – pôr o tijolo na parede – é extralingüístico. Ao estabelecer a distinção entre dois atos em termos da oposição lingüístico/extralingüístico esgota a realidade de ambos? Evidentemente não, porque apesar da diferenciação nestes termos, ambas as ações compartilham algo que permite compará-las, que é o fato de que ambas são partes de uma operação total que é a construção da parede. Como caracterizamos então esta totalidade, a qual pedir o tijolo e pô-lo na parede são momentos parciais? Obviamente, se esta totalidade inclui elementos lingüísticos e extralingüísticos, ela deve ser anterior a esta distinção. Esta totalidade que inclui o lingüístico e o extralingüístico é o que chamamos de discurso. (LACLAU, 2000, p.114)

Por fim há de se notar que para Laclau a linguagem é uma totalidade formada como sistema de diferenças que possui caráter relacional e em que todas as identidades sociais estão sempre em relação de concorrência e se constroem através da negatividade. Dessa forma, a palavra “mãe” só possui sentido dentro de um quadro relacional com outras figuras tais como “pai” e “filho”. O caráter da negatividade se mostra no fato de que ser “mãe” significa justamente não ser nem “pai” e nem “filho”.

Em suma, a análise discursiva adotada por Laclau compartilha diversos pressupostos pós-estruturalistas e pode ser considerada parte dele, pois ambos renunciam ao fundamento e ao essencialismo em favor de uma abordagem, contingente e relacional. Nas seções seguintes veremos todos esses aspectos referentes ao pós-estruturalismo e a análise do discurso aplicados à desconstrução e reativação da teoria de marxista empreendida por Laclau.

1.2 Pós-marxismo

Nesta parte de nosso trabalho, apresentaremos o segundo movimento que Ernesto Laclau realizou para construir sua teoria, ou seja, a desconstrução e a reativação da teoria marxista. Como já sabemos, esta escola havia sido a grande influência teórica do início da carreira do autor. Entretanto, segundo ele, as mudanças sociais e políticas ocorridas especialmente nas décadas de 1960 e 1970, tornaram urgente a tarefa de revisão do marxismo, uma vez que suas categorias já não conseguiam mais dar conta das sociedades contemporâneas que revelaram um mundo infinitamente mais complexo do que aquele pensado por autores desta escola. Laclau então tomou o arcabouço teórico marxista e desconstruiu suas categorias tendo em vista os pressupostos da teoria pós-estruturalista, o que lhe rendeu o rótulo de pós-marxista. É essa tarefa teórica que iremos analisar a seguir.

Seguiremos a mesma abordagem da seção anterior, ou seja, começaremos pela apresentação do paradigma que o autor intenta suceder, o marxismo. Obviamente seria impossível conseguir fazer *jus* a um arcabouço teórico secular em poucos parágrafos sem que se corra o risco de reduzir a indiscutível complexidade da obra de Marx e daqueles que o sucederam e enriqueceram seu legado. Por isso, nossa missão é apenas apresentar de maneira muito breve parte desse arcabouço que colaborará com nossa compreensão sobre o pós-marxismo de Laclau, sem entrar em suas especificidades.

Na teoria marxista, as ideias, concepções, gostos, crenças, categorias do conhecimento, ideologias, a consciência e a própria sociedade são determinadas pela relação homem/natureza, isto é, pelas relações materiais. Segundo Marx, nas sociedades anteriores às capitalistas, as indústrias e a capacidade produtiva

estavam limitadas às próprias necessidades dos indivíduos, e a divisão trabalho se dava a partir da idade, força física e gênero. Essa relação foi modificada na sociedade capitalista que tem como principal singularidade a divisão social do trabalho. É o excedente de mercadorias, permitido pela revolução industrial e a apropriação dos meios de produção pela burguesia que criam, para o autor, a divisão “social” e não “natural” do trabalho, onde, de um lado, estariam os detentores dos meios de produção que corresponde à burguesia, e, de outro, os proletários despossuídos de seus meios. (QUINTANEIRO, BARBOSA E OLIVEIRA, 2002).

Dessa forma, a sociedade capitalista é expressa por Marx como um modelo dicotômico que corresponde ao mesmo tempo a um modo de divisão do trabalho e também uma divisão de classes sociais. Da divisão social do trabalho surge o conflito de interesses e o antagonismo entre as classes, visto que a classe burguesa sobrevive da usurpação dos meios de produção dos proletários e ameaça a sua existência. O antagonismo na teoria marxista tem justamente a função de ativar a luta de classes que conduziria necessariamente a um processo revolucionário, em que a classe operaria universal se apropriaria dos meios de produção fundando, num primeiro estágio transitório uma ditadura do operariado, para em seguida transformar as bases da sociedade, de capitalista para comunista, em que as classes seriam por fim abolidas. (QUINTANEIRO, BARBOSA E OLIVEIRA, 2002).

O que devemos reter essencialmente desse modelo reduzido da teoria marxista é especialmente a questão do essencialismo e da cadeia de necessidade histórica proferida por Marx, inapropriada do ponto de vista pós-estruturalista e que constituem as principais limitações dessa escola. Como sabemos, para os pós-estruturalistas o curso da história nunca está dado e todas as sedimentações são não apenas parciais, mas contingentes. Logo, não é possível falar em um aspecto do social que determine finalmente todas as relações e nem em uma sucessão de eventos e acontecimentos que se seguiria até uma revolução e a tomada do poder pela classe operária universal, rumo ao comunismo. Aceitar a premissa de que “a luta de classes conduz, necessariamente, à ditadura do proletariado” (MARX, 1975, p. 481) seria o mesmo que aceitar que há apenas uma solução fundamental e, portanto, negar a contingência histórica.

Diversos autores marxistas que deram continuidade ao legado de Marx perceberam que a sequência de fatos históricos previstos por ele havia se mostrado simplista demais para se realizar na sociedade contemporânea e promoveram a tarefa de adicionar conceitos e categorias que pudessem flexionar esta teoria e adaptá-la para realidades mais complexas. Entretanto, não devemos confundir o trabalho realizado por autores reformistas contemporâneos da escola marxista com o trabalho de Laclau. Enquanto os primeiros tentaram salvar o legado de Marx, adicionando categorias àquela, para Laclau a questão era diferente: tratava-se de desconstruir a teoria marxista em seus fundamentos e, em seguida, à luz dos problemas contemporâneos, reativar suas categorias com o intuito de superá-la.

Dessa forma, o trabalho do autor não deve ser visto nem como uma reforma da teoria de Marx, pois reformar implicaria a manutenção de suas bases, que é justamente o que Laclau desconstrói, mas também não pode ser visto como um movimento anti-marxista de pura crítica, pois Laclau reativou inúmeras categorias desta escola procurando ir além desta. Logo, o termo pós-marxismo é o mais apropriado para falar do seu trabalho.

Dito isso, resta-nos agora mostrar os fundamentos desconstruídos por Laclau em seu pós-marxismo. Em primeiro lugar, o autor nega que as relações sociais se constituam a partir da divisão social do trabalho. Ele afirma que embora se possa dizer que as relações econômicas exerçam grande influência sobre as relações sociais, elas, no entanto, não as determinam e muito menos as predeterminam. Como sabemos para a perspectiva pós-estruturalista em que ele se apoia a única necessidade é a própria contingência, logo, a indeterminação.

Em segundo lugar, ele rejeita a ideia de que o antagonismo pode ser automaticamente deduzido das relações capitalistas. Isto por que as relações capitalistas, para ele, são relações entre categorias econômicas, apenas sustentadas por agentes sociais. Já o antagonismo é uma categoria política exterior à relação econômica e, por isso, só pode existir se a contradição entre o operário e o burguês ultrapasse a relação de simples compra e venda de trabalho. Ora, se um operário vende sua força de trabalho e ganha em troca um salário que o proporciona uma vida decente e acesso a bens de consumo ao qual ele se sente satisfeito,

nenhum antagonismo pode ser extraído desta relação. Entretanto, se as condições sociais em que este trabalhador se encontra, (preços dos alimentos, moradia, segurança) são impossíveis de serem vividas devido aos níveis salariais que recebem, impedindo-o de viver dignamente e de se constituir enquanto trabalhador, então daí emerge a possibilidade do antagonismo. O que Laclau infere é que o antagonismo não é interno às relações de produção ou ao capitalismo, mas se estabelece entre as relações de produção e uma identidade que é externa a elas.

Concebidas como forma, as relações capitalistas de produção não são intrinsecamente antagônicas. É preciso lembrar que as relações capitalistas de produção são relações entre *categorias econômicas* e que os atores sociais são simplesmente sustentadores delas. O operário não conta como pessoa concreta de carne e osso senão como vendedor da força de trabalho. Mostrar que as relações capitalistas de produção são *intrinsecamente* antagônicas implicaria, portanto, demonstrar que o antagonismo surge *logicamente* de uma relação entre o comprador e o vendedor da força de trabalho. Mas isso é exatamente o que não se pode demonstrar. (...) porque é somente se o operário *resiste* a essa extração que a relação passa a ser antagônica e não há nada na categoria de vendedor da força de trabalho que sugira que essa resistência é uma conclusão lógica. (LACLAU, 2000, p. 25)

Em terceiro lugar, Laclau recusa a cadeia de necessidade histórica marxista que levaria até a ditadura comunista. Ele afirma que toda a série prevista por Marx poderia de fato acontecer, mas somente como resultado de uma contingência histórica, jamais por uma necessidade apriorística. Não devemos subestimar a enorme importância dessa diferenciação. Dizer que algo pode acontecer, mas que não necessariamente irá acontecer é supor que há um trabalho a ser empreendido, é dizer que a luta não está ganha de saída e que, ao contrário, é preciso traçar estratégias, convocar para luta, ganhar batalha por batalha.

Em suma, Laclau abandona a ideia marxista de classe universal, sua ideia de sociedade, assim como o projeto emancipatório e a ideia de uma ditadura final do proletariado, todos incompatíveis com as ideias pós-estruturalistas. Isso não significa que ele abandona a tentativa de mudar radicalmente a ordem dominante do social, mas que aceita que para ganhá-la é preciso empreender uma luta num campo não predeterminado, o nome dessa luta é hegemonia. Na seção seguinte, mostraremos a reativação promovida por Laclau das categorias da teoria marxista que é a matéria prima de sua teoria do discurso.

1.3 A Teoria do Discurso

A última seção deste capítulo é dedicada a mostrar a reativação que Laclau promoveu das categorias da teoria marxista e também apresentar o seu projeto próprio, a teoria do discurso. Dentre as principais categorias que serviram de matéria prima para seu projeto estão às noções de hegemonia, antagonismo e sobredeterminação. Todas foram reativadas a partir dos pressupostos pós-estruturalistas que apresentamos na primeira seção. Além destas, Laclau desenvolve conceitos e categorias próprias, o que marca a autenticidade de seu modelo.

A noção de hegemonia é certamente a mais central da teoria do discurso e, por isso, será através dela que apresentaremos os elementos mais importantes concernentes ao trabalho de Laclau. A hegemonia é uma operação política de construção das estruturas sociais. Ela explica como, a partir da desordem ou da dispersão, se formam as regularidades, as estruturas sociais e as identidades dos sujeitos. Para entender como isso funciona, devemos lembrar um pressuposto básico do pós-estruturalismo, ou seja, a fundamentação final da sociedade é uma impossibilidade. Nenhum discurso pode totalizar o social e dar-lhe uma significação final, pois todos os discursos sociais são sempre parciais e contingentes. Apesar dessa impossibilidade, algum tipo de ordem social é sempre requerida, pois um mundo sem um mínimo de regularidade na dispersão seria um mundo sem sentido algum e não é possível vivermos sem algum tipo de organização positiva da sociedade. Entre a impossibilidade e a necessidade está a representação performativa que é o investimento radical em um objeto parcial que representará a plenitude ausente, ou justamente o que Laclau chama de hegemonia.

A melhor forma de explicá-la é mostrar o seu funcionamento a partir de um exemplo. Imaginemos uma situação de extrema desordem: a queda abrupta e radical de um governo, por exemplo. Em algum momento, algum tipo de ordem será requerida para que a administração do social seja possível. Várias propostas serão apresentadas como a melhor de todas para representar o espaço da ordem. Elas estão a princípio dispersas no que Laclau chama de campo da discursividade e são

a rigor apenas particularidades. Em algum momento que não se pode determinar uma dessas propostas, que também é impossível prever *a priori*, emergirá e sem deixar de ser particular, tomará para si a tarefa de representar um universal compartilhado com as demais propostas iniciando uma operação de articulação equivalencial contra outras propostas a que lhes opõem. A proposta que conseguir agregar em torno de si mesma o maior número de outras propostas será considerada a mais hegemônica ou o discurso mais hegemônico. Ao representar a ordem (de forma precária e contingente) ela passará a ser considerada a própria ordem e irá estruturar o social e as identidades sociais.

Hegemonizar um conteúdo equivale, por conseguinte, fixar sua significação em torno de um ponto nodal. O campo do social pode ser visto assim como uma guerra de trincheiras em que diferentes projetos políticos pretendem articular em torno de si um maior número de significantes sociais (...). A necessidade e a 'objetividade' do social depende do estabelecimento de uma hegemonia estável e os períodos de 'crise orgânica' são aqueles em que se debilitam as articulações hegemônicas básicas. (LACLAU, 2000, p. 45)

A partir do exemplo acima, podemos fazer algumas inferências. Temos inicialmente uma situação de desordem, ou podemos simplesmente dizer que temos uma situação de dispersão do campo do discurso. A passagem da desordem para a ordem, embora necessária, não é automática; ocorre de modo absolutamente contingente. Sabemos que, a partir de um determinado momento, discursos antes dispersos podem vir a se unir iniciando uma operação de articulação uns com os outros e, dessa forma, dar origem a um discurso de ordem. Entretanto, não é possível prever *a priori* em que momento eles iniciarão o processo de articulação. Esse momento pode advir de um evento radical, por exemplo, da falência progressiva de uma instituição política ou mesmo pela mudança de percepção no social quando relações de subordinação antes encobertas passam a serem vistas como situações de opressão que precisam ser combatidas.

A dimensão de indecidibilidade estrutural é a própria condição da hegemonia. Se a objetividade social, através de suas leis internas, determinasse qualquer que fossem os arranjos estruturais (como numa concepção puramente sociologista da sociedade), não haveria espaço para rearticulações hegemônicas – nem, na verdade, para a política como atividade autônoma. Para que haja hegemonia, o requisito é que os elementos cuja própria natureza não os predetermina a fazerem parte de um arranjo ou de outro, não obstante convirjam, em decorrência de uma prática externa ou articuladora. (LACLAU & MOUFFE, 2015, p.39)

Também não é possível prever, qual discurso particular tomará a tarefa de representar os demais, transformando-se em no discurso hegemônico. O que sabemos é que ele se apresentará como a única possibilidade para a resolução da crise. Ele irá esconder sua própria particularidade e suas origens em favor de seu conteúdo universal metafórico. Em última análise, ele começa a significar não apenas uma única posição política literal, mas toda uma nova ordem social. Um discurso político que pretende se tornar hegemônico “oferece-se inicialmente como um mito”. (NORVAL 1996, p. 9 apud SMITH, 1988, p. 167) Isso não significa que ele de fato seja o “melhor” discurso. Na teoria laclauiana, a hegemonia não é alcançada por aqueles que possuem os melhores argumentos, ou por grupos moralmente melhores comparados a um conteúdo ético universal. Nada garante que o discurso hegemônico seja melhor ou mais progressivo que seus concorrentes, pois a operação hegemônica não é valorativa ou moralmente mensurável, mas apenas uma guerra de forças entre grupos opostos. (SMITH, 1988, p. 184)

A contingência também se mostra no fato de que não podemos prever com antecedência quais discursos serão articulados na cadeia para formar um discurso hegemônico. O que podemos inferir é somente que este último deve necessariamente possuir um traço comum compartilhado com os demais elementos da articulação que gerará o sentimento de solidariedade que os unirão. Este elemento que todos os discursos da cadeia partilham é a oposição contra outro discurso concorrente, um discurso antagônico. O antagonismo também reativado a partir da teoria marxista é a categoria da teoria laclauiana responsável pela motivação de uma articulação hegemônica, pois segundo Laclau um discurso é sempre dirigido a alguém. E se o antagonismo é responsável pela articulação hegemônica, ele é também responsável por constituir as estruturas e as identidades sociais.

O antagonismo, entretanto, não garante a manutenção da articulação hegemônica. O laço antagônico é apenas um vago sentimento de solidariedade que precisa ser condensado em um nome que manterá os elementos da cadeia unidos. Esse nome deve ser entendido de forma muito precisa. Ele não apenas nomeia a cadeia, ele é um nome que é a própria cadeia. O laço que originalmente subordinava-se às particularidades passa a reagir sobre elas numa inversão do

relacionamento⁵. Por isso, não estamos tratando de uma simples função de representação, mas de uma operação de sublimação que acarreta a substituição de um objeto ordinário pela Coisa, numa inversão do entendimento. “O objeto parcial torna-se em si mesmo uma totalidade; torna-se o princípio estruturante de toda a cena”. (LACLAU, 2013, p.176) Em termos lacanianos, (de onde Laclau extrai essa explicação) o objeto é elevado à dignidade de Coisa.

O nome que engendra a unidade de uma formação discursiva não tem uma identidade positiva própria. Trata-se simplesmente da objetivação de um vazio, a impossibilidade da completude do social. Consequentemente, o significante que desempenha o papel de objetivar a cadeia deve tornar-se não apenas contingente, mas também vazio. Sua função é conferir unidade ou coerência apesar da radical heterogeneidade do espaço social. Ele oferece homogeneidade à pluralidade das demandas.

O papel semântico de um significante vazio é justamente funcionar como nomes de uma plenitude que é constitutivamente ausente. “Existe um lugar, no sistema de significação, que é constitutivamente irrepresentável. Neste sentido ele permanece vazio, mas este é um vazio que pode ser significado, pois estamos lidando com um vazio *no interior* da significação”. (LACLAU, 2013, p.166) Laclau compara um significante vazio ao “zero de Pascal” onde o “zero” é ausência do número, mas também é “um” número.

O vazio, no que diz respeito a este lugar, não significa simplesmente *vacuidade*; ao contrário, o vazio existe porque aquela *vacuidade* aponta para a ausente completude da comunidade. Vazio e completude são, na realidade, sinônimos. No entanto, essa completude/ *vacuidade* somente pode existir encarnada numa força hegemônica. Isto significa que o vazio circula entre o lugar e seus ocupantes. Eles se comunicam um com o outro. (LACLAU, 2013, p. 247)

Tomemos um segundo exemplo que pode ajudar a clarificar a relação hegemonia-antagonismo-nomeação na teoria de Laclau. Pensemos no discurso feminista, na forma como ele surgiu e como ele se tornou hegemônico. Um dia, numa dada comunidade hipotética, o discurso “feminista” não passava de um

⁵ Ernesto Laclau fundamenta o efeito de nomeação da cadeia na teoria do objeto *petit a* de Jacques Lacan.

interesse particular de uma minoria de mulheres, jovens solteiras, por exemplo, em busca de postos de trabalhos. Inicialmente, as ideias do movimento pareciam tão absurdas que outras mulheres desta comunidade, casadas e donas de casa, foram contrárias por pensarem se tratar de uma ameaça à família. Contudo, em algum momento, precário e contingente, adicionou-se ao movimento à ideia de lutar também pelo fim da violência doméstica, pelo aumento da escolaridade das mulheres e pelo direito de herança. A partir deste momento, pessoas que não tinham qualquer identificação com a luta por postos de trabalho para as mulheres, mas que sofriam com a negação de uma dessas novas demandas, começaram a simpatizar com o movimento e aumentá-lo, até o ponto em este ganhou tantas adesões que o fez tornar-se hegemônico e naturalizar-se no imaginário ocidental, de modo que os direitos adquiridos pela luta feminista hoje parecem existir desde sempre para estas pessoas.

Obviamente esta construção do movimento feminista foi bastante grosseira e simplificadora e não passa de um exercício hipotético, porém, a partir dele é possível fazer algumas importantes observações: i) o discurso feminista era inicialmente um discurso particular, assim como o da violência doméstica, o da escolarização e o do direito de herança. Entretanto, sem deixar de ser um discurso particular, ele articulou-se aos demais para ser significado como um problema social de ordem pública assumindo, dessa forma, a tarefa de representar um universal compartilhado, enquanto que os demais discursos viraram pautas sob a bandeira feminista, sem deixarem de serem discursos particulares (a associação contra a violência doméstica, por exemplo, continuou funcionando normalmente com esta finalidade, além de ser apoiadora do movimento); ii) o discurso feminista constituiu um inimigo comum contra o qual todas as demais bandeiras teriam interesse em lutar: o machismo; iii) a articulação foi condensada em um nome, o feminismo, que representa a totalidade da cadeia que é algo diferente da soma das particularidades de cada demanda.; iv) toda essa série de eventos não foi previamente definida ou prevista, ao contrário, aconteceu de forma contingente

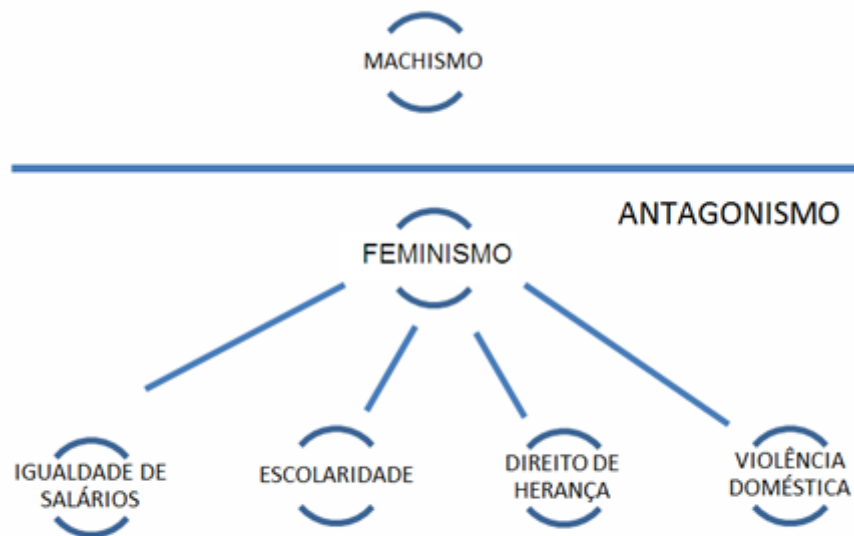


Figura 1 – Construção do discurso feminista de acordo com a lógica da hegemonia de Ernesto Laclau

A imagem acima ilustra a operação de articulação discursiva que descrevemos sobre o movimento feminista. Na teoria laclauniana os discursos dispersos antes da articulação são chamados de *elementos*. Quando estes elementos, antes dispersos no campo da discursividade, entram em articulação, eles passam a compartilhar entre si algum traço em comum, passando a serem *momentos* da articulação, embora continuem a preservar seus conteúdos particulares. É por isso que na figura acima podemos observar que os círculos que representam os discursos não estão fechados e completos, mas ao contrário, divididos ao meio. Isso mostra como que eles são em parte elementos (discursos particulares) e parte momentos de equivalência (parte do discurso hegemônico). A relação entre momentos não é apenas complementaridade, mas também tensão. “Enquanto as demandas individuais são reforçadas por meio de sua inscrição de equivalência, a cadeia como um todo desenvolve uma lógica própria, que pode levar a um sacrifício ou a uma traição dos objetivos dos elos individuais”. (LACLAU, 2013, p.208) A totalidade resultante da articulação é o discurso hegemônico.

No contexto desta discussão, chamaremos de *articulação* qualquer prática que estabeleça uma relação entre elementos de tal modo que a sua identidade seja modificada como um resultado da prática articulatória. À totalidade estruturada resultante desta prática articulatória, chamaremos *discurso*. Às posições diferenciais, na medida em que apareçam articuladas no interior de um discurso, chamaremos *momentos*. Por contraste,

chamaremos de *elemento* toda diferença não discursivamente articulada. (LACLAU & MOUFFE, 2015, p.178)

Temos até aqui um modelo resumido da operação hegemônica de Laclau. A partir de uma situação de falta surge a articulação entre demandas, e uma entre elas toma a tarefa de representar as demais numa operação performativa hegemônica, motivadas por um discurso antagonismo. Contudo, como sabemos, nenhuma construção hegemônica será jamais capaz de fundar finalmente o social, e logo isso significa que a construção do discurso hegemônico, assim como da fronteira antagonica é sempre falido e suas fronteiras são sempre móveis e podem variar de acordo com as conjunturas políticas. A contingência atinge tanto a construção da hegemonia quanto a construção do inimigo que a constitui.

A dimensão da falência das estruturas na teoria do discurso era também explicada pela categoria do antagonismo. Ela era responsável por marcar a experiência do limite do social. Entretanto, a partir da publicação de *Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo* (1990), esse status é retirado e sua função é transferida à categoria do deslocamento. A mudança foi promovida a partir de críticas a que Laclau se mostrou sensível, com destaque para aquela proferida por Slavoj Žižek (1993) em seu “*além da análise do discurso*” que o levou a admitir a ambiguidade quanto ao antagonismo e desenvolver a categoria do deslocamento para substituí-lo quanto à função da limitação do social. (STAVRAKAKIS, 2003)

O deslocamento é a categoria laclauniana que apresenta a possibilidade de mudança social. Ora, se aceitarmos que os fundamentos sociais são contingentes e nunca alcançam a plena totalização, isso significa que as sedimentações parciais que alcançamos mudam, ou seja, a contingência abre espaço para o deslocamento, que é o momento da mudança das estruturas sociais. De acordo com Laclau, o deslocamento possui três dimensões: 1) Ele é a forma mesma de temporalidade; 2) Ele é a forma mesma de possibilidade; 3) Ele é a forma mesma da liberdade. Tomemos estas dimensões uma a uma.

A temporalidade, afirma Laclau, deve ser entendida como oposto exato do espaço. O espaço é a totalização resultante da repetição e sucessão de momentos,

governada por uma lei estrutural que formam através da redução de sua variação um núcleo invariante, uma estrutura social. Dito de outro modo, o efeito de estruturação do social nada mais é que a repetição dos eventos sociais através da regulação, sucessão e eliminação da variação causando a impressão de que as coisas sempre foram como são e escondendo sua própria historicidade, sua temporalidade. (LACLAU, 2000) O deslocamento é o momento em que a espacialização é rompida e a “estrutura não consegue processar, semantizar algo novo, algo que, portanto, lhe foge à significação. (...) Uma estrutura deslocada é uma estrutura que experimenta um momento de crise, um momento em que a mesma é posta radicalmente em xeque”. (MENDONÇA, 2012, p.159) A espacialização de um evento consiste, portanto, na eliminação de sua temporalidade e, de modo contrário, a temporalidade é justamente a interrupção do efeito da espacialização mostrando a contingência das estruturas sociais.

Na segunda dimensão o deslocamento é uma forma mesma de possibilidade. Como ele intorrompe a estrutura social vigente, o espaço se abre para que uma nova ordem seja possível. Ao interromper o efeito de espacialização, o deslocamento gera no social uma espécie de crise de significação e as estruturas que costumavam dar o sentido de ordem já não conseguem mais organizar as relações sociais. É aquilo que Gramsci chama de crise orgânica. O único modo de resolver a crise é que outra forma de organização social ocupe o espaço do anterior, pois o deslocamento é a rigor apenas um momento e deve ser sempre seguido por uma rearticulação estrutural, ou seja, por uma nova ordem. Entretanto, a possibilidade deve ser entendida no sentido radical do termo, como uma autêntica possibilidade. Isto implica que deve haver outras, já que a ideia de uma possibilidade única contradiz a noção mesma de possibilidade.

A forma de pura temporalidade e a forma pura de possibilidade coincidem portanto. Do mesmo modo que, em última instância, o tempo vence sempre, finalmente, o espaço, podemos dizer também que o caráter de mera possibilidade de qualquer tipo de configuração se impoe, a passo largo, a toda nessecidade estrutural. (LACLAU, 2000, p.59)

A terceira dimensão do deslocamento refere-se à liberdade. Não se trata daquela liberdade da versão humanista em que tudo é possível. Liberdade aqui é a ausência de determinação. Podemos escolher a nova ordem que irá significar o

social, e é no momento de escolha entre uma estrutura e outra que reside à liberdade, pois a nova ordem será escolhida como uma entre outras opções. Entretanto isso não significa que “tudo passa a ser possível, ou que todo quadro simbólico desaparece”. (LACLAU, 2000, p.59) Se tudo fosse possível teríamos caído novamente num relativismo ou em um “universo psicótico”. Para “deslocar uma estrutura deve haver estrutura em primeiro lugar.” (LACLAU, 2000, p.59) Dessa forma, a nova estruturação que é indeterminada, dar-se numa situação determinada, ou seja, na qual há sempre uma estruturação relativa.

O momento do deslocamento é também o lugar do sujeito na teoria de Laclau, pois ele apenas surge no momento da escolha entre uma estrutura e outra. Não devemos confundir “Sujeito” com “posição de sujeito”. Este último refere-se aos “sujeitos” dentro da estrutura, e, portanto, sujeitos a leis internas, estruturados. Já o primeiro se constitui quando a estrutura é deslocada, no momento da liberdade. “É este momento de “falha” da estrutura (...) que “compele” o sujeito para agir. (...) O sujeito é forçado a tomar decisões (...) quando identidades sociais estão em crise e as estruturas necessitam ser recriadas”. (HOWARTH, 2000, p. 109). Dito de um outro modo, apenas somos sujeitos no momento em que podemos decidir entre uma ordem e outra. Feita a escolha voltamos a nos estruturarmos e logo nos transformamos novamente em posições de sujeitos dentro de uma estrutura.

Estou condenado a ser livre, mas não, como afirmam os existencialistas, porque eu não tenho nenhuma identidade estrutural, senão porque tenho uma identidade estrutural fracassada. Isto significa que o sujeito parcialmente se autodetermina: mas como esta autodeterminação não é a expressão de algo que o sujeito é senão, ao contrário, a consequência da sua falta de ser, a autodeterminação só pode proceder através de atos de identificação. Disso decorre que uma sociedade será tanto mais livre quanto maior seja a sua indeterminação estrutural. (LACLAU, 2000, p.60)

Essas três dimensões da relação de deslocamento temporalidade, possibilidade e liberdade se implicam mutuamente. É porque o evento é pura temporalidade, ou seja, porque é radical e exterior a estrutura que podemos falar em uma radical possibilidade e em um deslocamento estrutural. Da mesma forma que só podemos falar em liberdade porque o deslocamento por ser radical e exterior, não predetermina a direção da nova estrutura.

Encontramos aqui novamente o paradoxo que domina o conjunto da ação social: há liberdade porque a sociedade não logra constituir-se como ordem

estrutural objetiva, entretanto, toda ação social tende a constituição desse objeto impossível e a eliminação, portanto, das condições da sua própria liberdade. (LACLAU, 2000, p.60)

É preciso destacar que todas essas operações são sempre iminentemente políticas. “O campo dos desnivelamentos estruturais é, no sentido mais estrito do termo, o campo da política”. (LACLAU, 2000, p.66) A política é o palco onde todas essas operações ocorrem, onde o social e as identidades se constroem e se desintegram, por isso que o tipo de política adotado por um Estado exerce grande influência sobre as condições de possibilidade da emergência de um discurso hegemônico.

Chegamos aqui a um modelo reduzido da teoria de Laclau. A estruturação parcial e contingente do social, que de acordo com os pressupostos pós-estruturalistas é sempre requerida, é atingida através das articulações hegemônicas e motivadas por antagonismos sociais. Já as mudanças estruturais e a contingência das estruturas hegemônicas são representadas pela noção do deslocamento, que marca a possibilidade da mudança e da liberdade dentro da teoria do discurso. Há vários outros conceitos e categorias importantes que se ligam a estes que seriam impossíveis de serem apresentados em tão pouco espaço, mas que serão mostrados no decorrer dos demais capítulos. É o caso das lógicas da diferença e da equivalência e outros tantos insights interessantes.

Considerações

Neste capítulo, foram apresentados os principais elementos teóricos que nortearão a análise que será realizada nos capítulos seguintes. Na primeira seção, falamos dos pressupostos em que se baseia a construção teórica de Laclau, o pós-estruturalismo e a análise do discurso. Ambas estão intimamente conectadas e são fundamentais para compreensão da ruptura do autor com a escola marxista da qual fazia parte. Na segunda seção apresentamos o pós-marxismo do autor. Ele deve ser entendido como o trabalho de desconstrução e de reativação da teoria marxista a partir dos pressupostos pós-estruturalistas. Na última parte, mostramos de modo

sucinto a teoria do discurso e seu funcionamento, através da apresentação das noções de hegemonia, antagonismo, significantes vazios e deslocamento que acreditamos serem as mais fundamentais na teoria de Laclau. Nossa próxima tarefa consistirá em mostrar a emergência e a centralidade da noção de democracia dentro do arcabouço teórico laclauniano.

CAPÍTULO II

A Democracia Radical e Plural

Neste capítulo, apresentaremos a noção de democracia radical e plural apresentada por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe no último capítulo do livro *Hegemonia e Estratégia Socialista* (1985). Neste momento, ela se apresenta como uma forma política de instituição do social pautada no ideal igualitário e na negação em dar a sua própria organização e a seus próprios valores o status de um fundamento e na rejeição contra toda e qualquer forma de essencialismo. Apresentar este modelo inicial é fundamental para marcar as modificações futuras desta noção que foi continuamente desenvolvida por Laclau. Na primeira parte, trataremos de posicionar a noção de democracia enquanto noção ontológica e, assim, diferenciá-la de outras que não possuem o mesmo sentido. Na segunda parte, falaremos da especificidade da democracia, uma lógica política assinalando o seu caráter radical e constitutivo. A terceira parte será dedicada a apresentar as duas grandes lutas surgidas na revolução democrática, a democracia liberal e o socialismo, que disputaram a positivação do social a partir do momento de ruptura com o antigo regime. Por fim, mostraremos, na quarta seção, os elementos constitutivos e as especificidades de noção de democracia radical e plural de Ernesto Laclau.

2.1 Democracia: uma noção em sentido ontológico

Nesta primeira seção, trataremos de marcar a noção de democracia desenvolvida por Ernesto Laclau enquanto uma lógica política com sentido ontológico, além de explicitar os ideais democráticos que o autor intenta expandir e ampliar em seu projeto democrático. Esta informação nos parece fundamental para

a compreensão adequada da noção do autor, porque cada um dos sentidos que a democracia pode adquirir relaciona-se a um diferente tipo de discussão no âmbito ciência política. Dessa forma, ao posicionar a noção do autor estamos apontando para os tipos de discussões e de críticas em que podemos envolvê-la. Isso é fundamental porque muitas acusações deferidas contra a noção do autor simplesmente não fazem sentido, porque ignoram o ponto de partida de Laclau ou porque comparam esta noção com outras que possuem sentido ôntico, portanto, grandezas diferentes e nem sempre comparáveis, o que apenas pode levar a limitações do debate.

A ontologia é um termo filosófico que significa a ciência do ser e que trata do estudo do ser em si mesmo e enquanto ser, independente de sua manifestação. O ôntico, por outro lado, trata do ser no mundo, em ação e de suas manifestações. A ontologia está ligada à dimensão do político⁶ que “refere-se aos trabalhos situados no campo da teoria política, cujos pesquisadores buscam averiguar (...) a essência “do político” enquanto a dimensão ôntica da política se relaciona com o campo empírico como, por exemplo, análises eleitorais, partidárias, institucionais (a política prática, do dia-a-dia). (MENDONÇA, 2009, p.160)

Dessa forma, o sentido ontológico da democracia é aquele que representa esta noção independentemente das formas como esta se manifesta na realidade empírica ou de como está normatizada, seus sentidos mais fixos e imutáveis, aqueles que poderíamos considerar como constitutivos de seu ser. Por essa razão, as discussões sobre a democracia em sentido ontológico dirigem-se a debater sobre o que seriam os princípios e a finalidade da democracia na dimensão do político, em sua essência. Diferentemente da política, que são as regras de comportamento do sentido normativo da democracia, o político é o momento radical em que as regras do jogo são instituídas e também contestadas. Por esta razão, dessa perspectiva não faz sentido envolver a noção de democracia do autor com discussões sobre a noção no mundo empírico, o sistema de um país, por exemplo. Logo, sempre que falarmos da noção de democracia radical e plural não estamos nos referindo a uma

⁶ Outros autores distinguem utilizando outros termos, política e polícia, por exemplo.

forma específica de sistema democrático, mas a uma lógica política com racionalidade própria.

Uma lógica política como entendida por Laclau é uma lógica de contestação e instituição do espaço social. É o lugar onde as mudanças acontecem. Está ligada ao momento do deslocamento político quando as regras vigentes são colocadas em xeque e novas propostas se tornam possíveis. A lógica política deve ser entendida como oposta à lógica social que consiste em seguir “regras que estruturam um horizonte no qual alguns objetos são representáveis, enquanto outros são excluídos”, (LACLAU, 2013, p.181)

Para entender melhor a função de uma lógica política, devemos começar por explicitar o que são as lógicas sociais para a teoria de Laclau. Há, segundo o autor, duas formas de se construir o social, pela lógica da equivalência ou pela lógica da diferença. A primeira é a lógica da simplificação do espaço político enquanto a lógica da diferença é a lógica da expansão de complexidade do social. Entre elas há uma relação de mútua limitação. Elas são ao mesmo tempo antagônicas entre si, e também interdependentes e nenhuma delas é capaz de eliminar totalmente a outra.

Nenhuma força política pode sustentar uma "guerra total" indefinidamente; em algum momento, o antagonismo será dissolvido ou suprimido, e pelo menos algumas das posições de sujeito que anteriormente estavam em guerra uns com os outros serão efetivamente reconstruídas como elementos dentro de um sistema de diferenças livre de antagonismo. Isso pode ocorrer por meio de algum grau de verdadeira resolução do antagonismo, cooptação, assimilação ou a divisão de uma posição de sujeito em novos fragmentos. Por outro lado, é impossível suprimir antagonismos indefinidamente, a fim de manter uma construção de um campo social como um sistema pacífico de diferenças. (SMITH, 1988, p.90)

Temos uma lógica da equivalência toda vez “que as forças sociais tendem a se tornar organizadas em termos de uma relação antagônica entre duas grandes cadeias de equivalência”. (SMITH, 1988, p.89) Um exemplo radical oferecido por Laclau de onde a lógica da equivalência apareceria de modo quase puro seria o caso de uma revolta camponesa milenarista, em que o mundo se divide em dois, a cultura camponesa e a cultura urbana, sendo uma o negativo oposto da outra. Em uma revolta desse tipo, o inimigo parece ser é total e a relação com ele almeja a sua

completa destruição. O significado do confronto é dado pela defesa contra uma ameaça, de algo que a comunidade *já era*. Ela aparece como um choque entre os dois mundos de modo inflexível, como se a realidade substancial que cada um deles possuísse precederia o choque e não resultaria dele. Nesse caso, o outro é ele mesmo a destruição de tudo aquilo que sou e, logo, minha existência depende igualmente de sua destruição. (LACLAU, 2013)

Entretanto, mesmo no caso extremo de uma revolta milenarista, certo grau de diferença permanece sem poder ser eliminado, pois a equivalência pode debilitar, mas não consegue domesticar as diferenças. Além disso, uma vez iniciada a revolta, nada na comunidade permanece como antes. De acordo com Laclau:

Mesmo que o objetivo da rebelião seja a restauração de uma identidade prévia, ela tem de reinventar aquela identidade, não pode simplesmente apoiar-se em algo totalmente dado de antemão. A defesa da comunidade contra uma ameaça externa deslocou aquela comunidade que, a fim de persistir, não pode simplesmente repetir algo que antecedeu o momento do deslocamento. É por isto que alguém que queira defender uma ordem existente das coisas já a perdeu mediante sua própria defesa. (LACLAU, 2013, p.183)

A lógica da diferença por outro lado, é aquela característica de sociedades amplamente estruturadas. Ao contrário da primeira que propõe a divisão radical do campo social, a lógica da diferença propõem a ideia de uma só “nação” em que as identidades sociais são equivalentes e fazem parte de um espaço comunitário homogêneo. Ela é aquela “que tenta fazer com que os limites da formação discursiva coincidam com os limites da comunidade.” (LACLAU, 2013, p.134) Nesse tipo de Estado, as demandas sociais são resolvidas diferencialmente deixando menor espaço para a construção de uma equivalência. Um exemplo clássico dessa lógica é o Welfare State, ou estado do bem-estar social.

Uma sociedade que postula o estado de bem-estar como seu horizonte último é aquela na qual somente a lógica da diferença seria aceita como um meio legítimo de construir o social. Nessa sociedade, concebida como um sistema em contínua expansão, qualquer necessidade social seria atendida diferencialmente; e não haveria nenhuma base para a criação de uma fronteira interna. Uma vez que ela seria incapaz de diferenciar-se de qualquer outra coisa, essa sociedade não poderia totalizar-se, não poderia criar um “povo”. (LACLAU, 2013, p.130)

Contudo, a diferença também não consegue domesticar a possibilidade de uma equivalência. Alguns obstáculos podem ser identificados durante o estabelecimento dessa sociedade (a cobiça dos empresários, os interesses solidificados, e assim por diante) e forçar “seus proponentes a identificar inimigos e a reintroduzir um discurso de divisão social baseado em lógicas de equivalência. Deste modo, os sujeitos coletivos constituídos em torno da defesa do Estado de bem-estar social podem emergir”. (LACLAU, 2013, p.130)

Estes exemplos representam apenas dois casos extremos. Entretanto, as relações sociais podem ser organizadas em qualquer ponto entre uma lógica e outra e é a lógica política que define essa localização e é por isso que o tipo de política adotado por um Estado exerce grande influência sobre as condições de possibilidade da emergência de novos discursos ou na manutenção do *status quo*. Um sistema autoritário tende a homogeneizar os cidadãos embora não ofereça muito espaço para que a lógica da equivalência transforme-se em um discurso antagônico contra o próprio regime. Já em um Estado onde as demandas são absorvidas institucionalmente, a lógica da diferença tende a se expandir e impor dificuldades para o estabelecimento da lógica da equivalência.

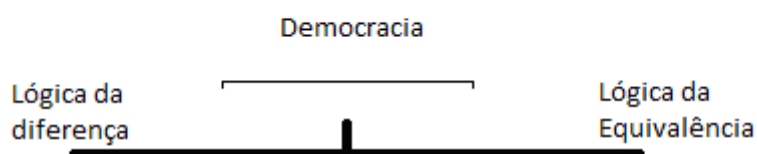


Figura 2 – Democracia em relação à lógica da diferença e da equivalência

A lógica política da democracia posiciona-se a meio caminho entre estas duas lógicas sociais. Ela é uma lógica compatível com uma pluralidade de espaços políticos e que evita a localização dos extremos buscando um equilíbrio constante entre ambas. É precisamente por essa razão que Laclau a escolhe como seu projeto. “Entre a lógica da identidade total e a da diferença pura, a experiência da democracia deve consistir no reconhecimento da multiplicidade de lógicas sociais

juntamente com o da necessidade de sua articulação”. (LACLAU & MOUFFE, 2015, p.278)

A democracia tende a expandir a lógica da diferença aumentando a complexidade do social, mas oferece liberdade necessária para que os afetados dentro do Estado reúnam-se para propor suas demandas de maneira coletiva, o que pode levar ao surgimento de vários novos pontos de antagonismo. “Mas esta articulação deve ser constantemente recriada e renegociada, e não há qualquer ponto final em que se chegaria definitivamente”. (LACLAU & MOUFFE, 2015, p. 278) Tudo isso ficará mais claro na seção seguinte quando nós mostraremos surgimento da lógica política da democracia no seio do espaço social dividido, da sociedade Francesa, quando emergiu a primeira experiência democrática moderna.

2.2 A lógica política democrática

Esta seção possui dupla função. Por um lado, a partir dela será possível mostrar como uma lógica política interrompe uma lógica social deslocando todas as regras sociais vigentes em um determinado espaço. Por outro lado, apresentar os efeitos da lógica política democrática que Laclau intenta expandir e ampliar em seu modelo. Nossa tarefa será apresentar o exemplo mais radical de uma lógica política da história moderna que é o evento da revolução democrática que deu origem a democracia moderna no mundo.

A revolução democrática designa a mutação do imaginário político das sociedades ocidentais que ocorreu a partir da substituição da sociedade hierárquica e desigual, pelos princípios democráticos da liberdade e da igualdade. O momento chave dessa transformação é a fundação, durante a Revolução Francesa, da primeira experiência de democracia baseada unicamente na legitimidade do povo.

A França pré-revolução era governada por um regime monárquico cujo poder central e absoluto estava nas mãos do rei que governava como representante de Deus. Era a partir dele e de suas vontades que o direito e a justiça eram

distribuídos para o resto do corpo social de forma vertical e hierarquizada. Tratava-se de uma sociedade de súditos, pautada no privilégio que somente o monarca poderia distribuir, e cujo poder estava ocupado por toda a eternidade.

Monarquia “absoluta” pressupõe e comporta um certo tipo de sociabilidade política, através da qual toda a sociedade é ordenada concêntrica hierarquicamente em torno dela, que é o centro organizador da vida social. Ela se encontra no cume de um conjunto hierárquico de corpos comunidade cujos direitos garante, e por intermédio dos quais circula de alto a baixo autoridade, e de baixo alto a obediência (mesclada de queixas, representações e negociações). (FURET, 1989, p.53)

Estes são os alicerces do antigo regime que a Revolução Francesa tratou de aniquilar. Segundo Tocqueville, os franceses queriam destruir todos os fundamentos da sociedade medieval e construir sobre o terreno devastado “uma sociedade com homens tão iguais e condições tão iguais quanto à humanidade permite” e, além disso, queriam viver não somente iguais, mas também livres”. (TOCQUEVILLE, 1997, p. 187) Trata-se da substituição do antigo regime baseado na honra e na distinção por outro de ordem radicalmente oposta baseado na igualdade.

Os franceses fizeram, em 1789, o maior esforço no qual povo algum jamais se empenhou para cortar o seu destino em dois, por assim dizer, e separar por um abismo o que tinha sido até então do que queriam ser de agora em diante. Com esta finalidade tomaram toda espécie de precauções para que nada do passado sobrevivesse em sua nova condição e impuseram-se toda espécie de coerções para moldar-se de outra maneira que seus pais, tornando-se irreconhecíveis. (TOCQUEVILLE, 1997, p. 43)

Os ideais revolucionários ambicionavam criar não apenas novas instituições, mas um novo homem. Isso explica, segundo Tocqueville (1997), por que a Revolução Francesa pôde se expandir por todo o continente europeu tornando-se a primeira revolução da história da humanidade que não ficou adstrita a um território, mas ao contrário, teve por função apagar do mapa todas as antigas fronteiras políticas. Ao expandir-se não como forma de governo, mas em forma de ideia abstrata sobre os direitos e deveres dos homens, a Revolução Francesa deixou de ser a rigor francesa e tornou-se uma revolução que se estendeu por todo o mundo.

Como parecia aspirar mais ainda à regeneração do gênero humano que à reforma na França, acendeu uma paixão que as revoluções políticas as mais violentas jamais conseguiram produzir até então. Inspirou o proselitismo e gerou a propaganda. Foi assim que pegou este ar de revolução religiosa que tanto apavorou os contemporâneos, ou melhor, tornou-se ela própria uma espécie de nova religião, uma religião imperfeita, é verdade, sem Deus, sem culto, sem Além, mas que, todavia, como o

islamismo, inundou toda a terra com seus soldados, apóstolos e mártires. (TOCQUEVILLE, 1997, p.60)

A nova legitimidade que faz nascer à revolução democrática. Em meio ao caos, o rei é destronado dando lugar à disputa pela ocupação provisória do poder e a soberania é transferida deste para o povo, proclamado como portador e, ao mesmo tempo, realizador dos princípios da revolução. “O poder aparece como um lugar vazio e aqueles que o exercem como simples mortais que só o ocupam temporariamente ou que não poderiam nele se instalar a não ser pela força ou pela astúcia”. (LEFORT, 1983, p. 270) Na impossibilidade de governar diretamente o povo deve ao menos ser representando periodicamente sem que jamais se possa reestabelecer a unidade permanentemente. Desde então, ninguém mais que quisesse participar da política poderia exercer seu poder em nome próprio, mas sempre em nome do povo, e a disputa política passou a ser travada entre todos aqueles que dizem falar em nome da soberania popular.

Em minha visão, o ponto importante é que a democracia é institucionalizada e sustentada pela *dissolução dos marcadores da certeza*. Ela inaugura uma história na qual o povo vivencia uma indeterminação fundamental no que se refere à base do poder, à lei e ao conhecimento e, assim, no que diz respeito às relações entre o *eu* e o *outro*, em todo nível da vida social”. (LACLAU, 2013, p.240)

Ao criar uma sociedade horizontal em que todos os homens são iguais a Revolução mudou o imaginário social criando uma “pátria intelectual comum da qual os homens de todas as nações podiam tornar-se cidadãos”. (TOCQUEVILLE, 1997, p. 59) As consequências de tais mudanças são enormes. O princípio da igualdade altera o critério de pertencimento social.

Esta ruptura com o *ancien régime*, simbolizada pela Declaração dos Direitos do Homem, proporcionaria as condições discursivas que tornou possível propor diferentes formas de desigualdade como ilegítimo e antinatural, e, assim, torná-los equivalente como as formas de opressão. (LACLAU & MOUFFE, 2015, p.238)

Num sistema de estamentos como aquele anterior à Revolução, o critério é como dissemos, hierarquizado e desigual e, conseqüentemente, as relações sociais tomam esta forma desigual. Uma vez que o critério é alterado para o da igualdade, a desigualdade social passa a ser vista como uma anomalia e torna-se um problema a ser combatido.

Nessa deriva imprevisível e acelerada, essa ideia da ação humana toma seus objetivos no avesso dos princípios tradicionais da ordem social. O antigo regime estava nas mãos do rei, a revolução é um gesto do povo. A antiga França era o reino de súditos, a nova, uma nação de cidadãos. A antiga sociedade era definida pelo privilégio, a revolução funda a igualdade. Constitui-se uma ideologia de ruptura radical com o passado, um formidável dinamismo cultural da igualdade. A partir de então, tudo - a economia, a sociedade, a política - curva-se diante da sua força da ideologia e dos militantes que a sustentam; qualquer liga, qualquer instituição é provisória diante dessa torrente que não para de avançar. (FURET, 1989 p. 40)

Laclau exemplifica o efeito subversivo da revolução democrática através da distinção entre relações de subordinação e relações de opressão. Relações de subordinação são aquelas em que “um agente é sujeito às decisões de outrem – um empregado face a um patrão, por exemplo, ou, em certas formas de organização familiar, a mulher face ao homem, e assim por diante”. (LACLAU, 2000, p. 104) Nesse caso, trata-se de uma desigualdade socialmente aceita. Já uma relação de opressão acontece quando uma relação de subordinação torna-se um ponto de antagonismo, ou seja, quando ele ocorre à revelia da vontade e dos direitos do oprimido.

Para tomar o caso do feminismo uma vez mais, é porque é negado às mulheres, como mulheres, um direito que a ideologia democrática reconhece em princípio para todos os cidadãos, que aparece uma brecha na construção do sujeito feminino subordinado, a partir da qual um antagonismo *pode* surgir. (LACLAU & MOUFFE, 2015, p. 243)

Ao colocar todos os homens em posição de simetria, o princípio da igualdade criou numerosos novos pontos de antagonismo no social, redefinindo relações de subordinação em relações de opressão. A partir daí tem-se a possibilidade de multiplicar as pautas, os espaços assim como se multiplicam as identidades sociais. Antes disso, “não se falava em «identidade», nem em «reconhecimento» – não porque as pessoas fossem destituídas de (aquilo a que chamamos) identidade, (...) mas, sim, porque, não eram suficientemente problemáticas para serem discutidas como tal”. (TAYLOR, 1998, p. 55).

Dessa forma, a lógica política da democracia é responsável por mudar radicalmente o imaginário social, subvertendo as relações anteriormente estruturadas. Entretanto, enquanto uma lógica política, ou seja, enquanto deslocamento, a lógica da democracia é incapaz de realizar aquilo que promete. Como meras ideias, “liberdade” e “igualdade” não mudam nada. O discurso

democrático não pode exercer este efeito de interrupção sobre relações de subordinação, até o imaginário democrático torna-se incorporado em normas e instituições. (SMITH, 1988, p.09) Como uma lógica política, a democracia não possui um conteúdo positivo ou uma ideia pré-construída a partir do qual o social deveria ser organizado.

Isto porque a lógica da democracia é simplesmente o deslocamento equivalencial do imaginário igualitário para relações sociais cada vez mais abrangentes e, como tal, é apenas uma lógica da eliminação de relações de subordinação e das desigualdades. A lógica da democracia não é uma lógica da positividade do social, e é, pois, incapaz de fundar um ponto nodal de qualquer tipo em torno do qual o tecido social possa ser reconstituído". (LACLAU & MOUFFE, 2015, p. 278)

Na realidade, por ser uma forma política de instituição do social pautada no ideal igualitário e libertário, a democracia nega-se a dar a sua própria organização e a seus próprios valores o status de um fundamento. Baseia-se não em um sistema de valores positivos, mas na rejeição contra toda e qualquer forma de essencialismo.

Há democracia na medida em que existe a possibilidade de questionamento ilimitada, mas isso é para dizer que a democracia não é um sistema de valores e um sistema de organização social, mas uma certa inflexão, um enfraquecimento da validade atribuível a toda organização e a todo o valor. (LACLAU, 2000, p. 197)

Isso não significa, contudo, que a necessidade de uma organização positiva seja eliminada, pois é impossível imaginar que uma comunidade viva sem alguma ordem. Por isso, o lugar vazio que a democracia inaugura nem por isso pode permanecer desocupado. Deverá sempre ser ocupado por uma particularidade, um projeto político que ofereça uma ordem para o social a partir de um conjunto positivo de propostas para a comunidade e que apresente reivindicações legítimas para ocupar aquele lugar. De fato, segundo Laclau, sendo o lugar do poder vazio ele "pode ser ocupado por *qualquer* força", inclusive uma força não necessariamente democrática. (LACLAU, 2011 p.104) As possibilidades são infinitas.

A "ordem" enquanto tal não tem conteúdo, já que só existe nas várias formas em que se realiza; mas, numa situação de desordem radical, a "ordem" está presente como aquilo que é ausente; passa a ser um significante vazio, como o significante dessa ausência. Nesse sentido, várias forças políticas podem competir em seus esforços para apresentar seus objetivos particulares como aqueles que realizam o preenchimento dessa falta. (LACLAU, 2011, p.78)

Dessa forma, a expansão dos efeitos da revolução democrática e a realização de seus princípios dependem diretamente de um projeto positivo em torno do qual a sociedade possa ser organizada. Na próxima seção, falaremos das duas grandes lutas políticas originadas na revolução democrática que disputaram a positivação do social pós-deslocamento, ambas limitadas do ponto de vista de Laclau e que deveriam ser substituídas por um novo projeto de democracia da esquerda, mais radical e plural.

2.3 As duas grandes lutas políticas modernas

Como dissemos na seção anterior, a democracia enquanto lógica política é puro deslocamento e os ideais que ela traz consigo só podem ser realizados a partir de um projeto positivo que ela mesma não fornece. Isso ocorre porque “a revolução é o espaço histórico que separa um poder de outro poder, e onde uma ideia da ação humana sobre a história substitui-se ao instituído” (FURET, 1989, p.40). Entretanto, que poder será instituído, é um dado que a revolução não predetermina. Ela é apenas o terreno no qual o deslocamento político opera apoiada num imaginário social. Contudo, a direção dessa reorganização não está dada *a priori* ela pode abrir caminhos para políticas muito diversas.

A revolução democrática moderna deu origem a duas grandes lutas, dois projetos positivos que intentaram parar os efeitos subversivos revolucionários, cada um em seu favor. Essas lutas são a da democracia defendida principalmente pelos liberais, e o socialismo, defendido especialmente pelos marxistas. Em cada uma delas, há o privilegiamento de uma diferente lógica social.

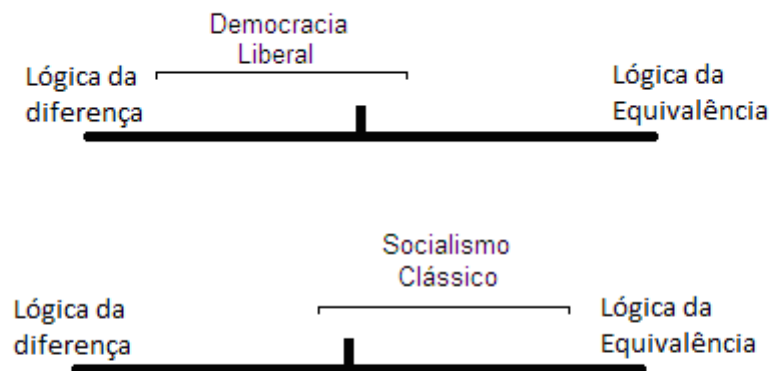


Figura 3 – Parte superior, democracia liberal em relação as lógicas da diferença e da equivalência; parte inferior, socialismo clássico em relação as lógicas da diferença e da equivalência.

Como pode ser visto na imagem acima, o projeto socialista clássico privilegia a lógica da equivalência. Isto porque sua ambição é a construção da identidade proletária o que se faz à custa de outras identidades que passam a ter papel secundário frente à necessidade de uma luta única e indivisível. Além disso, para o projeto socialista, a democracia é apenas um meio cujo fim é sempre a revolução que seria a radicalização máxima da lógica da equivalência cujo sacrifício seria a própria lógica democrática. A democracia liberal, por outro lado, tende a expandir a lógica da diferença através da promoção da autonomia dos espaços políticos. Sua expansão máxima pode levar a uma política totalmente burocratizada, ou a modelos como o do *Welfare State* do qual já falamos anteriormente. Há vários pontos de críticas de Laclau contra esses projetos que é preciso nos determos, pois eles nos dão pistas daquilo que Laclau evita em seu trabalho e são de fato uma série de recomendações para a esquerda política daquilo que um projeto radicalmente plural e democrático não deve conter.

Dentre as críticas contra os liberais podemos destacar: 1) o apagamento do antagonismo da política em favor da racionalidade burocrática; 2) a premissa de que a sociedade é formada por indivíduos portadores de direitos “naturais”; 3) a dicotomia indivíduo/sociedade; 4) a ideia de que a economia seria parte da esfera do “privado”, o berço dos direitos naturais.

Tomemos cada uma delas. Segundo Laclau, há um movimento generalizado tanto da esquerda quanto da direita em direção ao centro. Tal movimento é considerado um avanço da política, uma espécie de amadurecimento da guerra para a diplomacia, que levaria da disputa irracional a uma racionalidade política superior em que as decisões podem ser tomadas após debate. Mas Laclau adverte que tal falácia, longe de ser um avanço, implica a tentativa de acabar com a pluralidade política, transformando a disputa em escolha técnica e apagando o conflito de interesses que é próprio da política.

A pretexto de uma “modernização”, um crescente número de partidos social-democratas vêm descartando sua identidade de esquerda, redefinindo-se eufemisticamente como de “centro-esquerda”. Eles afirmam que as noções de esquerda e direita tornaram-se obsoletas, e que o que se precisa é de uma política do “centro radical”. O pilar básico do que se apresenta como “terceira via” é que com o desaparecimento do comunismo e as transformações socio-econômicas ligadas ao advento da sociedade da informação e do processo de globalização, os antagonismos desapareceram. Uma política sem fronteiras seria agora possível – uma “política do todos-ganham”, onde se poderia encontrar soluções que favoreçam a todos na sociedade. Isto implica que a política não mais se estrutura em torno da divisão social, e que os problemas políticos tornaram-se meramente técnicos. (LACLAU & MOUFFE, 2015, p. 42)

Para o autor, ao contrário, “uma esfera pública de argumento racional não-excludente é uma impossibilidade conceitual”. (LACLAU & MOUFFE, 2015, p. 46) Isto porque a única forma de se alcançar tal situação seria através da erradicação de todo antagonismo e de todo poder, que excluiria, por sua vez, todo o conflito do social. De uma forma mais clara, Laclau tenta nos mostrar que a administração social através da negação do conflito “longe de ser a única ordem societal natural ou possível, é a expressão de uma certa configuração de relações de poder”. (LACLAU & MOUFFE, 2015, p. 45) O grande problema é que não é possível estabelecer uma nova hegemonia sem a criação de fronteiras políticas. Consequentemente, aceitar o deslocamento de um terreno ideológico em direção ao centro implica a renúncia de outras alternativas de mudanças sociais que não se adequem ao projeto liberal.

Este argumento toma por dado o terreno ideológico que se criou em decorrência de anos de hegemonia neoliberal, e transforma o que é um estado de coisas conjuntural numa necessidade histórica. Apresentadas como movidas exclusivamente pela revolução da informação, as forças da globalização são divorciadas de suas dimensões políticas, e aparecem como um destino a que todos temos que nos submeter. E assim nos dizem que não há mais políticas econômicas de esquerda ou de direita, só boas ou ruins! (LACLAU & MOUFFE, 2015, p. 44)

Para ele, é preciso fazer justamente o contrário, reconhecer que não é possível “haver política radical sem a definição de um adversário. Ou seja, tal política requer a aceitação da inerradicabilidade do antagonismo”. (LACLAU & MOUFFE, 2015, p.45) Dessa forma, conflito e divisão seria parte essencial de uma política democrática pluralista.

Conflito e divisão, a nosso ver, não são nem distúrbios que infelizmente não podem ser eliminados, nem impedimentos empíricos que impossibilitam a plena realização de uma harmonia inatingível porque nunca seremos capazes de deixar nossas particularidades inteiramente de lado, a fim de agir em consonância com nosso eu racional – uma harmonia que não obstante deve constituir o ideal rumo ao qual lutamos. (LACLAU & MOUFFE, 2015, p.46)

A segunda premissa liberal que Laclau intenta romper é aquela ligada ao individualismo burguês. De acordo com ela a sociedade é formada pela agregação de indivíduos portadores de direitos “naturais”. É a ideia de que a sociedade seria fruto de um contrato no qual os indivíduos assinaram a renúncia a parte de seus direitos em nome da proteção do Estado. Para Laclau, essa premissa esconde o fato de que os indivíduos não vivem isoladamente e que, na verdade, participam de relações sociais em um contexto social coletivo. Ele defende que, ao invés de direitos individuais, devemos pensar, ao contrário, em “direitos democráticos”, que possam ser exercidos coletivamente, e que supõem a existência de direitos iguais para outros. Trata-se de “direitos que envolvem outros sujeitos que participam na mesma relação social”. (LACLAU & MOUFFE, 2015, p. 274) O autor ainda defende que não existe algo que se pudesse chamar de direitos naturais: todo e qualquer direito é por definição político e, portanto, contingente.

Ele também rejeita a dicotomia entre público e privado, pois não existem esferas “naturais” públicas e privadas e nem uma sociedade civil naturalmente distinta da sociedade política. Essas, ao contrário, são o resultado de um certo tipo de articulação hegemônica e seus limites variam de acordo com as relações de força existentes num momento dado. Por fim, se a dicotomia público-privado é falsa não faz sentido dizer que a economia pertenceria exclusivamente a um ou a outro lado. Trata-se de uma divisão fruto de uma operação hegemônica e não natural e, como tal, pode ser questionada. (LACLAU & MOUFFE, 2015)

Agora tomemos as críticas de Laclau contra o socialismo clássico representado pelo marxismo. Em primeiro lugar, a ideia da revolução. Esta supunha a extinção de todas as formas de subordinação através do desaparecimento da propriedade privada dos meios de produção. Após um período transitório de ditadura do operariado, seria constituída uma nova sociedade completamente reconciliada em que o antagonismo teria sido extirpado e os homens seriam tão iguais quanto poderiam, sem qualquer divisão social entre eles⁷.

Laclau afirma que, de fato, “em muitos casos a derrubada violenta de um regime repressivo é a condição de todo avanço democrático”. (LACLAU & MOUFFE, 2015, p.265) Entretanto, o autor nega a ideia da revolução como ato fundacional ou um ponto em que o poder poderia ser abolido e a sociedade racionalmente organizada seria possível. Sua ideia é de que uma revolução deve ser pensada como múltiplas possibilidades, pois o deslocamento provocado por ela não possui uma direção pré-determinada.

O dogmatismo tradicional da esquerda, que atribuía importância secundária a problemas no centro da filosofia política, baseava-se no caráter “superestrutural” de tais problemas. No final, a esquerda se interessava apenas por um leque limitado de questões, vinculadas à infra-estrutura e aos sujeitos constituídos no seu interior, enquanto todo o vasto campo da cultura e da definição da realidade construída sobre a base desta, todo o esforço de articulação hegemônica das diversas formações discursivas, foi deixado livre para a iniciativa da direita. (LACLAU & MOUFFE, 2015, p. 261)

Uma segunda crítica de Laclau é contra os pressupostos de onde parte a reflexão de Marx. O problema segundo o autor é que Marx pensou sua teoria num momento em que a divisão do espaço político em termos da dicotomia povo/ *ancien regime* parecia ter perdido sua potencialidade explicativa no contexto da complexidade das sociedades industriais. Marx procurou recriar tal divisão a partir de um novo princípio: o confronto de classes. Mas, para Laclau, este novo princípio já estava minado desde o início. Isto porque segundo ele, a oposição de classes é incapaz de dividir a totalidade do corpo social em dois campos antagônicos, aos moldes da antiga dicotomia e se reproduzir *automaticamente* como linha de demarcação na esfera política. De fato, apriorismo essencialista é para Laclau o obstáculo fundamental da esquerda. “A convicção de que o social é suturado em

⁷ Falamos mais detidamente sobre a teoria marxista no primeiro capítulo.

algum ponto, a partir do qual é possível fixar o sentido de todo evento, independentemente de qualquer prática articulatória”. (LACLAU & MOUFFE, 2015, p.264) Isso teria causado uma espécie de cegueira para a real contingência do social limitando a capacidade de ação e análise política da esquerda.

Esta lógica de pontos privilegiados tem operado numa variedade de direções. Do ponto de vista da determinação dos antagonismos fundamentais, o obstáculo básico, como vimos, tem sido o *classismo*: quer dizer, a idéia de que a classe trabalhadora representa o agente privilegiado em que reside o impulso fundamental de mudança social – sem se perceber que a própria orientação da classe trabalhadora depende de um equilíbrio político de forças e da radicalização de uma pluralidade de lutas democráticas que são decididas, em boa parte, *fora* da classe em si. Do ponto de vista dos *níveis sociais* em que se concentra a possibilidade de implementar mudanças, os obstáculos fundamentais têm sido o *estatismo* – a idéia de que a expansão do papel do Estado é a panacéia de todos os problemas; e o *economicismo* (particularmente em sua versão tecnocrática) – a idéia de que a partir de uma estratégia econômica bem sucedida segue-se necessariamente uma continuidade de efeitos políticos, que podem ser claramente especificados. (LACLAU & MOUFFE, 2015, p.264)

Um terceiro ponto de crítica de Laclau é quanto à criação de uma identidade de classe universal que se faria as expensas das outras identidades sociais, consideradas secundárias. Para ele, nenhum tipo de projeto deve partir do princípio de que certas identidades devem sacrificar-se em nome de outras. Além do mais, ainda que a articulação prevista por eles ocorresse, ela apenas seria fruto da contingência e nunca de uma necessidade. De fato, segundo ele, a complexidade do social mostrou justamente o oposto, que “*não existem*, por exemplo, vínculos necessários entre anti-sexismo e anti-capitalismo, e uma unidade entre ambos só pode ser resultado de uma articulação hegemônica”. (LACLAU & MOUFFE, 2015, p.266)

Por fim, Laclau também rejeita a ideia de que a luta contra o capitalismo seja um ponto privilegiado em que todas as outras lutas apenas seriam consequência. Para ele, não há ponto privilegiado de ruptura ou de confluência das lutas sociais, mas pluralidade e indeterminação, e estas devem ser “as duas bases fundamentais a partir das quais um novo imaginário político pode ser construído, radicalmente libertário e infinitamente mais ambicioso em seus objetivos do que o da esquerda clássica”. (LACLAU & MOUFFE, 2015, p.235)

Apesar das limitações, cada uma dessas lutas possui também aspectos absolutamente positivos do ponto de vista de Laclau. A primeira por ter sido responsável por expandir os regimes democráticos pelo mundo e pela defesa dos direitos das minorias. A segunda por defender os direitos coletivos e pela tentativa de mudar o social de forma radical. Por essa razão, o autor não as via como inimigos a serem destruídos. De fato, Laclau acolheu elementos positivos de ambas em seu próprio trabalho. Ele acreditava que os princípios do liberalismo de defesa das liberdades individuais, por exemplo, deveriam ser expandidos e também que a tradição socialista poderia servir de base para os novos projetos da esquerda, desde que tivesse seus pressupostos questionados. Na nossa última seção, falaremos exatamente de como Laclau se apropria desses dois projetos para criar sua democracia radical e plural.

2.4 A democracia Radical e Plural

Na última seção deste capítulo, trataremos da democracia radical e plural como defendida por Ernesto Laclau em 1985. Já adiantamos algumas informações que nos fornecem pistas de onde Laclau se move. Assim, ele considera a democracia como uma lógica política não essencialista, baseada no equilíbrio instável entre a lógica da equivalência e da lógica da diferença, equilíbrio que, como vimos, deve ser mantido e expandido ao invés de limitado. Resta-nos agora adentrar em suas especificidades para conhecê-la mais profundamente.

Antes de tudo, é preciso esclarecer que a democracia radical e plural não é um projeto normativo *strictu senso* e logo não cumpre a função de oferecer uma proposta final em torno do qual o social poderia ser organizado, como o que dissemos que a lógica política da democracia requer. Ele se constitui como uma série de fundamentos e sugestões a partir dos quais um projeto democrático de esquerda poderia ser desenvolvido em oposição aos demais projetos democráticos que atualmente cumprem essa tarefa.

A primeira sugestão de Laclau para esquerda é de que seu novo projeto político seja pautado em uma “estratégia de construção de uma nova ordem” e não em uma “estratégia de oposição”. A esquerda deve constituir um projeto baseado em um conjunto de propostas de organização positiva do social, porque, segundo Laclau, um projeto hegemônico, que não apresenta uma proposta viável de “reconstrução de áreas específicas da sociedade, tem sua capacidade de agir hegemonicamente excluída de saída”. (LACLAU & MOUFFE, 2015, p. 279)

Para ter um projeto verdadeiramente radical e plural, a esquerda deve pautar-se na manutenção da tensão entre as lógicas sociais da diferença e da equivalência, que representam, cada uma, os princípios democráticos da liberdade e da igualdade que são, em última análise, incompatíveis entre si, porém fundamentais. Por essa razão, deve basear-se, por um lado, na multiplicação de discursos particulares no social (elementos), através da expansão da lógica da diferença e, em seguida, promover a articulação dos diversos discursos particulares em uma lógica da equivalência. Dessa forma, a democracia radical e plural visa “promover o tipo de unificação dos movimentos democráticos que permita uma efetiva solidariedade sem pedir que nenhum movimento individual pague o preço da (...) cooptação e assimilação. Nenhum esforço deve ser autorizado a impor toda a sua agenda sobre outra”. (SMITH, 1988, p. 32)

Ao criar e defender o espaço para a contestação e ao manter a tensão entre os princípios da igualdade e liberdade vivos, o pluralismo democrático radical procura sustentar as condições em que esses tipos de problemas poderiam ser trazidos à luz e abordados. (MOUFFE, 1992, p.13 apud SMITH, 1988, p.34)

Para Smith, é justamente essa combinação entre dois objetivos aparentemente contraditórios entre si, unidade e autonomia, a contribuição original de Laclau para a teoria democrática. A democracia radical e plural é, segundo ela, o “tipo de estratégia política que pode alcançar a unidade e preservar a autonomia ao mesmo tempo, isto é, uma estratégia hegemônica plural democrática radical”. (SMITH, 1988, p.32)

Um novo projeto positivo da esquerda também deve ter por missão a “produção de *um outro* indivíduo, um indivíduo que não seja mais construído a partir

da matriz do individualismo possessivo”. (LACLAU & MOUFFE, 2015, p. 273) Ele deve ser diferente tanto daquele construído pelo liberalismo, quanto daquele construído pelo socialismo tradicional portador de uma identidade classista. “A diferença deve ser celebrada como um bem positivo, mas apenas na medida em que não promova a dominação e desigualdade”. (MOUFFE, 1992, p.13 apud SMITH, 1988, p.34) A diversidade “deve ser afirmada como um bem em si mesmo; grupos minoritários nunca devem ser convidados a pagar o preço de auto-destruição cultural através da assimilação e neutralização disciplinar em troca de inclusão, legitimidade e reconhecimento”. (SMITH, 1988, p.33)

Daí a importância fundamental da multiplicação de espaços políticos e o impedimento de que o poder se concentre num só ponto. A tarefa para o pluralismo democrático radical é “lutar contra o poder autocrático em todas as suas formas, a fim de se infiltrar nos diversos espaços ainda ocupados por centros de poder não democráticos”. (MOUFFE, 1993, p.94 apud SMITH, 1988, p.34) Aqui a noção de antagonismo desempenha papel central, visto que sua função é justamente impedir “qualquer possibilidade de uma reconciliação final, de qualquer tipo de consenso racional, de um “nós” plenamente inclusivo”. (LACLAU & MOUFFE, 2015, p. 46) Mas é também preciso que a democracia promova um universal compartilhado, um senso comum que proporcione a equivalência entre as diferenças, ainda que permanentemente renegociado.

Para haver uma “equivalência democrática” é preciso algo mais: a construção de um novo “senso comum” que modifique a identidade dos diferentes grupos, de tal maneira que as demandas de cada um sejam articuladas equivalencialmente com as dos outros – nas palavras de Marx: “que o livre desenvolvimento de cada um deve ser a condição para o livre desenvolvimento de todos”. Isto é, a equivalência é sempre hegemônica, na medida em que ela não estabelece simplesmente uma “aliança” entre interesses dados, mas modifica a própria identidade das forças engajadas nessa aliança. Para que a defesa dos interesses dos trabalhadores não se faça às expensas dos direitos das mulheres, imigrantes ou consumidores, é necessário que se estabeleça uma equivalência entre essas diferentes lutas. Somente nesta condição é que as lutas contra o poder se tornam verdadeiramente democráticas, e que a reivindicação de direitos não é realizada na base de uma problemática individualista, mas no contexto dos direitos à igualdade de outros grupos subordinados. (LACLAU & MOUFFE, 2015, p.272)

Um projeto radical democrático deve também se fundar na negação da essência do social e na afirmação da contingência como constitutiva deste. Deve basear-se no reconhecimento da hegemonia como lógica política legítima de construção das identidades sociais. A tensão negatividade-positividade deve ser permanente para dar ao social o seu caráter essencialmente incompleto e precário e isso significa a aceitação de um campo de constantes lutas e a possibilidade permanente de contestação da positividade vigente.

Por fim, numa sociedade democrática radical deve haver igual acesso aos recursos materiais e também “para a participação significativa na tomada de decisão nos campos social, cultural, político e econômico”. (SMITH, 1988, p.30) Dessa forma, embora não seja a parte mais fundamental do projeto de democracia radical e plural (já que não existe uma instância mais importante que outra), a dimensão da distribuição material é parte constitutiva deste.

Embora a democracia de Laclau tenha tentando recuperar tanto projeto liberal quanto o projeto socialista ela, ainda assim, não conseguiu ficar livre de críticas de ambos os lados. Os socialdemocratas não aceitam o argumento de que a burocratização pode ter efeitos antidemocráticos e anti pluralistas. Os marxistas tradicionais vêm praticamente todos os aspectos da democracia liberal como irrecuperáveis para o socialismo. Os multiculturalistas liberais não conseguem entender os efeitos das diferenças de classe. E, além desses, a mais forte oposição ao projeto advém da direita. (SMITH, 1988, p.201)

Em suma, a democracia radical e plural é a fundação em cima do qual um projeto de esquerda deveria ser assentado. Ela não possui um caráter normativo forte, mas apenas direciona e recomenda o caminho para onde a esquerda deveria seguir no intuito de articular um projeto democrático radical e plural para desafiar as estruturas vigentes. A ausência de normatividade é uma das principais críticas contra o projeto de Laclau, mas ela é propositiva. A normatividade limita e estatiza um projeto, que é o intuito oposto da democracia radical e plural, a qual busca adaptar-se à contingência do tempo e do espaço e fugir da limitação da criatividade humana.

Considerações

Neste segundo capítulo de nossa dissertação, tratamos da democracia radical e plural como apresentada por Ernesto Laclau em 1985. Neste momento, seu projeto surge como uma série de recomendações para a esquerda política que, segundo o autor, deveria produzir um projeto político alternativo a atual ordem neoliberal e desafiar as instituições vigentes. O sucesso da empreitada dependeria, segundo ele, do reconhecimento adequado das relações nas sociedades atuais, muito mais contingentes e complexas do que aquelas pensadas pelo marxismo clássico.

A democracia radical e plural tem por objetivo central expandir os efeitos da Revolução Francesa e institucionalizar a irreduzível tensão entre as lógicas da equivalência e da diferença em favor de um equilíbrio político que deve ser constantemente renegociado. Ela visa à construção de um novo indivíduo diferente tanto daquele construído pelos liberais democratas quanto daquele criado pelo socialismo clássico. Um indivíduo democrático social.

CAPÍTULO III

O populismo

Neste capítulo, trataremos da questão do populismo na obra recente⁸ de Ernesto Laclau. O conceito desenvolvido pelo autor em *A Razão Populista* (2005), entendemos, constitui-se em um divisor de águas em sua obra. A razão é que, para sustentá-lo, Laclau precisou, como demonstraremos no capítulo seguinte, modificar em parte seu complexo teórico, assim como adicionar variáveis que ainda não haviam sido acrescentadas até então. Parte dessas modificações atingiu diretamente a noção de democracia radical e plural e, por isso, compreender este conceito e suas implicações são fundamentais para que se possa absorver inteiramente as mudanças ocorridas na noção que apresentaremos no capítulo seguinte. Na primeira seção, apresentamos o conceito de populismo enquanto categoria ontológica, diferenciando-o de tal modo de outros conceitos clássicos que possuem sentido ôntico. Na segunda parte, mostraremos o populismo como uma lógica política com racionalidade própria, em contraponto às noções clássicas deste conceito que o pensam enquanto movimento ou ideologia. A terceira seção trata de mostrar como ocorre uma formação populista e também como se forma o povo do populismo, sua característica mais distintiva. Por fim, a última seção trata da representação e da centralidade do líder em uma formação populista.

3.1 O Populismo como noção ontológica

Esta primeira seção será dedicada a esclarecer a especificidade do populismo laclauniano enquanto uma noção que possui sentido ontológico e, através

⁸ Ernesto Laclau já havia escrito sobre o populismo, em 1977, em obra intitulada *Politics and Ideology in Marxist Theory*.

deste esclarecimento, vamos diferenciá-la de noções clássicas desenvolvidas por diversos autores da ciência política. Consequentemente, marcaremos por que essa diferenciação é importante e em que a noção do autor inova e avança na compreensão do fenômeno do populismo.

A ontologia, como já esclarecemos no capítulo anterior, refere-se às características do ser em si mesmo e enquanto ser, independente de sua manifestação. Dessa forma, o sentido ontológico do populismo é aquele que representa esta noção independentemente das formas como esta se manifesta na realidade empírica (ôntica) ou de como está normatizada, seus sentidos mais fixos e imutáveis, aqueles que poderíamos considerar como constitutivos de seu ser. Também dissemos que a ontologia está ligada à dimensão do político, e isso significa que a noção desenvolvida por Laclau refere-se ao populismo em sua essência e não as suas representações empíricas. (MENDONÇA, 2009)

Isto significa que o autor afasta-se do tipo de análise amplamente praticada no campo tradicional da ciência política, que consiste em comparar diversas experiências populistas e traçar suas similitudes para, em seguida, a partir dessas observações, proporem um conceito. É o caso, por exemplo, do trabalho de Margaret Canovan (1981), que desenvolveu uma tipologia para o estudo do populismo em que incluía tantos aspectos diferentes que a fez dividi-los em duas categoriais, populismo agrário e populismo político e, no entanto, ela mesma reconheceu que algumas características de uma categoria poderiam também ser encontradas na outra, o que resultou em ambiguidades do seu próprio trabalho. Ou ainda o caso de Donald MacRae (1969), que também não conseguiu resistir à tentação de atribuir ao populismo um conteúdo social particular. Ele criou uma descrição detalhada sobre o populismo que, em seguida, encontrou dificuldades para aplicá-la aos populismos realmente existentes, tendo que por fim aceitar que o populismo contemporâneo guardava pouco em comum com sua descrição. Peter Wiles (1969) incorreu exatamente no mesmo erro. Após desenvolver detalhadamente o conceito do populismo, incluindo uma soma de vinte e quatro características, teve de dedicar à segunda parte de seu livro à análise das exceções. Esta é, segundo Laclau, “uma característica geral da literatura sobre o populismo:

quanto mais determinações são incluídas no conceito geral, menos este conceito é capaz de conferir hegemonia a análises concretas”. (LACLAU, 2013, p.41)

O autor é um crítico desse tipo de abordagem, destacando pelo menos duas razões para tanto: 1) porque este tipo intervenção apenas se refere a um “conteúdo social (interesses de classe ou outros interesses setoriais) que o populismo expressa, enquanto permanecemos no limbo em relação ao motivo pelo qual essa forma de expressão é necessária” (LACLAU, 2013, p. 52); 2) porque as formas que cada populismo pode adquirir são tão diversas que esse tipo de análise não pode ser proposta sem que as características “mais fundamentais” não venham também acompanhadas por uma série de exceções.

A esta altura geralmente ficamos com as alternativas pouco palatáveis que já examinamos: ou restringir o populismo a uma de suas variantes históricas ou tentar uma definição geral, que sempre será muito limitada. Neste último caso, os autores normalmente voltam-se para o frustrante exercício a que nos reportamos acima: colocar sob a etiqueta de “populismo” uma série de movimentos muito díspares e, ao mesmo tempo, nada dizer sobre o sentido dessa etiquetagem. (LACLAU, 2013, p. 52)

Apesar das críticas, a pretensão de Laclau não era tomar cada uma das formas empíricas que o populismo assumiu ao longo do tempo para contrapor-se às análises anteriores e mostrar os seus enganos. Tendo em vista que sua análise está centrada no campo ontológico, ele tratou de mostrar que as limitações que levaram o populismo a ser rechaçado eram, na verdade, um reflexo de pressupostos ontológicos limitados aos quais as análises anteriores se anexavam.

Não foi minha intenção encontrar o verdadeiro referente do populismo, mas fazer o oposto: mostrar como o populismo não possui uma unidade referencial, pois não está atribuído a um fenômeno delimitável, mas a uma lógica social, cujos efeitos perpassam muitos fenômenos. O populismo é, muito simplesmente, um modo de construir o político. (LACLAU, 2013, p.28)

De acordo com o autor, os estudos atualmente disponíveis partem da ideia de que a função da política é a administração de problemas sociais e que essa função é tanto melhor praticada quanto maior for a racionalidade que substituirá progressivamente as decisões baseadas em interesses pessoais. Visto dessa perspectiva, o populismo aparece como irracional e indefinível e é assim “confinado ao domínio do impensável, a ser um simples oposto de formas políticas dignificadas

com o status de plena racionalidade” (LACLAU, 2013, p. 55). Dito de outra forma, partindo desse pressuposto, o populismo é apresentado como um contraponto degenerado da política racional que seria estável, duradoura e bem estabelecida enquanto que o primeiro seria *transitório, vago e impreciso*.

Uma forma possível de contrapor este tipo de análise seria dar uma diferente resposta para o populismo, mostrando exemplos de onde ele não aparece de modo tão vago, tão transitório ou tão impreciso. Entretanto, isso seria mais uma vez manter a discussão no nível ôntico, o que sabemos não é a intenção de Laclau. Ele propõe, ao contrário, manter todas as características relacionadas ao populismo, rejeitando, porém, os preconceitos que estão na base de sua desvalorização. Isto porque a vagueza, transitoriedade e a imprecisão relacionadas ao populismo apenas são características pejorativas na medida em que se contrapõem à ideia da política racional e madura, governada por alto grau de determinação institucional em que imaturidade dos atores sociais seria suplantada num estágio posterior. Se tomarmos um ponto de partida diferente, neste caso o pós-estruturalismo, que é a escolha de Laclau, a vagueza e imprecisão dos discursos populistas aparecem como consequências da própria realidade social que, em algumas situações, esta é justamente vaga e indeterminada.

Para o pós-estruturalismo, as decisões políticas são tomadas através de disputas nem sempre racionais e progressivas e todas as construções hegemônicas são sempre parciais. Partindo dessa perspectiva, falar em uma forma política “transitória” seria uma tautologia, pois a dimensão de substituição e falência é própria da ação política e “desponta necessariamente (em diferentes graus) em todos os discursos políticos, subvertendo e complicando a operação das assim chamadas ideologias ‘mais maduras’”, e não apenas um fenômeno populista. (LACLAU, 2013, p.54) Também a ideia da irracionalidade não faz qualquer sentido sob a ótica pós-estruturalista, já que, para essa vertente, não existe qualquer possibilidade de haver uma política completamente racional e transparente. Com base nesses pressupostos, Laclau aparta o populismo dos preconceitos habitualmente atribuídos a ele e propõe que pensemos a sua noção como uma lógica política que possui uma racionalidade própria, ao invés de uma lógica tosca e irracional.

Laclau também recusa tratar o populismo enquanto movimento ou ideologia. Isto porque visto enquanto movimento, o populismo aparece como uma espécie de expressão ou um tipo de mobilização de um grupo *já* constituído e a questão da sua construção é deixado de fora da análise. Para Laclau, ao contrário, os conteúdos que uma lógica populista pode mobilizar são sempre contingentes e impossíveis de se prever antecipadamente. Também o populismo não se liga a nenhuma orientação ideológica particular e ele pode vir a ser tomado tanto pela esquerda quanto pela direita políticas. Isso ocorre, como veremos adiante, porque os significantes que o populismo põe em funcionamento flutuam, ou seja, qualquer grupo ou movimento, seja ele de direita ou de esquerda, pode declarar-se representante dos interesses do povo.

(...) deve ter ficado claro, a esta altura, que por “populismo” não entendemos um *tipo* de movimento, identificado ou com uma base social especial ou com uma orientação ideológica particular, mas o entendemos como uma *lógica política*. Todas as tentativas de localizar o que é idiossincrático no populismo em elementos como o pertencimento ao campesinato ou aos pequenos proprietários, ou na resistência à modernização econômica, ou na manipulação pelas elites marginalizadas são, como vimos, essencialmente equivocados: eles sempre serão ultrapassados por uma avalanche de exceções. (LACLAU, 2013, p.181)

É “uma certa inflexão de seus temas que torna uma lógica como populista e não o caráter particular da ideologia ou da instituição.” (LACLAU, 2013, p.189) Portanto, o populismo possui uma forma determinada: ele é uma lógica política com racionalidade própria. Entretanto, os conteúdos que se ligam a uma lógica populista são impossíveis predeterminar. Na próxima seção, mostraremos que características específicas, ou que inflexões fazem com que uma lógica política se configure como populista, logo quais suas características fundamentais, ontológicas.

3.2 O Populismo como uma lógica política

Nesta seção, explicitaremos as características específicas da noção de populismo para Laclau. Como estamos tratando de uma noção que possui sentido ontológico, essas características referem-se ao ser independente de sua manifestação, logo, independente de quaisquer conteúdos sociais ou ideológicos

que apresente. O populismo, segundo Laclau, é uma lógica política que tem como racionalidade própria a simplificação do espaço político e a divisão simbólica do social em dois campos antagônicos separando o “povo” de seu “outro”.

A lógica política, como dissemos, é aquela ligada ao momento da ruptura do tecido social. Ela possui um caráter antiinstitucional e surge como um desafio à ordem vigente e como uma tentativa de estabelecer uma nova ordem no lugar desta. Dessa maneira, as práticas populistas emergem do fracasso da política e das instituições sociais. Ela “é a linguagem da política quando não pode haver política, como de costume: um modo de identificação característico de períodos de contingência e desalinhamento, envolvendo o redesenho radical das fronteiras sociais”. (PANIZZA, 2005, p.9) Sua especificidade é a representação do povo contra um poder que lhe é negado e que lhe exclui e que, portanto, deve ser derrotado com o intuito a dar lugar ao verdadeiro povo.

A dimensão anti status quo é essencial para o populismo, já que a completa constituição das identidades populares exige a derrota política do outro que é considerado como opressor ou explorador do povo e, portanto, impede a sua completude. (PANIZZA, 2005, p.3)

O populismo pode emergir a partir de diversas circunstâncias. Dentre as mais comuns estão: 1) o colapso da ordem social e da perda de confiança na capacidade do sistema político para restaurá-lo. As crises econômicas são típicas destas situações; 2) o esgotamento das tradições políticas e o descrédito dos partidos políticos que podem advir, por exemplo, de alegações de corrupção, malversação, entre outros. Nesses casos, o populismo assume a forma de a "política de anti-política"; 3) alterações ao nível da economia, da cultura e da sociedade, tais como processos de urbanização e modernização econômica, mudanças no perfil demográfico de no equilíbrio entre as classes sociais; 4) representações políticas fora das instituições políticas tradicionais. O surgimento do rádio como uma forma de comunicação de massa, por exemplo, que foi associada com a primeira onda de líderes populistas na América Latina. (PANIZZA, 2005, p.11-13)

Apesar dessa variedade de situações, o que a lógica do populismo põe em xeque em todas essas circunstâncias é a questão da representação do povo. O “discurso político populista apela para a crença de que, de alguma maneira, as

promessas democráticas para ‘o povo’ foram sabotadas por ‘interesses especiais’”, logo, que seus interesses soberanos não foram devidamente representados. (LAYCOCK, 2005, p.173) O populismo visa corrigir os problemas políticos a partir da verdadeira representação do povo contra o poder que lhe foi negado. As batalhas políticas populistas visam transformar “as divisões que constituem as identidades populistas e estabelecer novas fronteiras políticas. Estas batalhas são contra o ‘outro’ do povo que impede as identidades populares de alcançar a plenitude”. (PANIZZA, 2005, p.17) Todo discurso populista é dirigido contra os inimigos do povo e, logo, sempre envolve uma dimensão antagônica radical. Dessa forma, “o populismo surge como o resultado de uma crise de representação, como uma resposta a incapacidade ou a recusa das elites em responder às preocupações do povo”. (ARDITI, 2005, p. 80)

Entretanto, aqui cabe a questão, quais são os reais interesses do povo? Quanto à questão, é preciso começar por esclarecer que o povo e o outro não são categorias sociológicas, mas “construções políticas, simbolicamente constituídas por meio da relação de antagonismo”. (PANIZZA, 2005, p.3). Já falamos sobre isso no primeiro capítulo, ou seja, uma identidade é sempre formada a partir da negação daquilo que ela não é. Dessa forma, o outro do povo é seu antagônico, aquele contra o qual ele luta, porque impede a sua realização, mas que, ainda assim, o constitui. Desse modo, nem o povo e nem o seu outro estão definidos antecipadamente e tudo que sabemos sobre eles é que a tarefa de encarnar o povo do populismo sempre será tomada por aqueles que foram excluídos do poder e o seu outro será formado por aqueles que negam aos primeiros o seu espaço no poder e, por isso, são antagonizados.

O conteúdo específico de um determinado apelo populista varia de acordo com as diferentes formas que essa relação antagônica o definir. O "outro", em oposição ao "povo" pode ser apresentado em termos políticos ou econômicos ou como uma combinação de ambos, significando "a oligarquia", "os políticos", um grupo étnico ou religioso dominante, os "Washington insiders", "a plutocracia" ou qualquer outro grupo que impede o povo alcançar a sua plenitude.(PANIZZA, 2005, p.4).

O tema da constituição do povo é absolutamente fundamental nas discussões sobre o populismo e sua definição está longe de ser ponto pacífico. Ele já foi adjetivado como lascivo e virtuoso, irracional e realizador dos verdadeiros

valores da nação, como uma ameaça à democracia ou titulares da soberania. Visões controvertidas e, muitas vezes, mutuamente contraditórias do povo que, no entanto, determinam, segundo Panizza (2005, p.16), o terreno em que as batalhas políticas populistas são travadas.

Margaret Canovan (2005, p.65) também se debruça sobre essa problemática. De acordo com ela, a definição teórica do povo sempre teve dois sentidos aparentemente incompatíveis. Ela significa ao mesmo tempo o todo da política e também uma parte da população, frequentemente aqueles excluídos da política. Para Arditi, a imprecisão quanto à definição do povo é uma imprecisão deliberada. “Ela permite borrar os contornos do ‘povo’ suficientemente para abranger qualquer pessoa com um agravo estruturado em torno de uma percepção de exclusão”. (ARDITI, 2005, p. 82)

Para Laclau, entretanto, a ambiguidade do povo do populismo é ainda mais profunda. O povo do populismo, segundo ele, não é apenas ora parte e ora todo, ele é a parte que é o todo. A imprecisão de seus contornos não é simplesmente deliberada com a finalidade de abranger um maior número de adeptos, mas uma consequência da operação de representação performativa que o cria. O povo do populismo é a *plebs* que reivindica ser o único *populus* legítimo. Existe, nesse caso, uma parte que se identifica com o todo, logo o “povo” não é o todo, mas, na verdade, é “algo menor que a totalidade: é um componente parcial que, ainda assim, aspira ser concebido como a única totalidade legítima”. (LACLAU, 2013, p.134) É uma parcialidade que quer funcionar como totalidade da comunidade.

O *demos* atribui a si mesmo, como algo que lhe cabe de direito, uma igualdade que pertence a todos os cidadãos. Ao agir assim, esta parte, que não é o todo, identifica sua propriedade imprópria com o princípio exclusivo de comunidade e identifica seu nome – o nome da massa indistinta de homens sem posição – com o nome da própria comunidade. (...). O povo se apropria da qualidade comum como se fosse sua. Estritamente falando, o que ele aporta à comunidade é a disputa. (LACLAU, 2013, p.151)

O povo não possui um conteúdo social dado; ele é uma construção *radical*, que constitui os agentes sociais enquanto tais e não expressa uma unidade do grupo previamente dada. Isso não significa que ele não tenha significado algum, mas apenas que seu significado é construído retroativamente, porque ele é um o objeto do investimento hegemônico. É preciso destacar, no entanto, que, quando

falamos em um objeto do investimento hegemônico, não estamos nos referindo a uma segunda opção em relação à coisa verdadeira. A *plebs* não é um falso do povo em relação ao verdadeiro povo como totalidade. A objetivação parcial, ou podemos dizer a representação, não é “um nível secundário refletindo uma realidade social primária constituída em outro lugar; [ela é], pelo contrário, o terreno primário dentro do qual o social é constituído”. (LACLAU, 2005, p.49) Dessa forma, a representação do povo pela *plebs* é a única possibilidade e não uma mera alternativa, já que a plenitude (o acesso imediato) é uma impossibilidade.

Se o povo é um objeto retroativamente construído, logo, podemos dizer que o populismo nomeia retroativamente o objeto que promete defender. Isso mostra, segundo Reyes, por que “todas as tentativas de esclarecer ou capturar a essência do conceito de populismo são inúteis: o populismo é a dimensão do político que constrói e dá sentido ao povo”. (REYES, 2005, p.106) Na próxima seção, mostraremos como essa operação de nomeação retroativa é construída e logo como se forma uma lógica populista.

3.3 A Formação populista

Trataremos, nesta seção, de apresentar como se forma uma lógica populista. Segundo Laclau, há três precondições para que se possa considerar uma formação como populista: 1) é preciso haver uma articulação equivalente das demandas, que possibilite a emergência do “povo”; 2) a formação de uma fronteira antagônica interna separando o “povo” e o “poder”; 3) a unificação dessas várias demandas numa cadeia de equivalências (LACLAU, 2013, p.124). Apresentaremos cada uma dessas precondições a seguir.

Começemos pela primeira. Laclau afirma que o populismo pressupõe uma articulação equivalente das demandas que possibilita a emergência do “povo”. Como ela ocorre? O autor oferece um exemplo, que embora hipotético, corresponde, segundo ele, a uma situação amplamente vivenciada em países do Terceiro Mundo que representa o processo de construção da lógica populista através da articulação de demandas insatisfeitas.

Imagine-se uma grande massa de migrantes agrários que vão morar nas favelas das periferias de uma cidade industrial em desenvolvimento. Surgem problemas habitacionais e as pessoas por eles afetadas solicitam algum tipo de solução às autoridades locais. Aqui temos uma *demanda* que inicialmente talvez seja apenas uma *solicitação*. Se a demanda for atendida, o problema termina aí. Caso contrário, as pessoas podem começar a perceber que seus vizinhos têm outras demandas que também não foram atendidas: problemas com a água, a saúde, a escola etc. Caso a situação permaneça imutável durante algum tempo, ocorrerá um acúmulo de demandas não atendidas e uma crescente inabilidade do sistema institucional em absorvê-las de modo *diferenciado* (cada uma delas isolada das outras). Estabelece-se entre elas uma relação de equivalência. O resultado, caso a situação não seja contornada por fatores externos, poderia facilmente ser um abismo cada vez maior a separar o sistema institucional das pessoas. (LACLAU, 2013, p.123)

Em primeiro lugar, temos que destacar que, no exemplo do autor, estamos diante de uma situação de falta. Sem essa demanda inicial, não haveria possibilidade de uma articulação e nem a possibilidade para que uma lógica populista pudesse surgir. Há problemas sociais que estão afetando determinadas pessoas que demandam que tais problemas sejam resolvidos. Inicialmente elas surgem como solicitações e assim permanecerão caso sejam atendidas de forma institucional. Se, de outro modo, forem negadas ou ignoradas pela institucionalidade, elas poderão ter o seu status modificado e se transformarem em exigências.

Dessa forma, as demandas podem tomar diferentes direções de acordo com a resposta dada a elas ou sua relação com as demais demandas de outros demandantes. São três os possíveis destinos de uma demanda: 1) pode ser atendida (diferencialmente) pelo sistema e, nesse caso, participará da lógica institucional (lógica da diferença); 2) pode não ser atendida e permanecer isolada e; 3) pode não ser atendida e se articular, constituindo-se em um dos elos de uma cadeia de equivalências que expressará uma formação populista.

Nos dois primeiros casos, tratam-se das demandas que Laclau chama de demandas democráticas. O que existe de particularmente democrático nelas? De acordo com Laclau, elas são assim chamadas não por se referirem a qualquer coisa relacionada ao regime democrático, mas porque guardam duas características comuns com o conceito usual de democracia que são: “(1) que estas demandas são formuladas *para* o sistema *por* alguém que foi excluído dele – que existe uma dimensão igualitária implícita nelas; (2) que sua emergência pressupõe algum tipo de exclusão ou privação”. (LACLAU, 2013, p.191) Dito de outro modo, as demandas

democráticas são assim denominadas, porque foram excluídas dentro de um quadro institucional que prevê sua inclusão igualitária, portanto, democrática.

A qualificação “democrática” – que, na verdade, não é uma qualificação, pois repete como se fosse um adjetivo aquilo que já incluímos no conceito de demanda – aponta para o contexto discursivo/equivalencial, que é a condição da emergência da demanda, ao passo que os qualificativos “pontual” ou “isolado” não o fazem. (LACLAU, 2013, p.194)

As demandas democráticas que foram atendidas participarão como dissemos da lógica institucional. Já aquelas que não forem atendidas e também não se ligarem a uma lógica populista, ficarão dispersas no campo da discursividade. Já falamos sobre elas no primeiro capítulo. Elas são aquelas cujas particularidades se chocam com as particularidades das demais demandas não atendidas e, por isso, a lógica da equivalência não consegue absorvê-las. Elas são radicalmente heterogêneas e diversificadas e, por estarem dispersas, podem sofrer as pressões estruturais de discursos hegemônicos diferentes e rivais para articularem-se. É aquilo que falamos sobre a mobilidade da fronteira antagônica.

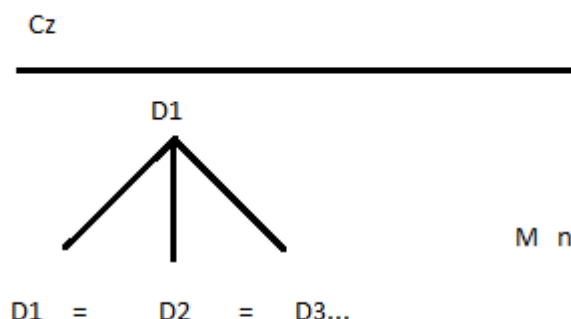


Figura 4 – Representação de demandas democráticas não atendidas e isoladas com relação à cadeia de equivalências

Acima temos o gráfico que representa como as demandas não articuladas se comportam em relação à cadeia. As demandas *M* e *n*, são heterogêneas no sentido de que não podem ser representadas em nenhuma localização estrutural nos dois campos antagônicos. Elas estão dispersas em relação à cadeia e não se articulam, porque suas particularidades entram em choque com as demais particularidades da cadeia, mas isso não significa que entre elas se estabeleça uma relação antagônica. Estamos lidando com um tipo de exclusão mais radical, pois, na

relação antagônica, o elemento negado define a identidade do elemento que nega e, portanto, há complementariedade. No caso das demandas M e n, nenhuma relação é possível. Laclau exemplifica essa situação citando os povos sem história de Hegel. “Os ‘povos sem história’ não determinam quais são os povos históricos. Este é o motivo pelo qual a heterogeneidade é constitutiva: ela não pode ser transcendida por qualquer espécie de inversão dialética”. (LACLAU, 2013, p.222).

Já as demandas que vierem estabelecer uma relação de equivalência são denominadas por Laclau de *demandas populares*. É a partir destas últimas que uma lógica populista pode emergir. A formação da lógica equivalencial necessária para emergência do populismo ocorre muito exatamente como a operação hegemônica que apresentamos no primeiro capítulo. Diante da inabilidade do sistema político para responder às solicitações, ocorrerá um acúmulo de demandas e a possibilidade de identificação entre os vários demandantes que podem perceber que compartilham em comum a experiência de negação do sistema, ou a experiência da falta. Entre as várias demandas, uma demanda individual por um conjunto de razões circunstanciais, adquire certa centralidade e passa a exercer o papel de representar as outras demandas como uma demanda universal contra o sistema. “Por um lado, ela continua sendo uma demanda particular; por outro lado, sua própria particularidade passa a significar algo muito diferente de si mesma: a totalidade da cadeia das demandas de equivalência.” (LACLAU, 2013, p.153) Para que as demandas permaneçam unidas o vago sentimento de solidariedade que as unificou, que é o antagonismo ou o sentimento de falta, precisa ser condensado em torno de um nome.

Aqui devemos introduzir a peculiaridade da lógica populista que diferencia sua formação de outras operações hegemônicas. O populismo possui como particularidade a representação do povo contra o poder, isso significa que o nome do povo será necessariamente aquele que irá nomear a cadeia de equivalências como um denominador comum ou significante vazio. Ele é o nome que tem por função consolidar o vago sentimento de solidariedade entre as demandas da cadeia de equivalências. O nome do povo “exercerá uma irresistível atração sobre *qualquer* demanda vivida como algo insatisfeito e, como tal, como algo excessivo e heterogêneo ante a estrutura simbólica existente”. (LACLAU, 2013, p.170) Logo, “o

que era simplesmente uma mediação entre demandas agora adquire consistência própria”. (LACLAU, 2013, p.150)

Esse povo, como sabemos, não é um objeto específico e pode ser representado por vários nomes. Como a articulação de demandas ocorre antes que um nome que lhe seja adicionado, isso significa que a nomeação é uma produção retroativa. Logo, não existe o povo antes de sua própria objetivação e, portanto, o nome do povo não nomeia algo que já existia, pois ele é politicamente constituído.

(...) os símbolos ou identidades populares, sendo uma superfície de inscrição, não *expressam passivamente* o que está inscrito nela, mas na verdade *constituem* aquilo que eles expressam através do próprio processo de sua expressão. Em outras palavras: a posição do sujeito popular não *expressa* simplesmente uma unidade de demandas constituídas fora e antes de si mesmo, mas constitui o momento decisivo no estabelecimento daquela unidade. Foi por isto que eu disse que este elemento unificador não é um meio neutro ou transparente. Se fosse, qualquer unidade que tivesse a formação discursiva/ hegemônica, esta precederia o momento de dar um nome à totalidade – isto é, o nome seria uma questão de completa indiferença. (LACLAU, 2013, p.158)

É preciso também esclarecer que não existe necessariamente apenas um único “povo” contra o poder. Isto porque o “povo” é também um significante que flutua. Se tanto a cadeia de equivalências quanto a fronteira antagônica são móveis e disputadas permanentemente, isso significa que vários grupos podem apresentar-se como o “verdadeiro povo”. Os “significantes flutuantes” são aqueles cujo sentido está “suspense”. Seu significado é indeterminado entre fronteiras alternativas de equivalências. (LACLAU, 2013)

Apresentamos de modo sucinto todas as condições necessárias para a emergência de uma formação populista. Em primeiro lugar, mostramos como ocorre a articulação equivalente das demandas através de uma situação de falta percebida por vários demandantes. Depois falamos da radical dicotomia que o populismo pressupõe entre o poder e o “povo” que está excluído dele, e também apresentamos a especificidade deste povo enquanto um significante vazio. Na última seção, falaremos de um dos assuntos mais debatidos sobre o tema do populismo, a centralidade do líder.

3.4 O líder populista

O líder populista é considerado para a maioria dos estudos do populismo como um elemento essencial do conceito, embora o populismo não dependa necessariamente da existência de um líder. (PANIZZA, 2005, p.18). Na literatura clássica sobre o populismo, a emergência do líder populista é explicada basicamente a partir de duas formas, ou através da sugestão ou da manipulação. (LACLAU, 2013) Entretanto, para Laclau, este tipo de explicação é inútil, porque no máximo pode explicar a intenção subjetiva do líder ou um tipo de tendência sem, entretanto, esclarecer o motivo pelo qual a manipulação ou a sugestão é bem sucedida.

Para o autor, ao contrário, o líder populista emerge como uma consequência e uma necessidade de uma formação populista. Como dissemos, o populismo é formado através da expansão da lógica da equivalência e esta necessita ser representada por um nome. Quanto mais uma sociedade aproxima-se da lógica da equivalência, mais ela depende para a sua coerência dos mecanismos de representação, mais precisa que uma singularidade se destaque e passe a representar a pluralidade das demandas. A forma extrema de singularidade é uma individualidade. No limite, este processo atinge um ponto em que a função de homogeneização é realizada por um nome puro: o nome do líder. (PANIZZA, 2005, p.40)

Nesse caso, o significante vazio que representa a completude do social e o povo é o próprio nome do líder. A figura do líder funciona como um significante para o qual uma multiplicidade de significados podem ser atribuídos. Ele é, segundo Glynos, um “enigma que promete sentido”: a promessa de um povo totalmente conciliado. (PANIZZA, 2005, p.19) O líder afirma ter uma relação direta com as pessoas e promove assim um duplo efeito de despolitização e hiperpolitização das relações sociais. O efeito ocorre porque o líder populista, muitas vezes se coloca simbolicamente como fora da esfera política, afirmando que ele não é um político, ou pelo menos que ele “não é um político como os outros”. (PANIZZA, 2005, p.20) Seu sucesso em grande medida advém “do fato de que eles fornecem as pessoas algum

tipo de esperança, com a crença de que as coisas poderiam ser diferentes”. (MOUFFE, 2005, p.56) A despolitização-hiperpolitização o permite promover os seus interesses sem se tornar prisioneiro do sistema.

No discurso populista, a política e os partidos políticos são muitas vezes consideradas instituições que devem ser eliminadas ou, pelo menos, purificadas de facções e interesses particularistas, para permitir que as pessoas se unam. Instituições, partidos e políticos estabelecidos fingem representar o povo abafam as vozes que afirmam representar e traem seus seguidores. (PANIZZA, 2005, p.22)

Entretanto, a representação que o líder encarna não é puramente passiva. Se assim fosse não teríamos saído do modelo clássico em que o povo é simplesmente sugestionado ou manipulado a ser representado pelo líder. O líder deve competir com muitas outras histórias existentes e se as novas histórias forem bem sucedidas, eles devem transplantar, suprimir, complementar, ou em alguma medida, superar a história anterior. (PANIZZA, 2005, p.54)

Além disso, segundo Laclau, a representação é formada em um duplo movimento que vai do representante ao representado e vice-versa e, por isso, deve ser explicada não apenas pela intenção da liderança, mas também pelo movimento oposto. Para ele, a passagem das demandas plurais em direção a uma singularidade ocorre através de mecanismos de identificação que são laços afetivos que ligam pluralidade e singularidade.

Para sustentar tal afirmação, Laclau inspira-se em Freud, segundo o qual a identificação é a expressão mais antiga de um laço emocional com outra pessoa. São três as principais formas de identificação em Freud. A primeira é a identificação com o pai. A segunda é a identificação com o objeto da escolha amorosa. A terceira surge com a percepção de uma qualidade comum compartilhada com outra pessoa que não seja um objeto do instinto sexual. Este último é o tipo de identificação que é encontrado no laço mútuo entre os membros do grupo com o líder.

O desenvolvimento que faz Freud sobre o processo de identificação constitui, para Laclau, como um divisor de águas do rol de explicações sobre o populismo. Isto porque, ao declarar que a identificação ocorre através de uma qualidade compartilhada, ele está dizendo que a vontade de um líder ou mesmo a

sua necessidade não explica sua aceitação por parte do grupo. Ela depende das características que ele compartilha com aqueles que se supõe que deve liderar. “Em outras palavras: os liderados encontram-se, em grande medida, *in pari passu* com o líder – isto quer dizer que este último torna-se *primus inter pares*.” (LACLAU, 2013, p.106) Consequentemente, se o líder compartilha traços comuns com os membros do grupo ele já não pode ser, em sua pureza, um dirigente despótico, narcisista. Para Panizza, (2005, p.21) isto porque ao participar da própria substância da comunidade sua identidade também é dividida: ele é o pai, mas também é um dos irmãos. Como uma figura política que procura ser ao mesmo tempo parte do grupo e seu líder, ele aparece como uma pessoa comum com atributos extraordinários.

As pessoas se identificam com um líder principalmente através das histórias que ele ou ela se relacionam não apenas com palavras, mas, mais amplamente, através da utilização de símbolos, incluindo o próprio corpo do líder e vida pessoal. Como em qualquer outra narrativa política, a narrativa do populismo articula uma variedade de mitos, símbolos, temas ideológicos e argumentos racionais, dizendo a seu público de onde as pessoas vêm, como fazer o sentido de sua condição presente, e oferecendo um caminho para um melhor futuro. O impacto final do apelo do líder depende da história particular que ele / ela se relaciona ou encarna e a recepção do público para a história. (PANIZZA, 2005, p.20)

Laclau acrescenta ainda que o investimento em objeto parcial como no caso da representação pertence necessariamente à ordem do *afeto*. Isso não significa, entretanto, que o afeto é um tipo diferente de fenômeno separável da significação. “A relação entre significação e afeto é, na verdade, mais íntima”. (LACLAU, 2013, p.173) O afeto não é algo que existe por si próprio, independentemente da linguagem. Ele se constitui somente através da catexia diferencial de uma cadeia de significação. Ele é parte integral no funcionamento da linguagem da mesma forma que qualquer todo social resulta de uma indissociável articulação entre dimensões significantes e afetivas.

É por isto que a cadeia de equivalência *tem de ser* expressada através da catexia de um elemento *singular*, porque não estamos procedendo a uma operação conceitual de *encontrar* um traço comum abstrato subjacente a todos os agravos sociais, mas a uma operação performativa que constitui a cadeia enquanto tal. É semelhante ao processo de condensação que ocorre nos sonhos: uma imagem não expressa sua particularidade, mas uma pluralidade de correntes muito dessemelhantes de pensamento inconsciente, que encontram sua expressão naquela única imagem. (LACLAU, 2013, p.155)

Dessa forma, a centralidade do líder não resulta de qualquer desenvolvimento secundário ou manipulação emocional das massas. A representação constitui-se, a partir dessa abordagem, como nível primário da objetivação do social e necessariamente envolve a dimensão do afeto para sua constituição. Já a emergência do líder surge como consequência da expansão da cadeia de equivalências em torno de uma singularidade que em nível mais radical será representada por seu nome (do líder).

Considerações

Neste capítulo, tratamos de apresentar o conceito de populismo na teoria laclauiana. Para o autor, seu trabalho não apenas ajuda a esclarecer certos preconceitos contra o populismo na literatura clássica, mas o populismo no sentido que ele desenvolve ajuda também a esclarecer a especificidade do político enquanto tal. Isto porque o populismo envolve a divisão radical da cena social em dois campos, que também é crucial para um deslocamento verdadeiramente político.

Em suma, o populismo para Laclau é uma lógica política radical de deslocamento que envolve: 1) a divisão do campo social em dois campos; 2) a formação de um povo contra o poder; 3) a cristalização dos sentidos em torno de um nome, uma singularidade, um significante vazio que representará a completude ausente do social através da identificação com um nome que em nível mais radical será o próprio nome do líder.

CAPÍTULO IV

Democracia Radical e Populismo: aproximações e divergências

O último capítulo desta dissertação será dedicado apresentar as modificações que defendemos ter ocorrido na noção de democracia de Ernesto Laclau entre 1985 e 2005. O caminho que escolhemos para tanto foi através da confrontação entre a noção de democracia radical e plural e a noção de populismo, apontando suas aproximações e divergências. A princípio, a semelhança entre ambos poderia passar quase despercebida para o leitor, já que próprio Laclau dedica apenas poucas páginas do livro em que trata do populismo⁹ para falar dessa ligação. Ademais, no ano de 2010, em entrevista concedida à revista Eurozine,¹⁰ o autor declarou que, para ele, o populismo e a democracia radical coincidiam inteiramente. É essa possível semelhança que nos conduzirá, pois, como mostraremos na primeira parte, a similaridade entre ambas não pode ser aceita se compararmos a democracia radical e plural em seu modelo original com a noção de populismo. Já, na segunda parte, apresentaremos as mudanças nas categorias de Laclau que foram incorporadas à noção de democracia e nos fazem pensar em uma nova noção ou em uma noção modificada, esta sim mais próxima ao conceito de populismo.

4.1 Democracia Radical e Populismo: contradições de divergências

Nesta primeira seção, faremos uma comparação entre a democracia radical e plural de Ernesto Laclau, como apresentada em 1985 no livro *Hegemonia e Estratégia Socialista*, e o conceito de populismo desenvolvido, em 2005, no livro *A Razão Populista*. Não consideramos nessa parte as modificações sofridas ao longo

⁹ Trata-se da obra *A Razão Populista* (2005).

¹⁰ A entrevista tem como título “The defender of contingency” e pode ser acessada em: <http://www.eurozine.com/articles/2010-02-02-laclau-en.html>

de sua obra justamente para mostrar que a ligação direta entre ambos não se justifica, mas apenas a partir da aceitação de mudanças importantes que apresentaremos na segunda seção.

4.1.1 Estratégia de oposição versus estratégia de construção de nova ordem

O primeiro ponto que gostaríamos de desenvolver é sobre os diferentes tipos de estratégias políticas de contestação e reconstrução do social que estão relacionadas à democracia radical e ao populismo. Laclau menciona dois diferentes tipos: a estratégia de oposição e a estratégia de construção de uma nova ordem. A primeira refere-se ao tipo de estratégia em que a negação de uma certa ordem social ou política é o elemento predominante. Além disso, “este elemento de negatividade não é acompanhado por qualquer tentativa real de estabelecer diferentes pontos nodais a partir dos quais se poderia instituir um processo de reconstrução alternativa e positiva da textura social”. (LACLAU & MOUFFE, 2015, p.279) A estratégia de construção de uma nova ordem, ao contrário, é a lógica que tem o elemento de positividade social como predominante.

No livro *Hegemonia e Estratégia Socialista* (1985), onde essas estratégias são apresentadas, ele afirma que somente a primeira é capaz de levar a uma situação de hegemonia e, logo, esta deve ser a estratégia política que um projeto de democracia radical e plural deve seguir. Isto porque, no caso da estratégia de oposição, as demandas de um grupo subordinado são apresentadas como puramente negativas e não se vinculam a qualquer projeto viável de reconstrução de áreas específicas da sociedade. Mas justamente por essa razão, este tipo de estratégia está para fadada à marginalidade, pois sua capacidade de agir hegemonicamente estaria excluída de saída. (LACLAU & MOUFFE, 2015, p.279)

Uma segunda razão para a escolha da estratégia de construção de uma nova ordem é o fato de que, como mencionamos no segundo capítulo, a democracia é uma lógica política baseada no momento da negatividade e que requer que um conteúdo positivo lhe seja adicionado. Logo, o sucesso da empreitada da esquerda política dependeria da capacidade desta de apresentar o projeto positivo baseado “na busca de um ponto de equilíbrio entre um máximo avanço da revolução

democrática numa ampla gama de esferas, e a capacidade de direção hegemônica e reconstrução positiva destas esferas, por parte dos grupos subordinados”. (LACLAU & MOUFFE, 2015, p.279)

O populismo, em contraste, parece se aproximar muito mais da estratégia de oposição. De acordo com Laclau, ele é um “chamado público aos despossuídos, excluídos dos canais políticos normais” (LACLAU, 2013, p.188). Uma formação populista é sempre formada por grupos que tiveram suas demandas rejeitadas. Também a preocupação com a construção de uma nova ordem parece ter ficado ausente. Como desafio radical à ordem vigente, o populismo é puro deslocamento. Ele demanda a construção de uma identidade com um *traço* positivo, que será sempre o povo, mas não há qualquer garantia de que esse traço positivo, que serve para manter a cadeia de equivalência unida, daria conta de dar sentido ao social pós-deslocamento. Não sabemos o que acontecerá depois. Apenas sabemos que o social demanda uma ordem que será encarnada por um significante vazio e, no entanto, a única coisa que temos garantido sobre ele é que este necessariamente será limitado pelos sentidos da politéia que Laclau também não desenvolve.

O autor chega a afirmar que o populismo possui uma dupla face, que seria “uma face de ruptura com uma ordem existente; e outra face que introduz a “ordenação” onde existia um deslocamento básico”. (LACLAU, 2013, p.187) Entretanto, isso não significa necessariamente um novo projeto positivo de construção da ordem. De acordo com ele, a situação anterior fornece parte da estruturação pós-deslocamento e a situação populista procede articulando demandas fragmentadas e deslocadas em torno de um novo núcleo. É somente se o sistema entra em um período de “crise orgânica”, no sentido gramsciano, que as forças populistas “precisam fazer mais do que se engajar na ambígua posição de subverter o sistema e, ao mesmo tempo, estar integradas a ele: elas têm de reconstruir a nação em torno de um novo núcleo popular. A tarefa de reconstrução prevalece sobre a tarefa da subversão”. (LACLAU, 2013, p.257)

Dessa forma, enquanto que na democracia radical e plural desenvolvida em 1985 a preocupação com a dimensão da reconstrução era parte fundamental do projeto e, logo, a estratégia escolhida era a de construção de uma nova ordem, no

caso do populismo, construído em 2005, essa preocupação adquire importância secundária frente a necessidade do deslocamento aproximando-se muito mais da estratégia de oposição, que era inicialmente rejeitada por Laclau.

4.1.2 Demandas democráticas versus demandas populares

O segundo ponto que podemos mencionar em que a democracia radical e o populismo não funcionam da mesma forma é com relação à articulação de demandas e a importância que cada tipo de demanda tem nas diferentes obras de Laclau. Na democracia radical, trata-se da articulação de demandas democráticas em uma lógica institucional. No populismo trata-se da articulação em uma cadeia popular que envolve a transformação de demandas democráticas em demandas populares. No capítulo anterior, já desenvolvemos os dois tipos e agora, nessa parte, mostraremos que a própria perspectiva do autor sobre cada uma se modifica em 2005 se comparado a 1985.

A democracia radical e plural, como apresentada em *Hegemonia e Estratégia Socialista* (1985), fundamentava-se na articulação entre demandas democráticas em um equilíbrio estável com a lógica subversiva da democracia. Neste momento, as lutas democráticas eram as mais importantes para Laclau que as lutas populares. Sabemos disso, porque ele declara tal importância explicitamente em HES quando afirma que:

Falaremos, portanto, de lutas *democráticas* onde estas impliquem uma pluralidade de espaços políticos, e de lutas *populares* onde certos discursos constroem *tendencialmente* a divisão de um único espaço político em dois campos opostos. Mas é claro que o conceito fundamental é o de “luta democrática”, e que lutas populares são meramente conjunturas específicas resultantes da multiplicação de efeitos de equivalência entre as lutas democráticas. (LACLAU & MOUFFE, 2015, p. 217)

Em *A Razão Populista* (2005), a importância entre demandas democráticas e populares parece se inverter. Nesse livro o autor dá importância especial às demandas populares por serem elas aquelas que possuem a capacidade de formar um povo. Elas aparecem como “uma pluralidade de demandas que, através de sua articulação de equivalência, constitui uma subjetividade social mais ampla”.

(LACLAU, 2013, p. 124) A demanda democrática aqui é aquela que permanece isolada em relação à cadeia de equivalências e, logo não possui a capacidade de construir o povo contra o poder que o populismo requer, já que estão inscritas numa totalidade institucional/diferencial. Caso sejam articuladas numa articulação de equivalência que se antagoniza contra a totalidade institucional já não se tratam mais de demandas democráticas, mas sim de demandas populares.

A situação fica mais marcada se a pensarmos por meio da diferenciação entre uma situação de deslocamento e a situação pós-deslocamento. Quando escreveu sobre a democracia radical e plural, em 1985, a preocupação com o deslocamento estava ausente do texto do autor. Basta lembrar que o próprio conceito de deslocamento é proposto apenas na obra seguinte em 1990. Laclau partia de um deslocamento que já havia ocorrido, a revolução democrática. O que ele pretendia era mudar o curso da direção dos efeitos da revolução, que havia sido inicialmente tomado pelo modelo de democracia liberal. Para ele, “a construção de uma cadeia de equivalências democráticas frente à ofensiva neo-conservadora, (...) é uma das condições de luta da esquerda pela hegemonia nas atuais circunstâncias”. (LACLAU & MOUFFE, 2015, p.275)

De acordo com Furet (1989), quando a revolução tomou proporção incontrolável, os vários grupos políticos que ocuparam o lugar vazio do poder queriam de toda forma “parar” a revolução, cada um em seu favor. O regime liberal estabilizou os seus efeitos para que a administração positiva do social fosse possível. Contudo, como vimos, Laclau tinha várias críticas contra esse modelo que ele acusava se pautar em pressupostos essencialistas e em uma matriz individualista que limitava os efeitos subversivos da democracia. Por isso, ele tentou devolver o movimento a “roda” que moveu a revolução democrática. Ele queria arrancar os seus freios limitadores e dissipar seus efeitos para toda a extensão das relações sociais, mas não tentava mudar os ideias revolucionários.

É por isso que a democracia radical e plural, em contraste com o populismo, não tem por função articular demandas de grupos excluídos contra o poder institucional, mas demandas de grupos subordinados que estão em situação de marginalidade em relação ao poder e devem ter suas pautas incluídas. O que isso

significa? A democracia radical consiste na ampliação da pluralidade de espaços de debate e na expansão das fronteiras políticas de modo que os grupos subordinados pudessem ter suas lutas politicamente reconhecidas como formas de opressão. O que se intenta é incluir dentro do sistema aquelas identidades que antes não eram reconhecidas como legítimas.

Isto nos permite ver em que sentido podemos falar do projeto de uma democracia radical como alternativa para a esquerda. Este não pode consistir na afirmação, a partir de posições de marginalidade, de uma série de demandas anti-sistêmicas; ao contrário, ele deve se basear na busca de um ponto de equilíbrio entre um máximo avanço da revolução democrática numa ampla gama de esferas, e a capacidade de direção hegemônica e reconstrução positiva destas esferas, por parte dos grupos **subordinados**. *Grifo nosso* (LACLAU & MOUFFE, 2015, p. 279)

No caso do populismo, o que está em jogo não é deslocar as fronteiras de dentro do poder, mas de fundar um novo poder. No populismo, as demandas não são articuladas em uma totalidade, mas divide esse espaço político único em dois campos. Trata-se da divisão radical entre o “povo” e o poder que é insensível a eles. Aqui a articulação envolve demandas de grupos **excluídos** que tiveram seu lugar negado dentro do poder e estão fora dele.

4.1.3 Lógica da diferença e lógica da equivalência

Por fim, trataremos nesta parte da relação da democracia radical e do populismo com lógica da diferença e a lógica da equivalência. Aqui vale destacarmos o excerto da entrevista a qual nos referimos na introdução deste capítulo em que Laclau justifica a coincidência entre a democracia radical e o populismo:

Por democracia radical eu entendo a expansão da cadeia de equivalência para além dos limites admitidos por um determinado sistema político. Você pode radicalizar a democracia através de equivalências, mas isso é exatamente a mesma coisa que criar uma identidade popular, porque a identidade popular é criada através da cadeia de equivalência. (LACLAU, 2008, p.2)

De acordo com a teoria laclauniana, toda construção hegemônica depende da articulação de discursos dispersos em uma cadeia de equivalências. Por isso

mesmo, é seguro dizer que tanto a democracia radical quanto o populismo enquanto lógicas que buscam a hegemonização necessitam articular demandas e formar uma cadeia de equivalências. Entretanto, é possível apontar que há entre eles uma incompatibilidade com relação ao ponto em que cada um se localiza entre estas duas lógicas de construção do social, a da diferença e da equivalência e, por isso, não podemos dizer que a expansão em cada caso toma a mesma direção.

Como dissemos anteriormente, há, para Laclau, duas maneiras de se construir o social: “pela afirmação de uma particularidade (...) ou por meio de uma rendição parcial da particularidade, enfatizando tudo o que as particularidades possuem em comum no plano da equivalência”. (LACLAU, 2013, p. 129) O primeiro é o que ele denomina *lógica da diferença* e o segundo, *lógica da equivalência*. Embora incompatíveis, estas duas lógicas não se encontram em simples relação de exclusão mútua, pois todas formas de construções hegemônicas encontram-se em algum ponto entre elas, sendo que o fechamento total de nenhuma delas pode ser finalmente alcançado.

A democracia radical e plural não privilegia nem a lógica da diferença nem a da equivalência. Como qualquer lógica política, a democracia demanda articulação e um determinado nível de equivalência, mas esta articulação deve ser constantemente recriada e renegociada, buscando o equilíbrio entre autonomização máxima de esferas e lógica equivalencial-igualitária. “Entre a lógica da identidade total e a da diferença pura, a experiência da democracia deve consistir no reconhecimento da multiplicidade de lógicas sociais juntamente com o da necessidade de sua articulação”. (LACLAU & MOUFFE, 2015, p. 278) A democracia é uma lógica compatível com a pluralidade de espaços e, por isso, recusa-se a repartir o social ou mesmo lhe dar uma fundação final.

O pluralismo democrático radical se opõe totalmente a todas as formas de dominação, pois visa criar as condições para o auto-desenvolvimento livre e individual e isso requer, por sua vez, a eliminação da opressão e da exploração. Pluralismo democrático radical também se opõe à dominação, na medida em que aceita plenamente a legitimidade de diferenças democráticas. (SMITH, 1988, p.177)

O populismo, por outro lado, é construído através do privilegiamento da expansão da lógica da equivalência e tende a dividir a sociedade em dois campos. De um lado, a institucionalidade e, de outro, aqueles que dela foram excluídos e que intentam contestá-la e recriar o social em novos termos.

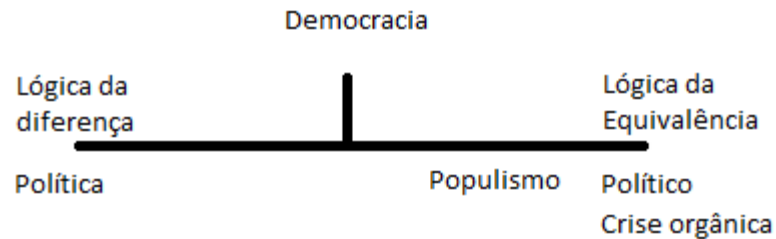


Figura 5 – Democracia Populismo em relação as lógicas da diferença e da equivalência

Na imagem acima, temos a ilustração dessa diferença. O ponto extremo do lado esquerdo mostra a lógica da diferença que também corresponde à dimensão da política, ou como Laclau chama a “morte da política e sua reabsorção pelas formas sedimentadas do social”. Quanto mais institucionalizado um discurso, mais próximo ele estará desse ponto da reta e menos radical ele será. Do outro lado, temos o ponto máximo da lógica da equivalência que corresponde também ao político em sua forma mais radical. Entre esses pontos há uma gradiente de possibilidades entre a política e o político em que uma lógica política pode se situar. Como sabemos, toda lógica política envolve uma dimensão antiinstitucional na medida em que desafia as regras vigentes. Contudo, ela pode ser mais ou menos radical na medida em que se aproxima de um extremo ou outro da reta.

Nós posicionamos a democracia no meio da reta, porque como sabemos, ela recusa-se a privilegiar um ou outro extremo e prefere o equilíbrio entre ambos. O populismo, entretanto posicionamos no extremo direito da reta. A razão é que, segundo Laclau, o populismo é sinônimo do político. De acordo com ele, o político possui como requisitos *sine qua non* “a constituição de fronteiras antagônicas no interior do social e a convocação de novos sujeitos da mudança social, (...) Estes, entretanto, constituem também os traços definidores do populismo” (LACLAU, 2013,

p.228), logo, ambos seriam equivalentes. A afirmação de Laclau por si só seria suficiente para defender que a posição da democracia radical entre as duas lógicas de constituição do social não pode ser a mesma que a posição do populismo. No entanto, há ainda uma segunda razão para recusarmos a similaridade entre elas.

Os dois polos extremos da reta representam situações totalitárias. No lado esquerdo, o totalitarismo de Estado é alcançado a partir da expansão máxima da lógica da diferença, enquanto, do lado direito, o totalitarismo é alcançado a partir da expansão máxima da lógica da equivalência com a divisão radical do campo social. O totalitarismo consiste da imposição da verdade da ordem social para dessa forma restabelecer o fechamento, restaurar a unidade e reimpor um centro absoluto que a democracia desfez. “Com o totalitarismo, ao invés de designar um lugar vazio, o poder busca materializar-se num órgão que se pretende representativo de um povo unitário”. (LACLAU & MOUFFE, 2015, p. 277)

Enquanto a democracia se baseia na recusa a fornecer um fundamento final ao social e, desse modo, recusa uma posição próxima aos extremos entre essas duas lógicas, o populismo ao privilegiar a lógica da equivalência aproxima-se mais a um dos pontos extremos da reta. Desse modo, em certos casos, ele pode culminar em uma situação de totalitarismo. Para defender-se das críticas quanto a possibilidade do populismo encarnar o totalitarismo, Laclau afirma que o “espectro de possíveis articulações é muito mais diversificado do que a simples oposição totalitarismo/democracia parece sugerir” (LACLAU, 2013, p. 242) e, logo, o populismo pode se encontrar em diferentes gradações e estar posicionado em diferentes pontos da nossa reta. De fato, as práticas hegemônicas parciais podem assumir inúmeras gradações impossíveis de se determinar *a priori* e certamente podemos pensar em muitas nuances entre mais ou menos democráticas em um regime, assim como mais ou menos populistas.

Entretanto, o problema que nos parece central é que, no caso da democracia radical, a expansão da cadeia de equivalência a partir de um determinado limite leva a sua desintegração, enquanto que, no caso do populismo, parece acontecer o oposto, quanto mais a cadeia se expande mais populista será a lógica. Para Laclau, o totalitarismo não é o destino manifesto do populismo que, em

muitos casos, pode inclusive ser extremamente democrático. Para Smith, de fato, alguns discursos, inclusive autoritários podem se construir como pseudo-mobilização "democráticas" do "povo" e fazer às vezes reconhecer o caráter plural do social, "mas eles pretendem gerenciar a diferença através da implantação de assimilação, disciplina e estratégias excludentes". (SMITH, 1988, p.177) Logo, mesmo quando apresentam uma face democrática, o populismo "em última análise, visa diminuir a diferença, colocar a diferença contra si mesmo, incitar a auto-vigilância e a demonização, e separar a diferença do que ela pode ser". (SMITH, 1988, p.177)

Considerando que a expansão máxima de qualquer destas lógicas levaria a uma situação totalitária que seria o oposto da democracia, não podemos aceitar a afirmação de que a democracia radical e o populismo são a mesma coisa. O que podemos dizer, entretanto, é que, em algumas situações, eles podem vir a coincidir. Para Laclau (2013, p.228), "não existe intervenção política que, até certo ponto, não seja populista. Isto não significa, porém, que os projetos políticos sejam igualmente populistas. Isto depende da extensão da cadeia de equivalências que unifica as demandas sociais". Dessa forma, podemos dizer que a democracia sempre possui um traço do populismo, mas nem todo populismo possui uma face democrática.

4.2 Uma nova noção de democracia

Na primeira seção deste capítulo, comparamos alguns pontos que acreditamos ser incompatíveis entre a democracia radical, apresentada por Laclau em 1985, e o populismo apresentado em 2005. Entretanto, nossa comparação não considerou as modificações ocorridas na obra do autor durante este período. Nessa seção, trataremos de mostrar as modificações promovidas por ele que aproximam em sua teoria que foram incorporadas à noção a democracia radical e plural e modificaram-na e a aproximaram da noção de populismo. Essas mudanças nos permite falar em uma noção modificada de democracia ou mesmo em uma nova noção de democracia.

4.2.1 O lugar vazio do poder

A primeira modificação importante promovida por Laclau em sua teoria que podemos citar se refere ao tema do lugar vazio na democracia. O assunto já foi desenvolvido no segundo capítulo. Trata-se da abertura política segundo a qual o lugar do poder, antes ocupado pela figura do rei, se tornou, nas democracias modernas, o espaço de disputa que funda a própria política. Em oposição aos regimes monárquicos em que o poder é encarnado pela figura de um soberano, nas democracias, o poder aparece como um lugar vazio que apenas pode ser ocupado de forma temporária.

Claude Lefort foi o autor a propor tal pressuposto com o qual Laclau não apenas concordou por quase 20 anos, mas em que apoiou seus trabalhos. De fato, Lefort é por vezes citado por ele em *Hegemonia e Estratégia Socialista* (1985) para explicar a novidade democrática da modernidade.

Claude Lefort demonstrou como a “revolução democrática”, como um novo terreno que supõe uma profunda mutação ao nível simbólico, implica numa nova forma de instituição do social. (...) De acordo com Lefort, a diferença radical que a sociedade democrática introduz é que o lugar do poder se torna um espaço vazio; a referência a um fiador transcendente desaparece, e com ela a representação da unidade substancial da sociedade. Em decorrência, ocorre uma cisão entre as instâncias do poder, do saber e da lei, e seus fundamentos não estão mais assegurados. Abre-se, assim, a possibilidade de um interminável processo de questionamento. (...) A democracia inaugura a experiência de uma sociedade que não pode ser apreendida ou controlada, na qual o povo será proclamado soberano, mas sua identidade jamais estará definitivamente dada, mas permanecerá latente”. (LACLAU & MOUFFE, 2015, p. 276)

Entretanto, a partir da publicação de *A Razão Populista* (2005), o autor muda seu posicionamento. Ao invés de pensar o lugar do poder como único e vazio, ele propõe que o pensemos como parcial e provisoriamente ocupado, passando, assim, a criticar o próprio Lefort em quem até então se apoiava.

(...) para Lefort o *lugar* do poder nas democracias é vazio. Para mim a questão se coloca diferentemente: trata-se de *produzir* o vazio a partir da operação da lógica hegemônica. Para mim o vazio é um tipo de identidade, não uma localização estrutural. Se, como Lefort pensa – e concordo com ele neste ponto –, o marco simbólico de uma sociedade é o que sustenta certo regime, o lugar do poder não pode ser inteiramente vazio. Até mesmo

a sociedade mais democrática teria limites simbólicos para determinar quem pode ocupar o lugar do poder. Entre a encarnação total e o vazio total existe uma gradação de situações que envolvem encarnações parciais. Estas últimas são precisamente as formas assumidas pelas práticas hegemônicas. (LACLAU, 2013, p. 242)

Há consequências importantes desse deslocamento conceitual. Diferentemente de Lefort que, como temos visto, afirma que o lugar do poder nas democracias é vazio, para Laclau, o vazio democrático passa a ser um tipo de identidade. Isso significa que o espaço não está simplesmente aberto a *qualquer* conteúdo, porque há limites simbólicos mínimos para ocupação provisória do mesmo. Mas isto é justamente o oposto do que Laclau afirmava em HES e também por todas as suas outras obras.

Isto porque, em HES, a democracia era “incapaz de fundar um ponto nodal de qualquer tipo em torno do qual o tecido social (pudesse) ser reconstituído”. (LACLAU & MOUFFE, 2015, p. 278) O deslocamento equivalencial do imaginário igualitário era apenas uma lógica da eliminação de relações de subordinação e das desigualdades. A democracia não podia corresponder nem a um sistema de valores e nem um sistema de organização social, mas apenas uma possibilidade, ou seja, pura ausência de determinação, e justamente por isso poderia ser “ocupada por *qualquer* força”, inclusive uma força não necessariamente democrática. (LACLAU, 2011, p.104)

Sua posição, em A Razão Populista, entendemos ser bem diferente. Nesta obra, ele afirma que “resulta insuficiente colocar a questão como se o vazio significasse simplesmente a ausência de qualquer determinação no lugar do poder, e devido a esta ausência, qualquer força particular, sem deixar de ser particular, poderia ocupar aquele lugar”. (LACLAU, 2013, p. 246) Isto porque, de acordo com ele, o conceito de *politeia* significa toda uma forma de vida política da comunidade e, portanto, envolve a formação de uma subjetividade política. (LACLAU, 2013, p. 247) Além do mais, ele defende que a discussão do vazio não pode ser encarada como se o lugar não fosse afetado por aqueles que o ocupam e vice e versa.

Ao dizer que a democracia está ligada a toda uma forma de vida política, Laclau assume que há limites de significação sem os quais a democracia deixaria de ser democracia. A mudança ocorre porque Laclau adiciona à democracia um atributo fundamental: ela necessariamente deve ser constituída por um povo democrático. Dessa forma, ele desloca a discussão sobre o lugar vazio do poder para a discussão sobre a formação daqueles que ocupam este vazio, o povo.

Em outras palavras: a democracia só pode fundar-se na existência de um sujeito democrático, cuja emergência depende da articulação horizontal entre demandas de equivalência. Um conjunto de demandas de equivalência articulado por um significante vazio é o que constitui um “povo”. Assim, a possibilidade da democracia depende da constituição de um “povo” democrático. (LACLAU, 2013, p. 171)

Mas o leitor pode se perguntar: o atributo de um povo democrático não está subentendido na pressuposição da soberania do povo de qualquer de democracia? A resposta é, a princípio, afirmativa. Entretanto, a ideia de povo em Laclau é bastante diferente da ideia da soberania do povo na ciência política clássica moderna.

A novidade da democracia moderna, o que a torna propriamente “moderna” é que, com o advento da “revolução democrática”, o antigo princípio democrático de que “o poder deve ser exercido pelo povo” surge novamente, mas desta vez em um marco simbólico informado pelo discurso liberal, com vigorosa ênfase no valor das liberdades individuais e nos direitos humanos. (MOUFFE, 2000 apud LACLAU, 2013 p. 243)

O “povo” considerado a partir do imaginário simbólico liberal surge como uma totalidade resultado da agregação de indivíduos, sendo a soberania a soma destas vontades individuais. Já, para Laclau, como vimos no capítulo anterior, o povo não corresponde ao todo social, ele não é simples agregação de indivíduos. O povo é uma categoria eminentemente política, uma parte que pretende ser o todo. É “uma *plebs* que reivindica ser o único *populus* legítimo”. (LACLAU, 2013, p. 134) Trata-se de uma parte que funciona como o todo e toma para si a legitimidade do todo.

O *demos* atribui a si mesmo, como algo que lhe cabe de direito, uma igualdade que pertence a todos os cidadãos. Ao agir assim, esta parte, que não é o todo, identifica sua propriedade imprópria com o princípio exclusivo de comunidade e identifica seu nome – o nome da massa indistinta de homens sem posição – com o nome da própria comunidade. (...). O povo se

apropriada da qualidade comum como se fosse sua. Estritamente falando, o que ele aporta à comunidade é a disputa. (RANCIÈRE, 1999 apud LACLAU, 2013 p. 151)

Afirmar que o “povo” não é simplesmente a agregação de indivíduos implica uma mudança importante. Não é possível determinar o povo a priori; ele é, em si, uma objetivação parcial e contingente. Por isso, não podemos nos apressar em dizer que ao adicionar a dimensão do “povo” em seu caráter necessário Laclau desliza de volta do pós-estruturalismo ao essencialismo. Não se trata de sair da negatividade constitutiva da democracia para uma positividade fundante do social. Laclau apenas fala em *traço* positivo ou em *expressão simbólica* positiva e jamais em conteúdo positivo para se referir à operação de construção do povo. Em HES, Laclau defendia que um conjunto simbólico positivo deveria necessariamente anexado à noção de democracia que era em si mesma um vazio. Já em A Razão Populista esse conjunto já estava dado pelo sentido da politéia que limita desde o início a capacidade de determinados discursos constituírem o povo necessário.

De tudo que dissemos até aqui, podemos concluir que Laclau promove uma importante modificação na noção de democracia radical e plural ligada à ocupação provisória do poder. Quais as consequências dessa mudança? Em primeiro lugar, a limitação do lugar do poder pela identidade do povo e pelos limites da politéia visa impedir que determinadas identidades não democráticas ocupem o lugar do povo, que antes era possível. Em segundo lugar, o requisito do povo para a democracia radical aproxima essa noção da noção de populismo que possui o mesmo requisito, como já falamos no capítulo anterior. Dessa forma, tanto democracia quanto populismo deve ter o objeto povo como centro de sua cadeia de equivalências.

4.2.2 Significantes vazios e a democracia

Uma segunda modificação importante na teoria laclauniana é aquela promovida quanto ao conceito de significantes vazios. Estes significantes possuem uma função especial de preenchimento da falta constitutiva do social e foram tomados de empréstimo por Laclau da teoria psicanalítica de Lacan. Entretanto, como veremos adiante, no início de sua obra, este conceito foi apenas parcialmente

utilizado por Laclau. Somente a partir de A Razão Populista seus sentidos foram ampliados e adaptados aos demais conceitos da teoria, modificando o próprio complexo teórico como um todo, e inclusive a noção de democracia.

Em Hegemonia e Estratégia Socialista, Laclau não fala em significante vazio. Sua definição explícita só aparece na obra Emancipação de Diferença, em que ele dedica todo um capítulo desse livro para desenvolver este conceito. Aqui o “significante vazio é, no sentido estrito do termo, um significante sem significado”. (Laclau, 2011, p.67) Isto porque, sua função no campo da significação seria preencher o lugar vazio que resulta da impossibilidade de produzir um objeto, contudo, requerido pela sistematicidade do sistema. Vamos nos deter um tempo para entender todas as implicações envolvidas neste momento.

Já dissemos repetidas vezes que o social, na concepção dos pós-estruturalistas, é marcado por uma falta constitutiva, pela impossibilidade da significação total ou do fechamento o qual, entretanto, requer essa significação. O único modo de preenchê-la é quando um discurso parcial assume a tarefa de representar uma universalidade impossível. É exatamente essa a operação hegemônica de que trata Laclau. Outra maneira de dizer a mesma coisa é voltando ao que dissemos no primeiro capítulo sobre a necessidade da ordem. É porque não podemos conceber o social completamente destituindo de ordem que em uma situação de desordem radical alguma ordem será sempre requerida para preencher o vazio da ordem. Em ambos os casos o que estamos afirmando é que o preenchimento da falta é uma necessidade ontológica, ou seja, a falta deve necessariamente ser preenchida, no plano ôntico, por algum objeto parcial.

Entretanto, “o arranjo social *concreto* que atenderá essa solicitação é uma consideração secundária”. (LACLAU, 2013, p. 154) A princípio, o campo estará aberto à possibilidade de que qualquer ordem possa se instaurar. É por essa razão que o significante que preenche a função de representar a falta é dito vazio pelo fato de que ele não consegue determinar *a priori* os conteúdos concretos que lhe emprestarão, de modo provisório, à sua significação. Qualquer conteúdo que tenha se hegemonizado suficientemente pode emprestar-lhe o sentido. Nesse caso, a ordem que “nomeia uma plenitude indiferenciada não possui um conteúdo

conceitual, qualquer que seja: não é um termo *abstrato*, mas no sentido mais estrito, é *vazio*". (LACLAU, 2013, p.155)

Em *A Razão Populista*, Laclau acrescenta uma observação importante sobre o *vazio* desses significantes, que já citamos antes. Ele afirma que "resulta insuficiente colocar a questão como se o *vazio* significasse simplesmente a ausência de qualquer determinação no lugar do poder, e devido a esta ausência, *qualquer força* particular, sem deixar de ser particular, poderia ocupar aquele lugar". (LACLAU, 2013, p.146) O *vazio*, diz Laclau, não pode ser confundido com *vacuidade* e nem *abstração*. Para facilitar o entendimento, ele compara um *significante* *vazio* ao "zero de Pascal" onde o "zero" é ausência do número, mas também é "um" número.

O *vazio*, no que diz respeito a este lugar, não significa simplesmente *vacuidade*; ao contrário, o *vazio* existe porque aquela *vacuidade* aponta para a ausente completude da comunidade. *Vazio* e *completude* são, na realidade, sinônimos. No entanto, essa completude/*vacuidade* somente pode existir encarnada numa *força* hegemônica. Isto significa que o *vazio* circula entre o lugar e seus ocupantes. Eles se comunicam um com o outro. (LACLAU, 2013, p. 247)

Agora como esta discussão dos significantes vazios se liga ao que dissemos anteriormente sobre o lugar *vazio* da democracia? Como acabamos de mostrar, na versão de 1985, a noção de democracia aparecia na obra de Laclau como um lugar *vazio* que poderia ser preenchido por *qualquer* conteúdo particular. Na versão apresentada por ele em 2005, a democracia possui limites para ser significada enquanto tal e esse limite é dado pela identidade do povo. Da mesma forma, antes de 2005, o *significante* *vazio* aparecia como uma ausência de significação que poderia ser tomado por qualquer conteúdo concreto que alcançasse a hegemonia e agora ele possui limites que são os limites da comunidade. Dito de outra forma, o *significante* não pode ser apenas *vazio*, mas deve representar a identidade do povo e seus significantes estão limitados ao sentido da *politéia*. Dessa forma, não faz mais sentido dizer que qualquer conteúdo particular pode assumir essa função.

Isto significa que o *vazio* circula entre o lugar e seus ocupantes. Eles se comunicam um com o outro. Assim, a lógica dos dois corpos do Rei não desapareceu na sociedade democrática. Simplesmente não é verdade que a pura *vacuidade* substituiu o corpo imortal do Rei. Este corpo imortal é encarnado pela *força* hegemônica. O que mudou na democracia, em comparação com os *anciens régimes*, é que nestes últimos a encarnação ocorria em apenas um corpo, enquanto hoje ela transmigra através de uma

variedade de corpos. No entanto, a lógica da encarnação continua a operar sob condições democráticas e, em certas circunstâncias, pode adquirir considerável estabilidade. (LACLAU, 2013, p. 248)

Uma segunda modificação apenas posteriormente adicionada por Laclau é a influência retroativa dos significantes vazios sobre a cadeia de equivalências, aquilo que dissemos sobre o efeito retroativo da nomeação. Assim, um significante vazio não apenas tem por função representar a totalidade ausente, mas deve nomear a própria totalidade. Logo, “o objeto parcial não é *uma parte de um todo*, mas *uma parte que é o todo*”. (LACLAU, 2013, p.175) Trata-se da operação que na psicanálise Lacan chama de “a elevação de um objeto ordinário à dignidade da Coisa”. (LACLAU, 2013, p.176) Isto porque a sua função não é simplesmente representar, mas substituir o objeto ordinário pela Coisa como em um processo de sublimação.

Em termos lacanianos: um objeto é elevado à dignidade de Coisa. Neste sentido, o objeto do investimento hegemônico não constitui uma segunda escolha em relação à coisa *real*, que seria uma sociedade *inteiramente* reconciliada, a qual, numa totalidade sistêmica, não exigiria nem investimento nem hegemonia. É, simplesmente, o nome que a plenitude recebe em certo horizonte histórico, o qual, enquanto objeto parcial de um investimento hegemônico não é um *ersatz*, mas o ponto de partida de ligações profundas. (LACLAU, 2013, p. 180)

O lugar vazio, dessa forma, não é mais vazio, nem os significantes vazios são mais apenas significantes sem significados. Isto porque entre o vazio e a completude surge agora o “povo” para representar a completude ausente da comunidade e limitar a possibilidade de que qualquer força possa ocupar o lugar vazio do poder. O “povo” pode ser pensado de duas formas: como complementação da teoria de Laclau e também como modificação retroativa da mesma. Isto porque ao adicionar a discussão do povo, Laclau lançou luz sobre a questão da influência recíproca entre o lugar do poder e aquele que o ocupa, mas isto se fez a custa de modificar a própria noção de democracia. O povo é também o ponto de aproximação entre a lógica da democracia e a lógica populista, já que ele é o significante vazio que ambas as lógicas devem necessariamente encarnar.

Considerações

Neste capítulo, nosso trabalho foi analisar, nas obras HES e Razão Populista de Ernesto Laclau, as aproximações e divergências entre a noção de democracia e o conceito de populismo desenvolvido por ele. O intuito era saber se a semelhança entre ambos defendida pelo autor se justificava. Entretanto, depois de analisarmos o conteúdo das principais obras de Laclau, concluímos que a afirmação do autor não poderia ser acolhida. Segundo argumentamos, é possível perfeitamente dizer que toda democracia radical possui traços populistas em diferentes graus, dependendo de sua localização entre a lógica da equivalência e da diferença, e sua defesa do povo é a principal deles. Contudo, não é possível dizer ao contrário, que todo populismo possui traços democráticos, (a menos que aceitemos que a encarnação do povo continua a ser democrática, mesmo quando passa a ser totalitária) logo, a inversão seria impossível, assim como a igualdade entre as duas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve tarefa responder a questão: como se desenvolveu a noção de democracia na obra de Ernesto Laclau entre 1985 e 2005? Nossa hipótese era de que a noção de democracia havia sofrido modificações importantes ao longo desse período. Para respondê-la, utilizamos diversos textos tanto do autor quanto de seus comentadores dentre as quais as mais importantes foram: 1) *Hegemonia e Estratégia Socialista* (1985); 2) *Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo* (1990); 3) *Emancipação e Diferença* (1996); 4) *A Razão Populista* (2005). Metodologicamente nós fizemos uma análise de conteúdo dessas obras, buscando seus “sentidos e significados, patentes ou ocultos, que podem ser apreendidos pelo leitor que interpreta a mensagem contida nele por meio de técnicas sistemáticas apropriadas” (CHIZZOTTI, 2006, p. 113).

Dividimos o texto em quatro capítulos. O primeiro foi dedicado à apresentação dos elementos mais gerais concernentes à teoria do discurso de Ernesto Laclau. Ele tinha por função oferecer um suporte de entendimento para compreensão dos capítulos subsequentes, já que a incompreensão de uma teoria ou uma categoria ocorre muitas vezes pela não compreensão das ferramentas teóricas utilizados pelo autor. Na primeira parte, falamos sobre o pós-estruturalismo e análise do discurso, que são os pressupostos básicos da teoria de Laclau. Na segunda parte, discorremos sobre o pós-marxismo, que é o trabalho de desconstrução e de reativação da teoria marxista promovido pelo autor. Por fim, na última parte, apresentamos os conceitos e categorias mais importantes da teoria laclauniana que foram hegemonia, antagonismo, significante vazio e deslocamento.

No segundo capítulo, mostramos como a noção de democracia radical e plural se apresenta em sua versão inicial no do livro *Hegemonia e Estratégia Socialista* (1985). Esta apresentação era crucial para marcar a diferença entre aquele momento e as modificações posteriores ocorridas com a noção. Nós o dividimos em quatro seções. Na primeira parte, posicionamos a noção de

democracia enquanto noção ontológica para diferenciá-la de outras noções que não possuem o mesmo sentido. Na segunda parte, tratamos de sua especificidade enquanto uma lógica política posicionada a meio caminho entre as lógicas da diferença e da equivalência, das quais também falamos nessa parte. A terceira seção foi dedicada a apresentar as duas grandes lutas surgidas na revolução democrática, a democracia liberal e o socialismo, que disputaram a positivação do social a partir daquele evento. Cada uma delas apresenta pontos positivos e pontos negativos para Laclau.

A democracia liberal expandiu os regimes democráticos pelo mundo e foi a principal responsável pela defesa dos direitos das minorias e a promoção da autonomia dos espaços políticos, mas, por outro lado, também levou à racionalização da política e sua burocratização. O projeto socialista clássico foi responsável por defender os direitos coletivos e pela tentativa de mudar o social de forma radical, mas tentou construir a identidade proletária às custas de outras identidades sociais, ignorando a defesa das diferenças. Por fim, na última parte, apresentamos a série de recomendações de Laclau para a esquerda sobre as quais um novo projeto político deveria ser construído. A democracia radical e plural é apresentada como uma lógica política cujo objetivo central é expandir os efeitos da revolução democrática e institucionalizar a irreduzível tensão entre as lógicas da equivalência e da diferença em favor de um equilíbrio que deveria ser constantemente renegociado politicamente. Ela visa à construção de um indivíduo diferente tanto daquele construído pelos liberais democratas quanto daquele criado pelo socialismo clássico. Um indivíduo democrático social.

O terceiro capítulo versa sobre a noção de populismo na obra de Ernesto Laclau. O conceito desenvolvido pelo autor em *A Razão Populista* (2005) é, para nós, um divisor de águas em sua obra, pois, para sustentá-lo, o autor promove uma série de mudanças em sua teoria. Parte dessas modificações atingiu diretamente a noção de democracia radical e plural e, por isso, compreender este conceito e suas implicações é fundamental para compreender as mudanças ocorridas na noção que apresentamos no último capítulo. Assim, seguimos a mesma lógica do capítulo anterior, mostrando primeiro o conceito de populismo enquanto categoria ontológica para diferenciá-lo de outros conceitos clássicos que possuem sentido ôntico e,

depois, o mostramos como uma lógica política com racionalidade própria, em contraponto com às noções clássicas. Na terceira parte, mostramos como a lógica populista se forma e, por fim, falamos da centralidade do líder populista, um dos pontos mais polêmicos quanto ao tema.

Finalmente, no último capítulo, apresentamos as modificações que defendemos ter ocorrido na noção de democracia de Ernesto Laclau entre 1985 e 2005. O caminho foi através da confrontação entre a noção de democracia radical e plural e a noção de populismo, apontando as aproximações e divergências entre elas. A razão é que, no ano de 2010, em entrevista concedida à revista Eurozine, Laclau declarou que, para ele, o populismo e a democracia radical coincidiam inteiramente. Foi essa possível semelhança que motivou nosso trabalho. Na primeira parte, mostramos as diferenças entre a democracia radical e o populismo e apontamos as inconsistências que nos faziam rejeitar a correspondência entre ambas. Nessa parte, fizemos a diferenciação entre uma estratégia de oposição e uma estratégia de construção de uma nova ordem, a primeira ligada ao populismo e a segunda relacionada a democracia radical e plural. Também falamos da relação entre a democracia radical e o populismo com relação ao tipo de demanda que cada um articula. Na democracia radical, trata-se da articulação de demandas democráticas, enquanto no populismo a articulação envolve demandas populares. Por fim, mostramos a ligação da democracia radical e do populismo com lógica da diferença e a lógica da equivalência. Nesse caso, apontamos que o populismo baseia-se no privilegiamento do momento da equivalência enquanto a lógica da democracia radical assenta-se no equilíbrio entre ambas sem privilegiar nenhuma das duas.

Já, na segunda parte, falamos das mudanças nas categorias de Laclau que nos fazem pensar em uma nova noção de democracia ou em uma versão modificada, esta sim mais próxima ao conceito de populismo. Mostramos que Laclau transfere a discussão sobre o lugar vazio da democracia para seus ocupantes e declara que toda construção democrática, assim como toda construção populista, depende necessariamente da construção do povo. Em vista disso, Laclau limita a possibilidade de que o poder pudesse ser ocupado por qualquer força, inclusive uma força não democrática.

Uma possível explicação para tal mudança seria a necessidade teórica que preponderava para o autor a época de casa obra. Seu trabalho desenvolvido antes 2005 voltava-se a explicar a operação hegemônica necessária para a construção de discursos políticos que teriam a função de dar sentido ao social fraturado. Sua preocupação parecia ser principalmente a desessencialização do social a partir da visão pós-estruturalista e marcar a hegemonia como única forma possível de construção parcial e contingente das identidades sociais. Consequentemente, Laclau desenvolveu categorias e conceitos diretamente ligados à operação de articulação que levaria a formação de um discurso hegemônico. Porque partia da ideia de que o lugar do poder era vazio, ele tratou de explicar como discursos parciais poderiam ocupá-lo. No trabalho de 2005, as categorias de Laclau foram ampliadas e desenvolvidas com a uma aproximação mais íntima com as teorias psicanalíticas de Freud e Lacan. As mais impactantes foram provavelmente àquelas desenvolvidas com relação à categoria dos significantes vazios e a noção de “povo” que já apresentamos. A maior novidade foi provavelmente aquela sobre o efeito retroativo da nomeação e a influência do lugar do poder pelos seus ocupantes.

É como se questionássemos a nós mesmos sobre qual preocupação deve ser preponderante quando falamos em democracia: o sistema democrático entendido como respeito às liberdades individuais e direitos humanos ou a soberania do povo sendo que um pode custar o outro? A resposta de Laclau parece ter se modificado no fim de sua carreira e agora sabemos, como consequência, que a soberania popular entendida como poder do povo é o quesito mais essencial para se falar em democracia segundo o autor.

Ao fim da dissertação e depois de analisar o conteúdo das principais obras de Laclau e seus comentadores, a hipótese da pesquisa de que o autor havia promovido importantes modificações referentes à noção de democracia ao longo do período analisado, foi confirmada. A noção foi diretamente afetada pela adição da noção de identidade de povo e indiretamente pelas modificações promovidas na categoria dos significantes vazios.

Concluimos também que a afirmação do autor de que democracia radical e plural e o populismo coincidiam inteiramente não poderia ser acolhida. Segundo argumentamos, é possível perfeitamente aceitar (dentro do pensamento do autor) que toda democracia radical compartilha traços com a lógica populista. Ela por exemplo articula equivalências em uma operação hegemônica. Ela também condensa sua cadeia em torno do nome do povo. Contudo, não é possível dizer ao contrário, que todo populismo possui traços democráticos e, logo, a inversão seria impossível, assim como a igualdade entre as duas. Isso ocorre especialmente pela possibilidade que há do populismo se totalizar o que aplicado à democracia levaria a sua desintegração. A democracia radical recusa-se em dar a si mesma uma essência positiva final de forma a manter o fluxo infinito de diferenças de forma permanente. Já o populismo constrói um povo contra o poder dividindo o campo do social em dois, sendo a preocupação com reconstrução social secundária.

Nosso trabalho busca contribuir para as discussões que envolvem a noção de democracia radical e plural na obra do teórico argentino Ernesto Laclau. A abordagem teórica do autor vem se destacando no campo das discussões sobre a democracia e, entretanto, em geral os autores partem da noção construída por Laclau 30 anos atrás como se está fosse estática e desconsideram o seu movimento durante todos esses anos. Nós demonstramos, ao contrário, que a noção de democracia possui movimento, ela muda e essas mudanças precisam ser consideradas para uma compreensão completa e adequada da obra autor.

REFERÊNCIAS

- ARDITI, Benjamin. **Populism as an Internal Periphery of Democratic Politics**. In: PANIZZA, Francesco, (ed.) *Populism and the Mirror of Democracy*. Phronesis. Verso Books, London, UK, 2005. pp. 72-98.
- CANOVAN, Margaret. **Populism**. Londres: Junction Books. 1981
- _____. **The People**. Cambridge: Polity Press, 2005
- CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais** (8a ed.). São Paulo: Cortez. 2006
- DERRIDA, Jacques. **A escritura e a diferença**; 3ª Ed. São Paulo: Ed. Perspectiva. 2002.
- DOSSE, François. **História do Estruturalismo, v. 1: O campo do signo, 1945-1966**. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Ensaio; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1993.
- FURET, François. **Pensando a Revolução Francesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- HOWARTH, David (2000). **Discourse**. Buckingham: Open University Press
- LACLAU, Ernesto. **Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo**. Buenos Aires: Nueva Visión, 2000.
- _____. **Populism: What's in a Name?** In: PANIZZA, Francesco, (ed.) *Populism and the Mirror of Democracy*. Phronesis. Verso Books, London, UK, 2005. pp. 32-49.
- _____. **The defender of contingency**. Interviewed by Athena Avgitidou and Eleni Koukou. In: Eurozine, 2010. Disponível em: <http://www.eurozine.com/articles/2010-02-02-laclau-en.html>. Acesso em 01 de abril de 2015.
- _____. **Emancipação e diferença**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.
- _____. **A Razão Populista**. São Paulo: Três Estrelas, 2013.
- _____; MOUFFE, Chantal. LACLAU, Ernesto. **Hegemonia e Estratégia Socialista: por uma política democrática radical**. Rio de Janeiro: Intermeios. 2015
- LAYCOCK, David. **Populism and the New Right in English Canada**. In: PANIZZA, Francesco, (ed.) *Populism and the Mirror of Democracy*. Phronesis. Verso Books, London, UK, 2005. pp. 172-201.
- LEFORT, Claude. **A lógica totalitária**. In: LEFORT, C. *A invenção democrática: os limites da dominação totalitária*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1983.

MAC RAE, Donald. **Populism as an Ideology**. In: Ionescu e Gellner (orgs.). *Populism*. 1969, p.153-165

MARCHART, Oliver. **Post-Foundational Political Thought: Political Difference in Nancy, Lefort, Badiou and Laclau**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2007

MARX, K. In: **Carta a Weidemeyer**, 5/3/1846. MARX, K.; ENGELS, F. *Obras escogidas de Marx y Engels*. Madrid: Fundamentos, 1975. 2 V.

MENDONÇA, Daniel de; RODRIGUES, Léo Peixoto. **Pós-estruturalismo e teoria do discurso**: em torno de Ernesto Laclau. Porto Alegre: EdUPUCRS, 2008.

MENDONÇA, Daniel de. **Como olhar o político a partir da teoria do discurso**. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 1. Brasília, jan./jun., p. 153-169.2009.

_____. **Antagonismo como identificação política**. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 9, p. 205-228, set./dez., 2012.

MOUFFE, Chantal. **The 'End of Politics' and the Challenge of Right-wing Populism**. In: PANIZZA, Francesco, (ed.) *Populism and the Mirror of Democracy*. Phronesis. Verso Books, London, UK, 2005. pp. 50-71.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 2001.

PANIZZA, Francisco. **Introduction: populism and the mirror of democracy**. In: PANIZZA, Francesco, (ed.) *Populism and the Mirror of Democracy*. Phronesis. Verso Books, London, UK, 2005. pp. 1-31.

WILES, Peter. **A Syndrome, not a Doctrine: Some Elementary Theses on Populism**. in Ionescu and Gellner (orgs.). *Populism*. 1969, p. 166-179.

REYES, Oscar. **Skinhead Conservatism: A Failed Populist Project**. In: PANIZZA, Francesco, (ed.) *Populism and the Mirror of Democracy*. Phronesis. Verso Books, London, UK, 2005. pp. 99-117.

SMITH, Anna Marie. **The Radical Democratic Imaginary**. London: Routledge, 1988

LÉVI-STRAUSS, C. **Les structures élémentaires de la parenté**, Paris, Mouton. [1949] 1967

_____. "A estrutura dos mitos", **Antropologia Estrutural**, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro. [1955] 1975

STAVRAKAKIS, Y. **"Laclau with Lacan: comments on the relation between discourse theory and Lacanian psychoanalysis"**. In: ZIZEK, S. (ed.). *Jacques Lacan: critical evaluations in cultural theory*. Vol. III: Society, Politics, Ideology. London: Routledge, 2003.

TAYLOR, Charles. **A Política do Reconhecimento**. In.: TAYLOR, Charles. (Org.). *Multiculturalismo*. Lisboa: Instituto Piaget, 1998. p. 45-95

TOCQUEVILLE, Alexis de. **O Antigo Regime e a Revolução**. 4 ed. Brasília: UNB, 1997.

QUINTANEIRO, T; BARBOSA, M.; OLIVEIRA, M. **Um Toque de Clássicos**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.